

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - MESTRADO

MARIA JOSÉ SANTOS DA SILVA

**TRANSFERÊNCIA DE RENDA NAS FAMÍLIAS: O Programa Bolsa Família (PBF) e
o impacto no rendimento escolar**

Maceió
2014

MARIA JOSÉ SANTOS DA SILVA

TRANSFERÊNCIA DE RENDA NAS FAMÍLIAS: O Programa Bolsa Família (PBF) e o impacto no rendimento escolar

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), como requisito para a obtenção parcial do grau de Mestre em Educação, dentro da Linha de Pesquisa História e Política da Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Inalda Maria dos Santos.

Maceió

2014

Catlogação na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecário Responsável: Valter dos Santos Andrade

S586t Silva, Maria José Santos da.
Transferência de renda nas famílias: o Programa Bolsa Família (PBF) e o impacto no rendimento escolar / Maria José Santos da Silva. – Maceió, 2014.
133 f.

Orientadora: Inalda Maria dos Santos.
Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Alagoas. Centro de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Maceió, 2014.

Bibliografia: f. 106-113.

Apêndices: f. 114-118.

Anexos: f. 119-133.

1. Programa Bolsa Família. 2. Rendimento escolar. 3. Desigualdade social - Brasil.
4. Pobreza - Brasil. I. Título.

CDU: 371.26

Universidade Federal de Alagoas
Centro de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação



Transferências de renda nas famílias: o Programa Bolsa Família e impacto no rendimento escolar

MARIA JOSÉ SANTOS DA SILVA

Dissertação submetida à banca examinadora, já referendada pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 10 de novembro de 2014.

Banca Examinadora:

Inalda Maria dos Santos

Profa. Dra. Inalda Maria dos Santo
Orientadora

Conceição Gislane Nóbrega Lima de Lalla

Profa. Dra. Conceição Gislane Nóbrega Lima (CEDU/UFAL)
(Examinadora Externa)

Amurabi Pereira de Oliveira

Prof. Dr. Amurabi Pereira de Oliveira (PPGE/CEDU/UFAL)
(Examinadora Interno)

Dedico esta dissertação especialmente à minha mãe e ao meu pai, porque sempre acreditaram em mim, contribuindo para alcançar o sucesso em mais um desafio da minha vida; ao meu esposo, pela especial dedicação, compreensão, incentivo e persistência em não permitir que eu descreditasse deste sonho; e aos meus irmãos, por fazerem parte da minha trajetória de vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus, em especial, por tudo.

A minha Mãe, Maria Marli, mulher forte, de grandiosa simplicidade, sabedoria e muita fé, por acreditar e me apoiar todas as vezes que resolvia me lançar em mais um desafio na trajetória acadêmica, sempre recomendando em suas orações as bênçãos divinas para que tudo desse certo em cada desafio da minha vida.

Ao meu Pai, Jelson, homem honesto, guerreiro e sábio, por compartilhar das minhas intenções, sempre concordando, acreditando e me incentivando a alcançar o objetivo almejado.

Ao meu Esposo, Paulo César, pela exímia demonstração do verdadeiro significado da convivência em matrimônio, compartilhando as alegrias e as angústias; incentivando e cada vez mais me mostrando que é possível sonhar e transformar esse e outros sonhos em realidade.

Aos meus irmãos, Jédson e Jorge, e suas esposas, que acreditaram na possibilidade de mais essa realização na minha vida.

Aos meus sobrinhos, Urangleice e Jeferson Gabriel, que representam a continuidade das vitórias da nossa família.

A minha sobrinha do coração Marina, pelo cuidado e carinho dedicados a mim e a minha família.

As minhas enteadas, Andressa e Vitória, que vivenciaram um processo de dedicação exclusiva aos meus estudos e souberam compreender as minhas limitações.

Aos tios e tias e aos primos e primas, que me incentivaram ao longo deste percurso.

À equipe gestora da escola, às professoras, alunos, pais e à coordenadora municipal do PBF, que contribuíram para o sucesso da pesquisa.

À Secretaria Municipal de Educação, especialmente à Secretária Flávia Célia e à Superintendente Jeane Moura, pela confiança, compreensão e condições disponibilizadas à realização deste trabalho, e aos demais companheiros de trabalho pelo incentivo.

À Secretaria Municipal de Assistência Social, pela disponibilização de informações essenciais ao desenvolvimento desta pesquisa.

A minha orientadora, Professora Dra. Inalda Maria dos Santos, por compartilhar seu conhecimento, pela dedicação, paciência, afetividade, respeito e, principalmente, por

compreender meus momentos de limitação e estimular minha superação no trilhar dessa jornada;

À Professora Dra. Conceição Gislane Nóbrega Lima de Salles, por aceitar participar da banca avaliadora e pelas orientações valiosas durante a etapa de qualificação;

Ao Professor Dr. Amurabi Pereira de Oliveira, por fazer parte da banca avaliadora e por contribuir com seus conhecimentos para a qualificação e aperfeiçoamento deste estudo;

A minha companheira de pesquisa Marily, pelas indispensáveis e relevantes contribuições na construção do meu entendimento de pesquisadora e pertencimento ao universo acadêmico;

A minha companheira de estudos e de desafios, Crislaine, por suas palavras de garra e acolhidas especiais sempre que necessárias.

A minha companheira de luta profissional Vera Martins, por compreender, acreditar na minha capacidade de conquistar esta vitória e principalmente por me ajudar;

Aos amigos e amigas, que não irei aqui nominar para não correr o risco de ocultar alguém, por estimularem a continuidade e o sucesso na minha carreira acadêmica.

A todos, o meu infinito respeito e eterna gratidão!

A educação é o grande motor do desenvolvimento pessoal.
É através dela que a filha de um camponês se torna médica, que o filho de mineiro pode chegar a chefe de mina, que um filho de trabalhadores rurais pode chegar a presidente de uma grande nação.

Nelson Mandela

RESUMO

Este trabalho analisou o impacto causado pelo Programa Bolsa Família (PBF) no rendimento escolar dos alunos oriundos das famílias contempladas pela política de transferência de renda condicionada do Governo Federal. Caracterizado como um programa de transferência direta de renda, o PBF é constituído de condicionalidades que devem ser cumpridas pelas famílias beneficiárias. Com o objetivo de beneficiar famílias de baixa renda, que vivem em situação de pobreza, de extrema pobreza e vulnerabilidade social, apresenta a possibilidade de viabilizar oportunidades para romper com o ciclo vicioso da pobreza, passado de geração em geração ao longo do contexto histórico da desigualdade social no Brasil (BRASIL, 2004). Estruturada em quatro capítulos, a presente pesquisa discorre, em primeiro plano, sobre o contexto histórico, a estrutura organizacional e a funcionalidade do PBF. Em seguida, direciona-se para a discussão teórica que envolve a análise da proposta do PBF e sua efetividade em sala de aula, com foco no rendimento escolar, na relação família e escola e política de transferência de renda e educação brasileira. De caráter qualitativo, a pesquisa adotou como fundamentação metodológica a exploração e análise de conteúdo, na perspectiva de Flick (2009) e Bardin (2011), respectivamente. Os dados obtidos se consolidaram a partir de indicadores sociais, como desigualdade social, pobreza, frequência escolar e rendimento escolar; e através do conhecimento acerca do PBF, transmitido pelos grupos de sujeitos investigados. Esta pesquisa revela, em linhas gerais, que para as famílias beneficiárias do PBF, manter a frequência escolar é fundamental, no entanto o rendimento escolar não aparece como elemento principal de preocupação, embora receba influência derivada da melhoria na alimentação dos estudantes e assiduidade na escola. Os resultados deste estudo constataam que a investigação direcionada à influência do rendimento escolar dos estudantes beneficiários na quebra do ciclo intergeracional da pobreza, requer que mais pesquisas sejam desenvolvidas focalizando a relação do Programa Bolsa Família com o rendimento escolar.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família. Rendimento Escolar. Desigualdade Social. Pobreza.

RESUMEN

Este trabajo analizó el impacto causado por el Programa *Bolsa Família* (PBF) en el rendimiento escolar de los alumnos provenientes de las familias contempladas por la política de transferencia de renta condicionada del Gobierno Federal. Caracterizado como un programa de transferencia directa de renta, el PBF está constituido por condiciones que deben ser cumplidas por las familias beneficiadas. Con el objetivo de beneficiar a familias de bajos ingresos, que viven en situación de pobreza, de extrema pobreza y vulnerabilidad social, presenta la posibilidad de hacer viables oportunidades para romper con el ciclo vicioso de la pobreza, transmitido de generación en generación a lo largo del contexto histórico de la desigualdad social en el Brasil (BRASIL, 2004). Estructurada en cuatro capítulos, la presente investigación hace referencia en primer término, al contexto histórico, a la estructura organizativa y al funcionamiento del PBF. A continuación, se orienta hacia la discusión teórica referida al análisis de la propuesta del PBF ya su efectividad en el salón de clase, enfocando el rendimiento escolar, la relación familia-escuela y la política de transferencia de la renta y la educación brasileña. Dado su carácter cualitativo, la investigación adoptó como fundamento metodológico el sondeo y el análisis del contenido, desde el punto de vista de Flick (2009) y de Bardin (2011), respectivamente. Los datos obtenidos se confirmaron a partir de indicadores sociales, tales como la desigualdad social, la pobreza, la asistencia y el rendimiento escolar; y a través del conocimiento acerca del PBF, transmitido por los grupos de sujetos investigados. Esta pesquisa revela, en líneas generales, que para las familias beneficiarias del PBF, mantener la asistencia escolar es fundamental, mientras que el rendimiento escolar no aparece como elemento principal de preocupación, pese a que reciba influencia derivada del mejoramiento de la alimentación de los estudiantes y de la concurrencia a la escuela. Los resultados de este estudio revelan que la investigación orientada hacia la influencia del rendimiento escolar de los estudiantes beneficiados con la ruptura del ciclo intergeneracional de la pobreza, requiere que se efectúen más pesquisas que focalicen la relación del Programa *Bolsa Família* con el rendimiento escolar.

Palabras-clave: Programa Bolsa Familia. Rendimiento Escolar. Desigualdad Social. Pobreza.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais entre as regiões do país de 2004 a 2012.	27
GRÁFICO 2 – Acompanhamento da Frequência dos Alunos Beneficiários do PBF em 2014.....	39

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Evolução das Transferências para o PBF.	24
QUADRO 2 – Evolução do Quantitativo de Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família no Brasil.....	28
QUADRO 3 – Famílias com renda per capita mensal de até R\$ 70.....	41
QUADRO 4 – Famílias com renda per capita mensal de R\$ 70 a R\$ 140.....	42
QUADRO 5 – Distribuição de Recursos do PBF por Região em 2013.....	45
QUADRO 6 – Perfil dos Sujeitos Pesquisados.....	72
QUADRO 7 – Alagoas: População Economicamente Ativa - Renda (2011).....	75
QUADRO 8 – Quantitativo de Alunos Matriculados no Município de Marechal Deodoro/AL em 2013.....	76
QUADRO 9 – Recursos do Governo Federal destinados ao PBF em 2013.....	76
QUADRO 10 – População em Situação de Extrema Pobreza por Faixa Etária no Município Investigado.....	77
QUADRO 11 – Evolução do IDEB do Município de Marechal Deodoro-AL.....	79
QUADRO 12 – Distribuição dos Alunos da Escola Pesquisada em 2013.....	80
QUADRO 13 – Resultado Final da Escola Pesquisada em 2013.....	80
QUADRO 14 – IDEB dos Anos Iniciais da Escola Investigada.....	81

LISTA DE SIGLAS

BSP - Benefício de Superação da Extrema Pobreza na Primeira Infância
BV - Benefício Básico
BVG - Benefício Variável à Gestante
BVJ - Benefício Variável Vinculado ao Adolescente
BVN - Benefício Variável à Nutriz
Cedeplar - Centro para o Desenvolvimento e o Planejamento Regional
CGU - Controladoria Geral da União
DF - Distrito Federal
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICS - Instâncias de Controle Social do Bolsa Família
IGD - Índice de Gestão Descentralizada
IGD-E - Índice de Gestão Descentralizada Estadual
IGD-M - Índice de Gestão descentralizada Municipal
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MEC - Ministério da Educação
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e combate à Fome
PBF - Programa Bolsa Família
PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PGRM - Programa de Garantia de Renda Mínima
PNAA - Programa Nacional de Acesso à Alimentação
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNUD - Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento
PTCR - Programas de Transferência Condicionada de Renda
RPF - Rede Pública de Fiscalização
SCFV - Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SUS - Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF), CONTEXTO HISTÓRICO, ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E FUNCIONALIDADE	20
1.1 O Programa Bolsa Família	20
1.2 Contexto histórico do Programa Bolsa Família.....	30
1.3 Estrutura organizacional e funcionalidades do Programa Bolsa Família	33
2 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E A EDUCAÇÃO BRASILEIRA	47
2.1 Da proposta do PBF à sala de aula	47
2.2 Família e escola: situando o rendimento escolar no contexto do PBF	55
3 CAMINHOS METODOLÓGICOS	61
3.1 Escolha do tipo de pesquisa.....	61
3.2 Seleção dos instrumentos.....	63
3.3 Procedimentos para a coleta de dados	64
3.4 Procedimentos para a análise dos dados	68
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	71
4.1 O Lócus da Pesquisa em Ação: A Escola.....	79
4.2 O PBF na visão dos pesquisados	85
4.3 Delimitando o rendimento escolar e a influência do PBF.....	89
4.4 Pontos e contrapontos do PBF no Município	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
REFERÊNCIAS	106
APÊNDICES	114
ANEXOS	119

INTRODUÇÃO

Na trajetória¹ profissional da autora no contexto da escola pública, preocupações relacionadas ao processo de aprendizagem se acumulavam, transformando-se em dúvidas e inquietações que suscitaram ânsia por respostas. A de maior relevância surgiu durante o período em que foi gestora escolar, momento em que o Programa Bolsa Família (PBF) passou a ganhar visibilidade, a fazer parte do cotidiano da escola.

A gama de reclamações oriundas dos professores em relação ao material escolar que o (a) educando (a) beneficiário do PBF não levava para escola, à infrequência, à omissão da família ou ainda sobre o rendimento escolar, considerado insatisfatório.

A partir dessas questões, fomentou-se o interesse em conhecer o PBF, a proposta de atuação do programa, a vinculação das famílias e sua sistematização. Nesta perspectiva, percebeu-se que a vinculação do programa com a educação estava relacionada à matrícula e à frequência. Sendo assim, buscou-se descobrir se o programa causava algum impacto no rendimento escolar dos alunos contemplados com aquele benefício.

De início, pensou-se em realizar um estudo em nível nacional, contudo, diante da abrangência da temática, as investigações foram direcionadas para um contexto mais restrito, para a realidade que a autora conheceu de perto, que seria a do município em que nasceu - Marechal Deodoro/AL. Desta forma, chamavam a atenção, os lamentos de mães que davam graças pela merenda escolar, porque muitas vezes havia sido a única refeição que seus filhos e/ ou filhas faziam durante o dia, e as reclamações cotidianas dos educadores citados anteriormente, fatores que permeavam a relação família e escola cotidianamente.

Portanto, o interesse em estudar o PBF no município supracitado se deu em decorrência de inquietações acerca da relação do programa com a educação, especificamente no que se refere ao rendimento escolar. Em meio à revisão literária, não foram identificados registros de estudos realizados no município acerca do objeto explorado nesta pesquisa. Assim, resolveu-se desenvolver as investigações neste campo, por ser o reduto de vivência da autora e do desenvolvimento da sua carreira profissional, no contexto da escola pública, com conhecimento do contexto local tanto de cunho social quanto econômico e educacional.

Para iniciar o processo investigativo surgiu a necessidade de conhecer o que já se discutia no campo acadêmico em relação ao PBF e à Educação.

¹ Professora do Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano de 1998 a 2004; coordenadora pedagógica do Ensino Fundamental até 2006 e gestora escolar de 2007 a 2011 na rede pública municipal de ensino.

Cabe destacar que o estudo² apresentado se diferencia dos demais na medida em que investiga, dentro de um contexto local, os impactos do PBF no rendimento escolar a partir da concepção formulada com o cruzamento das informações obtidas através de quatro grupos de sujeitos investigados, o que, do ponto de vista individual, tende a contribuir para uma visão mais abrangente e concreta da efetividade das ações do programa, indo além das condicionalidades que se apresentam como proposta no âmbito da educação.

Esta pesquisa tem como principal objetivo analisar o impacto causado pelo PBF no rendimento escolar dos alunos oriundos das famílias contempladas pela política de transferência de renda do governo federal, no município de Marechal Deodoro/AL.

Como pedagoga, especialista em gestão escolar, a autora teve a oportunidade de desenvolver minhas atribuições profissionais inicialmente em sala de aula, na qual o contato com os estudantes exigiu uma aproximação diretamente voltada à relação professor e aluno no processo ensino aprendizagem. Em seguida, exerceu o cargo de coordenadora pedagógica, vivenciando as problemáticas do processo educativo de forma mais abrangente, pois contemplava a interação entre coordenador, professor, aluno, pais e gestão escolar. Posteriormente, assumiu o cargo de diretora escolar destacado pela autora como o período de maior inquietação em relação às problemáticas do cotidiano escolar.

Dada a oportunidade, suas atividades passaram a ser desenvolvidas no âmbito geral da educação, passando a fazer parte do Núcleo de Gestão Democrática da Secretaria Municipal de Educação de Marechal Deodoro-AL, que permitiu, segundo a autora, a visualização de forma ainda mais ampla, da vivência escolar a partir das diferentes realidades.

Nesse processo de construção profissional, elementos oportunizaram, a partir da participação nas três instâncias escolares acima destacadas, a possibilidade de iniciar essa pesquisa, na perspectiva de contribuir para a reflexão da atuação das políticas que abordam a educação como pilar de seus objetivos, em um cenário social e econômico excludente, em que se encontra grande parcela da população brasileira.

Inserida no conjunto de políticas públicas, a educação no Brasil é concebida como a de maior amplitude, na medida em que oportunizaria a superação da condição de vulnerabilidade social, na qual está incluída a população pobre deste país. Consequentemente, o uso da educação como instrumento de operacionalização de políticas, não necessariamente educacionais, passa a ser entendido como um meio promissor, que leva a um determinado fim, no qual a educação pode obter benefícios ou não.

² TRANSFERÊNCIA DE RENDA NAS FAMÍLIAS: o Programa Bolsa Família e o impacto do rendimento escolar

Originado das políticas públicas direcionadas para o enfrentamento da fome e da pobreza, o PBF - Programa de Transferência de Renda Condicionada – oferece, desde 2003, a condição mínima financeira, no intuito de estabelecer o comprometimento das famílias com a educação formal, a assistência social, saúde e com a melhoria da qualidade de vida (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, 2013).

A política de transferência de renda teve início na década de 1990 com a inserção do programa³ de renda mínima, projeto de Lei nº 80/1991, de autoria do Senador Eduardo Suplicy. O projeto deu origem ao Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM), cuja finalidade era a de beneficiar adultos de baixa renda maiores de 25 anos de idade.

O histórico⁴ da evolução na distribuição de renda no Brasil demonstra que houve avanços na diminuição da desigualdade social no país. No entanto, ainda estamos distante das nações plenamente desenvolvidas. Conviver com a pobreza, com a miséria e com a desigualdade social ainda é uma realidade vivida no Brasil, situação que tende a perdurar no país por um período indeterminado (IPEA, 2006).

Também merece destaque na trajetória desses programas, o Programa Bolsa-Escola, criado durante o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, conforme a Lei nº 10.219/2001. Vinculado à educação e gerenciado pelo Ministério a Educação, o programa objetivava o acesso e a permanência de crianças e adolescentes em idade escolar, entre seis e 15 anos, através do benefício financeiro às famílias de baixa renda.

Diante da possibilidade de usufruir do benefício concedido pelo Governo Federal, uma quantidade cada vez maior de famílias vem sendo cadastradas, ao longo de uma década de existência dos programas de transferência de renda (2003-2013), segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social e combate à Fome (MDS, 2013), com pouca variação quantitativa entre os programas Bolsa Escola e Bolsa Família (PBF). Para muitas famílias, trata-se da única fonte de renda que possuem para garantir a sobrevivência de seus dependentes.

Para Guimarães-Iosif (2009), no Brasil a educação está relacionada à condição social, econômica e política da população, que apresenta altos índices de negligência e exclusão ao longo da história do país. As condições sociais e econômicas se apresentam, então, como elementos que diretamente interagem no desenvolvimento da educação, seja para a sua melhoria ou para o seu declínio. Diante deste contexto, a família é a instituição que retém a

³ O programa já teve vários formatos. Uma das primeiras iniciativas no campo das políticas de transferência de renda foi o Programa Bolsa-Família, implementado em 2001, no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. O histórico dessas políticas será apresentado no capítulo seguinte.

⁴ Para maiores detalhes ver o Comunicado do IPEA, nº 63, 2010.

maior parte da responsabilidade em conduzir seus dependentes no desempenho escolar, contribuindo tanto para o desenvolvimento da aprendizagem como para o retardo dela.

Dados do MDS (2013) demonstram que o governo está investindo, através de políticas públicas, na superação da condição de pobreza e de miséria em que se encontra parte da população brasileira. Para serem assistidas, as famílias precisam cumprir determinadas condicionalidades e se enquadrarem no perfil estabelecido como critério de seleção.

Uma das condicionalidades apresentadas pelo Bolsa Família é a efetivação da matrícula escolar, que determina às famílias o dever de zelar pela frequência escolar de seus filhos. Nessa perspectiva, o programa apresenta avanços no acesso e permanência do educando beneficiário na escola. No que diz respeito ao rendimento escolar, as informações levantadas por este estudo permitiram um avanço acerca desta incógnita.

Vários estudos (GUIMARÃES-IOSIF, 2009; SILVA, 2008) demonstram que as políticas de transferência de renda vêm contribuindo para a diminuição da pobreza e, conseqüentemente, da desigualdade social no país. Nesse sentido, estudos (ALGEBAIL, 2009; GUIMARÃES-IOSIF, 2009) que contextualizam a história da educação no Brasil apresentam considerações que enfatizam a necessidade de avanços nos campos educacional, econômico, social e político. Na perspectiva de alcançar o desenvolvimento educacional, os estudos em questão buscam identificar as características que tornam o sistema educacional eficiente e que atenda a todos com igualdade e qualidade de ensino.

Para Guimarães-Iosif (2009, p.19):

Um país que não investe na educação básica, pública e de qualidade para todos os grupos sociais, independente de sua raça, etnia, sexo, religião, espaço geográfico ou classe social, compromete profundamente a qualidade da sua cidadania e de seu desenvolvimento social, democrático, econômico, ético e humano.

Levando em consideração que a educação é a base fundamental de intervenção direta no progresso da sociedade, o governo se vê na responsabilidade de desenvolver e implantar políticas que beneficiem as camadas sociais menos favorecidas, em conformidade com a Constituição Federal de 1988:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Com a inserção da família, enquanto instituição social, nas políticas públicas, como instrumento que possibilite a minimização dos problemas oriundos da realidade social brasileira, a responsabilidade passa a ser compartilhada, na perspectiva de envolver a

sociedade como um todo na promoção da qualidade dos serviços públicos. A família aparece, então, como a primeira instituição que direciona a educação, conforme a situação econômica, social e cultural (NASCIMENTO, 2006).

Entretanto, muitas famílias, em decorrência das mudanças estruturais em sua formação e da falta de condições para superarem a situação de vulnerabilidade em que estão inseridas, apresentam dificuldades para garantir um bom desempenho na educação de seus dependentes (SILVA, 2010).

Em se tratando de um programa de transferência de renda condicionada, que abrange três áreas sociais - Educação, Saúde e Assistência Social -, a presente pesquisa tem como objeto de investigação as condicionalidades do Programa relacionadas à Educação.

Com vistas a delimitar a discussão sobre o objeto em foco, não se pretendeu nesta pesquisa esgotar a estrutura, a organização e a funcionalidade da educação brasileira. Inserida no âmbito das políticas públicas efetivadas a nível federal, este estudo investigou o Programa Bolsa Família (PBF) e sua ligação com a educação brasileira. O objetivo foi analisar o impacto do programa no rendimento escolar de alunos oriundos das famílias contempladas pela política de transferência de renda condicionada.

Nesse sentido, buscamos discorrer sobre a relação estabelecida, dentro de um contexto social delimitado, entre educação e pobreza em função do rendimento escolar. Na tentativa de investigar o rendimento escolar dos alunos da Rede Pública Municipal de ensino inseridos no PBF, suscitou-se a inquietação por entender a relação existente entre o que é direcionado como condicionalidade da Educação a ser cumprida pelas famílias beneficiárias e o que acontece na prática familiar, no cotidiano escolar e dentro da sala de aula.

Estudar o Programa Bolsa Família e o rendimento escolar dos alunos da rede pública de ensino impulsionou o interesse em compreender o comportamento das famílias beneficiadas em relação à escola e a reflexão sobre se a educação e os costumes transmitidos através desta instituição influenciam no comportamento e no desenvolvimento educativo de seus dependentes. Para Reis (2001), a família detém a função de mediadora nas relações sociais e na formação da identidade de seus entes perante a sociedade.

Para este estudo, o ambiente escolar apresentou informações relevantes, estando diretamente ligado à frequência dos alunos e ao rendimento escolar.

A produção acadêmica que se estrutura nesta temática, aprofundará conhecimentos sobre a transferência de renda condicionada e a educação. Palavras como “pobreza”, “miséria” e a expressão “desigualdade social” focalizam a necessidade de se disseminar a compreensão acerca da sistematização do conhecimento advindo da investigação em foco.

Nesta perspectiva, explicitar termos que expressam um entendimento sobre a educação e da sua relação com o Programa Bolsa Família (PBF), como “ensino”, “aprendizagem”, “rendimento escolar”, “desigualdade social”, “pobreza”, “miséria”, “emancipação humana”, “responsabilidade familiar” e “qualidade da educação”, entre outros, poderá ampliar conhecimentos concernentes aos avanços e limites do processo educacional no Brasil.

Embora o programa apresente um histórico recente, vários estudos (MOTTA, 2011; NOVAK, 2012; COUTO, 2012; PELLEGRINA 2011;) contemplam sua relação com a Educação, mas especificamente com o desempenho escolar dos alunos.

Motta (2011) apresenta as percepções sobre o PBF, a partir do conhecimento exposto pelos pais, alunos, professores e gestores; e concluiu que o programa não é um fator determinante para a aprendizagem dos estudantes beneficiários.

Desta forma, Novak (2012), ressalta que o PBF, enquanto política pública tornou-se a via pela qual o governo tenta resolver os problemas sociais, com destaque para o fracasso na aprendizagem dos incluídos no programa.

Couto (2012) enfatiza que o desempenho escolar de estudantes beneficiários do PBF, em sua pesquisa, obteve resultado positivo, no entanto, não atribuiu o resultado obtido no ideb de 2009 nas instituições escolares investigadas à influência do PBF. O autor destaca que essa disparidade nos resultados está diretamente associada à forma de gestão escolar adotada por cada uma das escolas evidenciadas.

Para Pellegrina (2012), o PBF apresenta influência sobre o acesso e a permanência dos beneficiários na escola, no entanto, no que diz respeito ao desempenho escolar dos alunos beneficiários, não apresenta contribuição.

Por outro lado, autores (DUARTE, 2012; JUNIOR, 2012; NORA, 2012) abordam o programa com ênfase nas políticas educacionais, no gerenciamento das ações voltadas para a Educação, na inclusão social e nos impactos causados diretamente na situação social e econômica das famílias beneficiárias.

Para Duarte (2012), a discussão acerca do PBF deve estar focalizada no desenvolvimento e no alcance das premissas da educação em relação à pobreza. Uma vez identificado, em sua pesquisa, que a pobreza influencia diretamente nos resultados Índice de desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Nessa linha de pensamento, Júnior (2012) alerta para a desigualdade na concentração de beneficiários por região e afirma a necessidade de implementação, de acordo com demanda, na fiscalização do cumprimento, principalmente, da condicionalidade da educação, uma vez que o autor ressalta haver descumprimento desse critério pelas famílias beneficiárias

e acarreta a esse fato a ausência de pertencimento do meio em que vivem. Nesse contexto, o autor afirma que, a vinculação do recebimento do benefício à frequência escolar faz com que a escola seja responsável pela “gestão da pobreza” (JUNIOR, p. 232, 20120).

Nora (2012) analisa a condicionalidade da educação, a partir do princípio da igualdade de oportunidades, da regulamentação e aplicabilidade desse instrumento, entendido pela autora como elemento que direciona a educação, através da política social, para a centralidade das resoluções dos problemas de ordem social e enfatiza que esse processo contextualiza e reforça a ideia da escola enquanto espaço de construção da equidade social.

Os estudos mencionados revelam a diversidade e a gama de fatores que permeiam a relação entre o PBF e a educação. No tocante, ao rendimento escolar, os resultados se apresentam divergentes, tanto positivos quanto negativos a partir da perspectiva investigada.

De acordo com Pires, F.F; Rego, W.D.L (2013), os estudos realizados acerca do PBF, aprofundam temáticas relevantes às três áreas de atendimento, cujos resultados ganham destaque no dossiê temático composto a partir dos onze artigos selecionados, que as autoras analisam e apresentam como aporte aos dez anos de implementação do programa. Sabendo-se, no entanto que a discussão sobre a relevância, a predominância e os resultados desses estudos, vão além dos indicadores sociais e de dados quantitativos,

[...] uma vez que dados estatísticos sobre o programa estão em larga medida disponíveis, mas nem sempre revelam as razões das grandes tendências. Um exemplo é o intrigante fator da escolarização das crianças. As estatísticas mostram o quão bem sucedido é o programa em manter as crianças na escola, aumentando a frequência escolar PIRES, F.F; REGO, W.D.L (2013, p. 14).

Seguindo essa linha de pensamento, fez-se necessário pontuar alguns esclarecimentos sobre a relação da escola e da família com o desempenho escolar, direcionando este estudo para um campo de especificações acerca dessa relação, levando-se em consideração fatores que permeiam o contexto educacional, seja internos ou externos à escola (CAMPELLO; NERI, 2013; CARVALHO, 2004; SILVA, 2010). Desse modo, buscou-se abordar a discussão acerca do rendimento escolar a partir da expressa relação estabelecida entre escola, família e PBF, não apenas no que concerne à estrutura organizacional e funcional do programa.

Buscou-se, pois, a compreensão da sistemática em destaque para além do cumprimento da condicionalidade da educação, na perspectiva do sucesso escolar dos educandos beneficiários do programa. Mas, vale ressaltar que essa discussão estará voltada para o âmbito da efetividade da política de transferência direcionada também à educação.

Nesse sentido, foram levantadas as seguintes questões: Será que este programa tem influenciado no rendimento escolar dos dependentes das famílias beneficiárias? Os dados apresentados sobre a educação no Brasil, desde a implantação do PBF têm relação com a política de transferência de renda condicionada?

No delinear desta pesquisa, buscou-se como objetivos específicos:

- Compreender a estrutura, a operacionalização, o funcionamento e as condicionalidades do PBF;
- Investigar os objetivos propostos pelo governo através do PBF, enquanto programa de transferência de renda condicionada;
- Averiguar a relação das famílias com a escola e com o PBF;
- Analisar o PBF e a educação na visão dos sujeitos da pesquisa;
- Analisar a relação do PBF com o rendimento escolar no município investigado.

Contribuir para a reflexão e discussão acerca da efetividade de política de transferência de renda condicionada, que direta ou indiretamente está ligada à educação pública brasileira, remonta a ideia de que, mesmo o PBF iniciando sua trajetória em 2003, as discussões relativas ao rendimento escolar antecederam essa fase de consolidação e afirmação do programa. Abordar as questões relacionadas a essa temática requer, pois, uma retrospectiva, que nesta pesquisa não se pretende esgotar.

Para discorrer sobre a problemática em questão, a pesquisa foi estruturada da seguinte forma: no primeiro capítulo, é apresentado o Programa Bolsa Família (PBF), levando em consideração o seu contexto histórico, estrutura organizacional e funcionalidade; o segundo aborda a discussão teórica acerca da relação entre a Educação e o Programa Bolsa Família; em seguida, a enfoque envolve o percurso metodológico; no quarto capítulo, contempla-se a análise dos resultados, seguida das considerações finais.

Através de conclusões baseadas nos resultados obtidos ao longo do estudo em tela, este trabalho visa contribuir para a melhoria no desempenho educativo, refletindo no conhecimento relacionado às políticas públicas e sociais voltadas para a educação no Brasil.

1 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF), CONTEXTO HISTÓRICO, ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E SUA FUNCIONALIDADE

1.1 O Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família (PBF) traz em seu escopo a característica de ser um programa de transferência direta de renda, constituído de condicionalidades⁵ que devem ser cumpridas pelas famílias beneficiárias. Com o objetivo de beneficiar famílias de baixa renda, que vivem em situação de pobreza, de extrema pobreza e vulnerabilidade social, apresenta-se como a possibilidade de romper com o ciclo de pobreza, passado de geração em geração ao longo do contexto histórico da desigualdade social no Brasil (BRASIL, 2004).

Tratar a questão da desigualdade social no Brasil convida a pensar que as políticas públicas voltadas para a Educação, Saúde e Assistência Social, são prerrogativas que ainda fazem parte de grandes discussões no meio acadêmico, entre as quais às referentes à atenção dada pelo poder público às políticas sociais, traduzidas paulatinamente como transferência direta de renda em meio a um conjunto de necessidades sociais.

A discussão acerca das políticas públicas remonta à ideia de que o conjunto dessas políticas, que permeia os mais variados campos, expressa a abrangência das necessidades sociais e tem influenciado no processo de desenvolvimento do Brasil. Dentro desse contexto, cabe discorrer sobre o que é política pública, o que é política pública educacional e como é concebido, nesta pesquisa, o PBF, no âmbito destas políticas.

Souza (2006) define política pública o resultado de ações governamentais, propostas a partir de análises realizadas sob a perspectiva de mudanças, consolidando conhecimento, atitude e transformação de uma determinada realidade social. O que implica pensar que para formular políticas públicas é necessário elaborar diretrizes, normas e procedimentos. Sua implementação pode demandar prazos curtos ou longos, até que os resultados se tornem perceptíveis. Nesse sentido, o Brasil ainda vivencia um processo lento de melhorias.

No âmbito das políticas públicas, uma ação governamental pode atingir, de forma coletiva ou individual, vários setores⁶ da sociedade e obter resultados positivos ou negativos ao longo de seu processo de afirmação. A avaliação e a implementação dessas políticas são

⁵ Considera-se como condicionalidades do Programa Bolsa Família a participação efetiva das famílias no processo educacional e nos programas de saúde que promovam a melhoria da condição de vida na perspectiva da inclusão social (BRASIL, 2004, cap. III, Sessão 1, Art. 26).

⁶ Tais como agrícola, econômico, educacional, entre outros.

aspectos que contribuem para o desenvolvimento e o alcance dos objetivos propostos (SOUZA, 2006).

Ainda nesse processo, cabe compreender “que as políticas públicas são resultantes da atividade política e que esta consiste na resolução pacífica de conflitos, processo essencial à preservação da vida em sociedade” (RUA, 2009, p.21-22). Neste contexto, as políticas públicas são prerrogativas estrategicamente traçadas para melhorar os indicadores sociais apresentados, avançar na efetivação de ações, com vistas a alcançar resultados significativos.

No universo das definições relativas às políticas públicas, Santos (2008, p.99) esclarece que “uma política pública como expansão do poder público, refere-se à busca da identificação dos elementos que fundamentam a especificidade da ação do Estado.” A autora acrescenta que “as políticas públicas constituem respostas do Estado às demandas da sociedade e que se expressa no compromisso público numa determinada área de atuação em longo prazo (SANTOS, p.102, 2008).” Deste modo, ressalta-se a necessidade de implantação e/ ou implementação de determinadas políticas públicas, tanto em relação aos interesses públicos e privados, bem como no que concernem às prioridades da sociedade como um todo.

A título de esclarecimento, Santos (2008) considera fundamental a integração dos serviços públicos à garantia dos direitos sociais dos cidadãos, a fim de atender a sociedade nas suas necessidades básicas. Ainda com relação às políticas públicas, Santos (2008) reforça que:

[...] entende-se a educação enquanto política pública social, aquela em há participação da sociedade civil na sua definição e formulação junto aos organismos do Estado. Este, por sua vez, atuará como implementados, na esfera pública, dos anseios, aspirações e necessidades da população (SANTOS, p. 102, 2008).

Considerando esta linha de pensamento, entende-se, a partir da diferenciação das conceituações de política pública, política pública educacional e política social, que o PBF se caracteriza, de acordo com as suas especificidades de funcionamento e atuação, enquanto política social, tendo em vista seu objetivo e sua política de atendimento assistencial.

As políticas públicas atuam especificamente nas ações direcionadas ao campo da Educação. Em relação ao PBF, ao longo de seu funcionamento vem se apresentando como a política social de maior amplitude do Governo Federal, voltando-se para o combate à pobreza e à miséria no Brasil (CAMPELLO; NERI, 2013). Essa especificidade direciona sua atuação à melhoria dos indicadores sociais e faz com que o PBF absorva uma identidade de política pública social, composta pela contribuição da Saúde e da Educação.

Diante do objetivo expresso na proposta do PBF, a educação se apresenta como elemento constituinte do plano de execução a que se destina o programa. Portanto, nesta

pesquisa, não se percebe o PBF direcionado tão somente à educação e sim como um conjunto de ações distribuídas em diferentes áreas com um propósito único.

Para se consolidar como uma política pública educacional, o conjunto de ações deve estar voltado, mais precisamente, à educação escolar. Conforme Oliveira (2010, p.96), “educação é um conceito muito amplo para se tratar das políticas educacionais”. No caso do PBF, a focalização delimita o campo de atuação e contempla outras áreas.

Composta de três áreas⁷, todas voltadas para atingir um único objetivo, que é erradicar a pobreza no Brasil, o PBF se consolida como política pública social, mesmo considerando a relevância na contribuição da Educação. No entanto, entender como se dá a presença deste programa no ambiente escolar é fundamental para pensar a sua relação com a Educação.

Para Souza (2006), as políticas públicas estão divididas em quatro tipos⁸, segundo a formulação de Theodor Lowi⁹, que os identifica como distributivas, regulatórias, redistributivas e constitutivas. Considerando as especificidades de cada uma delas, o PBF é concebido como política redistributiva, pois “atinge maior número de pessoas e impõe perdas concretas e no curto prazo para certos grupos sociais, e ganhos incertos e futuro para outros [...]” (SOUZA, p.28, 2006); trata-se, pois, de uma política de transferência de renda.

Resultante da integração de ações governamentais, em consonância com interesses políticos e parceria internacional, no sentido de promover a proteção social a nível nacional, o Programa Bolsa Família surge, instituído pela Medida Provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003, posteriormente convertida na Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, o Bolsa Família é resultado da unificação dos programas Bolsa-Escola, Programa Auxílio-Gás, Programa Bolsa-Alimentação e Programa Cartão-Alimentação (BRASIL, 2004).

Idealizado pelo Senador Eduardo Suplicy, o **Programa Bolsa Escola** teve início em 1995. O programa, gerido pelo Ministério da Educação (MEC), atendia famílias com crianças de sete a 15 anos, ou seja, em idade escolar, com renda mensal per capita de até R\$ 90.

Já o **Programa Auxílio Gás**, criado em 2002, destinava-se às famílias com renda mensal per capita de até meio salário mínimo. O valor repassado era de R\$ 15 a cada dois meses. Era um programa do Ministério das Minas e Energia,

⁷ Refiro-me a Educação, Saúde e Assistência Social, por serem as áreas específicas que compõem a estrutura do PBF.

⁸ Para maiores esclarecimentos, ver conceitos em **Políticas Públicas**: uma revisão da literatura, da autoria de Celina SOUZA, na página nº 28, publicado em 2006).

⁹ Theodor Lowi (1964; 1972) desenvolveu a talvez mais conhecida tipologia sobre política pública, elaborada através de uma máxima: a política pública faz a política. Com essa máxima, Lowi quis dizer que cada tipo de política pública vai encontrar diferentes formas de apoio e de rejeição e que disputas em torno de sua decisão passam por arenas diferenciadas (SOUZA, 2004, p.28).

Sob a responsabilidade do Ministério da Saúde, o **Programa Bolsa Alimentação**, criado em 2002, direcionava-se às famílias com gestantes, nutrizes e crianças de 0 a 6 anos de idade, que possuíssem renda mensal per capita de até R\$ 90.

Surgido em 2003, o Programa Nacional de Acesso à Alimentação, mais conhecido como **Cartão Alimentação**, visava ao atendimento de famílias com renda per capita entre R\$ 50,01 e R\$ 100 que não tivessem em sua composição crianças e adolescentes inseridos na faixa etária de 0 a 15 anos.

Os quatro programas mencionados se tornaram remanescentes à medida que deixaram de receber novas famílias, com a implantação do PBF, em 2003. Unificados, passaram a ser gerenciados, na esfera federal, pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome¹⁰ (MDS). Assim, as famílias assistidas pelos quatro programas migraram para o PBF à medida que foram cadastradas, avaliadas e seus perfis contemplados pelos critérios do novo programa de transferências de renda condicionada, tornando-se suas beneficiárias.

Diante da articulação dos programas supramencionados, Silva (2008) ressalta que:

A unificação dos Programas de Transferência de Renda no Brasil, mediada pelo Bolsa Família, é referenciada num diagnóstico sobre os programas sociais em desenvolvimento, elaborado durante a transição do Governo Fernando Henrique Cardoso para o Governo Luiz Inácio Lula da Silva, no terceiro trimestre de 2002 (SILVA, 2008, p.34).

Em 2005, o Programa Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), por enfrentar diretamente a violação dos direitos da criança e adolescentes e por ser um programa de transferência de renda condicionada, passou a fazer do PBF¹¹. O PETI surgiu em 1996. Trata-se de um programa que destina recursos para que as famílias não permitam que os filhos menores de 16 anos desenvolvam atividade remunerada, principalmente se o trabalho oferecer riscos à vida. Mas, aos adolescentes com 14 anos em diante, que estiverem na condição de aprendizes, é concedida a permissão para exercer dada função (BRASIL, 2005).

Durante a implementação do PBF, principal programa de transferência de renda no Brasil, foram instituídos o Plano Brasil Sem Miséria, em 2011, e a Ação Brasil Carinho, em 2013. Ambos no governo da presidente Dilma Rousseff.

¹⁰ O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), criado em janeiro de 2004, tem como missão a promoção da inclusão social, da segurança alimentar, da assistência integral e da transferência de uma renda mínima de cidadania às famílias que vivem em situação de pobreza. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/acesso-a-informacao>. Acesso em 15/07/2014.

¹¹ Entende-se, a partir do Decreto nº 5.209 de 20 de setembro de 2004, que para receber determinado benefício financeiro, o indivíduo ou a família deverá assumir compromissos e cumpri-los de acordo com a legislação que os prescreve.

Quanto ao financiamento do Programa Bolsa Família, o subsídio é oriundo de recursos federais e da parceria estabelecida entre o Brasil e o *World Bank*, que disponibilizou, na forma de empréstimos, US\$ 572 milhões, em 2004, e US\$ 200 milhões, em 2010, para apoiar as implementações e promover o alcance das metas as quais o programa se propõe. Desta forma são viabilizadas as ações do Bolsa Família, que recebe ainda apoio técnico para sua implantação e desenvolvimento. Em contrapartida, é exigido do país o fortalecimento de ações de combate à pobreza. O Brasil dispõe do prazo de 30 anos para sanar a dívida com Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e tem cinco anos para iniciar o pagamento, a contar da data de liberação do recurso (THE WORLD BANK, 2010).

Desde a implantação do PBF, o Brasil vem elevando gradativamente os recursos disponibilizados para atender às famílias beneficiárias, como mostra o quadro a seguir.

QUADRO 1 - Evolução das Transferências para o PBF

ESFERAS GOVERNAMENTAIS	2004	2013
Brasil	R\$ 5.592.873,82	R\$ 24.890.107.097,00
Nordeste	R\$ 3.111.178,00	R\$ 12.950.565.949,00
Alagoas	R\$ 190.503,00	R\$ 801.449.280,00

Fonte: CGU/ Portal da transparência (2013) adaptação própria

Órgão responsável pelo gerenciamento do Programa Bolsa Família, o MDS apresenta o programa como parte da Estratégia Fome Zero¹². Em junho de 2011, com a instituição do Plano Brasil Sem Miséria e da Ação Brasil Carinhoso¹³, foram articuladas e integradas ações para o desenvolvimento do país, a fim de atender com imediatez aos anseios mais gritantes da sobrevivência humana. Desse modo, o governo federal passou a utilizar o PBF como instrumento principal no desenvolvimento do processo de enfrentamento da fome e da pobreza, através da transferência direta de renda (MDS, 2013).

Em todo o país, o Programa Bolsa Família (PBF) assiste mais de treze milhões de famílias. Com renda familiar limitada a R\$ 154 por pessoa, considerando a quantidade de filhos, as famílias beneficiadas podem receber valores que variam de R\$ 32 a R\$ 306.

¹² A Estratégia Fome Zero é uma ação do governo federal que inicialmente foi constituída como programa. Diante da dimensão da necessidade de investir na segurança alimentar, passou a ser uma estratégia que tem por finalidade *assegurar o direito à alimentação*. Atualmente, integra o PBF.

¹³ É uma ação estratégica do Governo Federal, que integra o Programa Bolsa Família, com a finalidade de atender às famílias que se encontram em extrema pobreza, que possuam crianças na faixa etária de 0 a 6 anos e promover a qualidade de vida dessa parcela da sociedade.

As famílias com renda per capita mensal inferior a R\$ 70 são consideradas em situação de extrema pobreza pelo MDS. Para essa classificação, o programa objetiva proporcionar a elevação da condição em que se encontram as famílias. Ressalte-se que em 2012 foi acrescido o Benefício para a Superação da Extrema Pobreza na Primeira Infância (BSP), destinado às famílias que não conseguem superar a condição de extrema pobreza, independente de receberem outros benefícios concedidos pelo Bolsa Família (MDS, 2013).

O programa de transferência de renda não é uma iniciativa brasileira, como destaca Zimmermann e Cruz Silva (2009):

[...] diversas experiências internacionais de programas transferência de renda, que surgiram nos países desenvolvidos no século XX, no momento em que Estado de Bem-Estar Social ganha concretude e consolidação. Bastaria estudar os países nórdicos da Europa, pioneiros na introdução de programas de transferência de renda. O Bolsa Família, portanto, não difere em sua concepção principal dos referidos programas adotados há mais de seis décadas pelo Reino Unido em 1948, seguido pela Finlândia em 1956 e Suécia em 1957. Os países baixos, por sua vez, introduziram esse tipo de proteção social na década de 1960, precisamente em 1963 e a Bélgica em 1974. Na Alemanha, uma lei federal de auxílio social (Sozialhilfe) foi introduzida em 1961. No caso França, houve uma certa polêmica em torno da introdução ou não de programas de transferência de renda, contexto foi marcado por um intenso debate, culminando com a instituição tardia da RMI (revenu minimum d'insertion) no ano de 1988 (ZIMMERMANN; CRUZ SILVA, 2009, p. 55-56).

Segundo Jaccoud¹⁴ (2010, p.01), na década de 1990, quando a pobreza passou a ser vista como “objeto de uma crescente produção intelectual, ao mesmo tempo em que ganha um espaço inédito na agenda das políticas públicas”, iniciou-se um processo que gradativamente desencadeou esforços no sentido de aprimorar e consolidar ações efetivamente concretas e eficazes, denotando possibilidades de cuidar dos mais pobres através da injeção de recurso para aliviar o fator de maior potencialidade no que tange a miséria e a pobreza, que é a fome.

Programa de transferência de renda de maior impacto em nível internacional na atualidade, o Bolsa Família completa uma década de existência. Já em países da Europa (Bélgica, Finlândia, Alemanha) ultrapassam seis décadas, tomando como base a instituição desses programas no Reino Unido, não apresentando previsão de extinção. As estruturas organizacionais desses programas diferem da proposta do PBF. Considerando-se os critérios de elegibilidade, percebe-se que o programa brasileiro tem se difundido, do ponto de vista do atendimento, de forma superior aos programas existentes.

Outras experiências antecedem o Programa Bolsa Família na América Latina, como o Programa Oportunidades de Desenvolvimento Humano, do México, e o Programa Chile

¹⁴ Técnica de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) e assessora do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Solidário, do Chile, que apresentam estruturas, público-alvo e focalizações divergentes, do ponto de vista organizacional (SILVA; LIMA, 2010).

No âmbito dos programas de transferência de renda, o Bolsa Família visa a erradicação e superação da pobreza. No contexto atual da política social brasileira, o Programa se destaca sob a ótica de uma proposta articuladora das implementações de experiências apresentadas nos programas “remanescentes”¹⁵ de transferência de renda.

Para Silva (2008), os programas de transferência de renda dispõem de dois pressupostos orientadores: romper com “ciclo vicioso da pobreza” e o “enfrentamento da pobreza e da desigualdade social no Brasil”.

Na análise realizada por Camargo, Currello, Lício, Mostafa (2013) referente aos dados disponibilizados pela Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC) através do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em 2013, sobre a distribuição de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, comparando as regiões brasileiras é possível identificar que a Região Nordeste contempla o maior número de famílias beneficiárias, ultrapassando 50% do total de famílias beneficiárias do país.

Apresentando o maior quantitativo de famílias pobres cadastradas e beneficiadas pelo PBF, o Nordeste é a região do Brasil que mais sofre com a pobreza e a miséria, evidenciando-se a necessidade de transferência de renda imediata. Embora demonstrem as mesmas necessidades, as demais regiões possuem menor quantidade de famílias em situação de pobreza e de vulnerabilidade social, proporcional ao quantitativo populacional (CAMARGO, CURRALERO, LICIO, MOSTAFA, 2013).

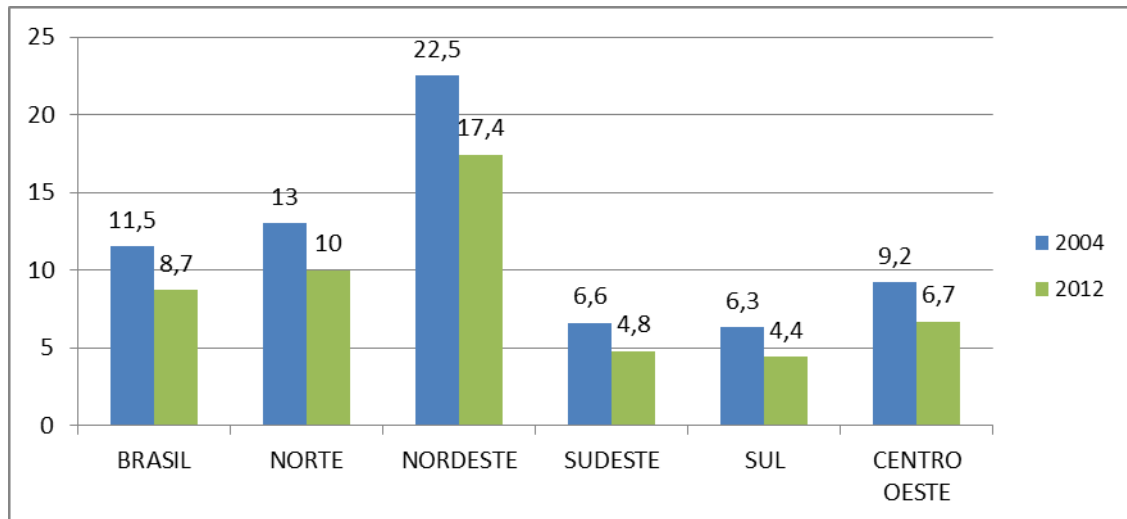
Dessa forma, o alcance do programa ganha destaque no Nordeste, região de maior concentração de pobreza no país. De acordo com informações disponibilizadas na folha de pagamento do PBF, contida nos dados da SENARC (2013), o total de famílias beneficiárias pelo Programa estão distribuídas da seguinte forma: 50,4 % na região Nordeste; 25,3% no Sudeste; 11,4% no Norte; 7,5% na região Sul; e 5,4% no Centro-Oeste (CAMARGO, CURRALERO, LICIO, MOSTAFA, 2013, p.162).

Ainda segundo Camargo, Currello, Lício e Mostafa (2013, p.163), “a desigualdade de renda no país está intimamente associada à desigualdade regional [...]”, o que possibilita o surgimento de outros problemas de ordem social, a exemplo do desenvolvimento educacional, concentrando também o mais alto índice de analfabetismo do país, identificado pelo Instituto

¹⁵ São considerados programas remanescentes, os programas que fizeram parte da unificação. São eles: Bolsa-Escola, Auxílio-Gás, Bolsa-Alimentação e Cartão-Alimentação.

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹⁶, entre outros problemas decorrentes da ausência de condições financeiras e de oportunidade para superar a condição de vulnerabilidade social.

GRÁFICO 1- Taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais entre as regiões do país de 2004 a 2012



Fonte: IBGE/PNAD (2012)

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD, 2012), a taxa de analfabetismo no país apresentou queda no período de 2004 a 2012. O gráfico acima aponta que a maior queda ocorreu no Nordeste, região que apresenta o maior número de analfabetos. Ainda com relação ao Nordeste, a pobreza e a extrema pobreza ganham destaque, concentrando quantitativos superiores às demais regiões brasileiras.

O PBF tem se expandido de maneira significativa em todas as regiões, destinando recursos para que as famílias em condições de receber o benefício sejam contempladas e iniciem uma nova fase, com maior qualidade de vida e possibilidade de proporcionar expectativas e avanços futuros no tocante ao enfrentamento da pobreza e da miséria.

Desde a sua implantação, em 2003, o número de famílias atendidas no pelo programa vem aumentando gradativamente, conforme o quadro abaixo:

¹⁶ Ressaltam-se as informações publicadas no Censo de 2010. Disponível em: <http://7a12.ibge.gov.br/vamos-conhecer-o-brasil/nosso-povo/educacao>. Acesso em 14 de novembro de 2013.

QUADRO 2 - Evolução do Quantitativo de Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família no Brasil

ANO	FAMÍLIAS ATENDIDAS¹⁷
2003	3.600.000
2004	6.600.000
2005	8.700.000
2006	11.000.000
2007	11.000.000
2008	12.900.000
2009	12.300.000
2010	12.800.000
2011	13.300.000
2012	13.900.000
2013	13.800.000

De acordo com os dados do quadro 2 (MDS, 2013), houve uma redução no quantitativo de famílias beneficiárias em relação ao ano de 2012. Passados dez anos, o programa chega em 2013 com o total de 13,8 milhões de famílias atendidas em todo o país.

Diante da expectativa de mudanças no cenário das políticas sociais, a proposta do PBF ganha força. Destacando-se como ação do governo federal, passa a ser aceita pela população com legitimidade e perspectiva de melhorias para as famílias menos favorecidas.

Articular políticas e programas sociais integrando as três instâncias do poder público (União, Estado e Município) aponta para a necessidade de consolidar a prática, através da intersectorialidade como instrumento estratégico no avanço para o desenvolvimento de ações e responsabilidades compartilhadas. Com efeito, a proposta do programa se apresenta pautada neste desafio. A condicionalidade intrínseca na transferência de renda demanda para os vários setores sociais envolvidos, responsáveis pelo funcionamento do programa, acompanhamento e atendimento das famílias em condição de elegibilidade e/ou beneficiárias, aspecto que remonta à lógica da gestão descentralizada do Programa Bolsa Família.

Para Pereira (2011):

[...] é pela perspectiva dialética, e não linear, ou meramente agregadora, que a intersectorialidade das políticas sociais deve se pautar, caso queira ser fiel à realidade - que, por natureza, é dialética - e não pretenda transformar processos políticos, potencialmente conflituosos, em neutras prescrições administrativas (PEREIRA, 2011, p.2).

¹⁷ Fonte: <http://bolsafamilia10anos.mds.gov.br/linhadotempo>. Adaptado pela autora. Acesso em 12 de dezembro de 2013.

Na efetivação da intersetorialidade, o fortalecimento dos vínculos entre os setores sociais se apresenta como um meio de aproximação entre os pares, de veiculação de informações pertinentes ao desenvolvimento e à integração das ações.

Dentro desse contexto, a viabilização dos Programas de Transferência Condicionada de Renda (PTCR) é efetivada à medida que são articuladas e executadas atividades inerentes a cada setor social envolvido no processo, que, de forma conjunta, oportuniza condições financeiras mínimas às famílias que, de fato, fazem parte da população alvo do programa, o que suscita refletir sobre a aplicabilidade das condicionalidades no ambiente familiar.

Assim, é importante destacar que o Governo Federal caracteriza¹⁸ a pobreza e a extrema pobreza sob o ponto de vista da renda familiar, levando em consideração uma escala de rendimentos financeiros que influencia diretamente no valor do benefício a ser recebido. Desse modo, uma família pobre é aquela que percebe mensalmente por pessoa valores entre R\$ 70 e R\$ 140; as perfiladas como extremamente pobres são aquelas cuja renda mensal per capita não ultrapassa R\$70. Com efeito, o Programa Bolsa Família se apresenta como uma proposta promissora, acentuada pelo interesse internacional. Com base em dados do IPEA¹⁹ (2013), o programa é apontado como responsável por melhoraria dos índices sociais a nível nacional, após uma década de existência (LISBOA, 2013). Ainda segundo Lisboa (2013):

A solução brasileira para acabar com a pobreza virou referência para outros países, a ponto de se tornar uma espécie de produto de exportação. Países do mundo inteiro têm buscado tecnologias de combate à fome e de inclusão social, criadas e adotadas pelo Brasil. Frequentemente, missões estrangeiras nos visitam para entender como o governo federal consegue, há mais de dez anos, transferir valores que variam de R\$ 70 a R\$ 306 para cerca de 16 milhões de pessoas, sem atraso e sem falhas, por meio do Programa Bolsa Família, e retirá-las da miséria (LISBOA, p. 1, 2013).

Partindo deste contexto, observa-se que o programa é um conjunto de ações que, desenvolvidas de forma articulada e integrado a outras políticas sociais, avança no combate a pobreza. Castro, Walter, Santana e Stephanou (2009) observam que a população brasileira é um forte elemento para avaliar não só o PBF como também outras políticas públicas. Partindo deste entendimento, cabem as seguintes reflexões: de que forma o PBF superará a pobreza e a extrema pobreza, se não atende à população indigente do Brasil? Como as pessoas que não dispõem de moradia, que não possuem documentos de identificação e não exercem função remunerada se tornarão elegíveis para o atendimento através do programa de transferência direta de renda? Enquanto a proposta do PBF atender apenas às famílias elegíveis, uma parcela da população, por ser indigente, não será beneficiada com a transferência de renda.

¹⁸ Ver Capítulo II, Sessão 1, Art. 18 do Decreto Nº 5.209, de 17 de setembro de 2004.

¹⁹ O IPEA possui vínculo com a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

A legitimidade que o programa vem alcançando advém, sobretudo, da aceitação e aprovação de sua proposta junto à sociedade, apregoada desde a sua implantação. Contudo, sem desmerecer o processo de avaliação, faz-se necessário considerar o processo de articulação, elaboração e efetivação do PBF, cuja proposta é concebida como propulsora no tratamento dado às questões sociais, veementemente no que se refere à pobreza e à miséria.

Na sua versão presente, os programas de renda mínima pretendem combater a pobreza evitando o trabalho precoce infantil e aumentando o grau de instrução dos mais pobres, em particular dos seus dependentes. A idéia é que a elevação do nível educacional dessas crianças permitirá ampliar sua capacidade futura de geração autônoma de renda, rompendo com o círculo vicioso de reprodução da pobreza (LAVINAS, 1998, p.17,18).

Este pensamento prevalece na atual conjuntura do PBF, uma vez efetivada a unificação dos programas de transferência de renda, que reflete a capacidade estatal sob a consolidação das políticas sociais e revela o poderio decisório do governo, em face de uma transformação no contexto das famílias em situação de vulnerabilidade.

O programa continua sendo foco de discussão e tema de debates que envolvem desde sua estrutura, perpassa sua efetividade, durabilidade, chegando às análises dos resultados apresentados em várias pesquisas. Para melhor compreensão da funcionalidade do PBF, faz-se necessário compreender sua trajetória a partir da sua idealização.

1.2 Contexto histórico do Programa Bolsa Família

Surgido em 2003, através da aprovação da Medida Provisória nº 132, o Programa Bolsa Família traz em seu parágrafo único a seguinte expressão:

O Programa de que trata o caput tem por finalidade a unificação dos procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do Governo Federal, especialmente as do Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à educação-“Bolsa Escola”, instituído pela Lei nº 10.219, de 11 de abril de 2001, do Programa Nacional de Acesso à Alimentação- PNAA, criado pela Lei 10.689, de 13 de junho de 2003, do Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à saúde – “Bolsa Alimentação”, instituído pela Medida Provisória nº 2.206-1, de 6 de setembro de 2001, do Programa Auxílio-Gás, instituído pelo Decreto nº 4.102, de 24 de janeiro de 2002, e do Cadastramento Único do Governo Federal, instituído pelo Decreto nº 3.877, de 24 de junho de 2001 (BRASIL, 2003).

Em 2004, a Medida Provisória supramencionada foi substituída pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, sancionada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sendo regulamentada pelo Decreto nº 5.209, instituído na mesma data. Os documentos em destaque formalizaram, a nível nacional, a transferência de renda para as famílias.

Após uma década de existência (2003-2013), observa o MDS (2013), o processo de expansão do PBF, além de contemplar famílias em situação de risco social, vem passando por implementações significativas, do ponto de vista de sua operacionalização, como, por exemplo, a criação do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

Com um quantitativo de 36 milhões de famílias atendidas ao longo de sua trajetória, o programa atende atualmente 13,8 milhões de famílias. Desenvolvido e apoiado pelas bases governamentais, o PBF se tornou foco das discussões e reflexões sobre a melhoria da educação e da superação da pobreza no país (MDS, 2013).

Com vistas a articular políticas sociais e educacionais, o governo vem proporcionando mudanças significativas, com o objetivo de integrar ambas as políticas, no sentido de viabilizar melhores condições de vida e o desenvolvimento da educação no Brasil. Dessa articulação, veio à tona a unificação dos programas de transferência de renda, que passam a ter uma nova estrutura organizacional, pautada em condicionalidades no âmbito da educação, da saúde e da assistência social. Desta forma, originou-se o Programa Bolsa Família.

Antes da unificação, os programas de transferência de renda tinham seus procedimentos de gestão e execução funcionando de forma isolada, atendendo ao público alvo dentro das especificidades de cada programa. Seguindo o Decreto nº 5.209 (2004), juntamente com a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, foram estruturadas as condicionalidades, de forma a dar sustentabilidade ao processo de desenvolvimento do PBF no âmbito do Sistema de Proteção Social.

Silva (2006) afirma que o processo de construção histórica dos programas de transferência de renda se inicia no Brasil na década de 90, a partir da aprovação do Projeto de Lei nº 80/1991, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que apresenta, em suma, o Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM), no qual todos os brasileiros com renda de até 2,25 salários mínimos seriam beneficiados, caso residissem no país e tivessem mais de 25 anos.

Ainda em 1991, acrescenta Silva (2008), fomentou-se a necessidade de se articular a garantia de renda mínima à educação. Assim, surgem, em 1995, as primeiras experiências, a nível municipal, de Programas de Renda Mínima, através da implantação do Programa Bolsa Escola em três cidades: Brasília (DF), Campinas (SP) e Ribeirão Preto (SP).

No âmbito do Governo Federal, os programas tiveram início em 1996, com o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e o Benefício de Prestação Continuada. Após três anos, as experiências anteriores se expandiram a nível estadual. O desenvolvimento dos programas de transferência de renda se consolidou a partir de 2001, com a criação do Programa Bolsa Escola e Bolsa Alimentação. Com a priorização, em 2003, do enfrentamento

da fome e da pobreza, no governo Luiz Inácio Lula da Silva, surge o Programa Bolsa Família, dando aos programas de transferência de renda uma nova estrutura e um novo padrão de funcionamento. Neste período, de acordo com Guimarães-Iosif (2009, p.64):

Com o novo governo, em 2003, vieram a esperança e a promessa de acabar de vez com o analfabetismo, melhorar a qualidade da aprendizagem, democratizar o acesso aos ensinos Médio e Superior, reduzir e eliminar a desigualdades educacionais e sociais do país.

Desde então, ações de cunho organizacional são direcionadas ao desenvolvimento do Programa Bolsa Família, com o intuito de manter sua funcionalidade, conforme critérios pré-estabelecidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Na atual configuração, o Programa Bolsa Família integra o Plano Brasil sem Miséria²⁰, implantado em 2011, durante o governo da presidente Dilma Rousseff, também gerenciado pelo MDS. Com as ações articuladas, o governo objetiva atender a um quantitativo de 16,2 milhões de brasileiros, que, em conformidade com os dados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE), vivem com uma renda per capita de até R\$ 70. Na concepção de Cavalcante (2009):

Bolsa Família introduziu algumas inovações no âmbito dos programas de transferência de renda do governo federal, quais sejam: passou a proteger a família inteira ao invés do indivíduo; aumentou o valor dos benefícios pagos; simplificou a gestão de todos os programas num só; exigiu um maior compromisso das famílias atendidas e; potencializou as ações de governo, articulando União, estados e municípios (CAVALCANTE, 2009, p.4).

Com as implementações, consolida-se a possibilidade de avanço, no sentido de aprimorar a proposta do PBF, de forma a potencializar a gestão descentralizada e garantir a oferta dos serviços sociais básicos com maior qualidade.

Nesta perspectiva, segundo o MDS (2013), o programa tem se mostrado eficaz, buscando alcançar, gradativamente, seu objetivo ao longo de uma década de existência. Em relação ao quantitativo de famílias, os benefícios alcançados foram diversos.

Silva (2008) relata que:

Em termos de meta, foram beneficiadas 3,6 milhões de famílias em 2003 com um orçamento de 4,3 bilhões de reais; foram atendidas 6.571.842 famílias até dezembro de 2004, com um orçamento de 5,3 bilhões de reais; o Programa era implementado em 5.533 municípios brasileiros (99,50%). Até dezembro de 2005, beneficiou cerca de 8 milhões de famílias, atingindo 100% dos municípios brasileiros; 77% das famílias com renda *per capita* de até R\$100,00, com investimento da ordem de R\$ 6,5 bilhões. Em julho de 2006, foram atendidas 11.120.3363 famílias, com

²⁰ Tem por objetivo elevar a renda e as condições de bem-estar da população. Atua em três eixos: acesso a serviços; garantia de renda e inclusão produtiva. (MDS, <http://www.mds.gov.br/falemnds/perguntas-frequentes/superacao-da-extrema-pobreza%20plano-brasil-sem-miseria-1/plano-brasil-sem-miseria>).

investimento de R\$ 683.130.503,00 no mês, com um orçamento para todo o ano da ordem de R\$ 8,3 [...] (2008, p.37).

Dados do MDS (2013)²¹ revelam que 11 milhões de famílias foram atendidas pelo PBF em 2007; em 2008, foram beneficiadas 10.900.000 famílias; no ano seguinte, esse quantitativo elevou-se para 12.300.000; em 2010, continuou subindo, alcançando 12.800.00 famílias; em 2011 o número de famílias atendidas foi de 13.300.00; em 2012, chegou a 13.900.00; em 2013 baixou para 13.800.00 famílias atendidas em todo o país.

Para manter o Programa em funcionamento, ainda em conformidade com as informações divulgadas pelo MDS (2013)²², o investimento anual do governo é de R\$ 24 bilhões, o que equivale a 0,46% da economia nacional.

Silva (2006) aponta que o processo histórico de construção dos programas de transferência de renda resultou em:

[...] grandes inovações: a implementação descentralizada desses Programas; a transferência monetária direta para os beneficiários; a admissão da Família enquanto unidade de atenção social; a unificação dos programas; a proposta de articulação de políticas compensatórias com políticas estruturantes e a obrigatoriedade do cumprimento de condicionalidades por parte dos beneficiários, o que imprimiu ao Sistema Brasileiro de Proteção Social novo padrão, novo conteúdo, nova dinâmica, mas também novos desafios” (SILVA, 2006, p.3).

Os números apresentados pelo PBF, embora revelem que a desigualdade social persiste no país, destaca, por outro lado, que o programa vem proporcionando às famílias beneficiárias, desde a sua implementação, o acesso a uma renda monetária, o que significa possibilidades de melhoria da qualidade de vida. Porém, limites e desafios ainda são citados por estudiosos, numa perspectiva de aprimoramento da proposta do programa.

1.3 Estrutura organizacional e funcionalidades do Programa Bolsa Família

Concebido como elemento principal no processo de enfrentamento da pobreza e erradicação da miséria, através do repasse de recursos financeiros integrados às condicionalidades, o Programa Bolsa Família estabelece a ligação das famílias com os direitos sociais, no tocante à educação, saúde e à assistência social, e com programas complementares que visam promover a superação da pobreza através da formação profissional.

Com efeito, investir cada vez mais nas políticas sociais parece ser o caminho encontrado pelos órgãos governamentais para alcançar resultados, pois demonstra a ação do poder público em prol da melhoria da qualidade de vida dos cidadãos brasileiros.

²¹ Disponível em: <http://bolsafamilia10anos.mds.gov.br/linhadotempo>. Acesso em 06 de janeiro de 2014.

²² Disponível em: <http://bolsafamilia10anos.mds.gov.br/node/124>. Acesso em 06/01/2014

O Programa Bolsa Família funciona de forma descentralizada, dividindo-se em três gestões - Federal, Estadual e Municipal -, com responsabilidades e competências específicas.

A execução e a Gestão do Programa Bolsa Família são públicas e governamentais e dar-se-ão de forma descentralizada, por meio da conjugação de esforços entre os entes federados, observada a intersetorialidade, a participação comunitária e o controle social (Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004, art. 8º).

No âmbito da esfera Federal, a responsabilidade está direcionada para a operacionalização do programa e do Cadastro Único; para os Estados, a competência está focada no apoio aos municípios em relação aos programas complementares; aos municípios compete proceder com o cadastro das famílias, a identificação e o acompanhamento do cumprimento das condicionalidades, a gestão de benefícios, além de desenvolver ações direcionadas à elevação de renda e ao desenvolvimento social das famílias.

Para verificar o desempenho dos Estados e Municípios em relação ao desenvolvimento do PBF, o MDS utiliza o Índice de Gestão Descentralizada (IGD), no qual está contido o Índice de Gestão descentralizada Municipal (IGD-M) e o Índice de Gestão Descentralizada Estadual (IGD-E). As informações oriundas destes indicadores são utilizadas como fonte de análise para calcular os recursos que serão disponibilizados aos entes federados para gerirem o programa a nível local.

A prestação de contas desses recursos deve ser realizada através do *SuasWeb*²³, que funciona como instrumento de gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) através da internet, devendo conter ainda o parecer conclusivo da análise das contas realizado pelo Conselho de Assistência Social (MDS, 2013).

A partir do Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome, foi criada uma secretaria para tratar exclusivamente das demandas do PBF, isto é, de sua operacionalização. Trata-se da Secretaria Nacional de Renda e Cidadania (SENARC), cujas atividades envolvem a concessão, o pagamento dos benefícios, a gerência de cadastro, o supervisionamento do cumprimento das condicionalidades, a promoção da articulação dos Ministérios e dos entes federados e a fiscalização e acompanhamento da efetivação do programa (MDS, 2013).

Para sua operacionalização, o PBF está estruturado em três eixos, a saber: transferência de renda, condicionalidades e ações e programas complementares (MDS, 2013).

A transferência de renda é feita diretamente para uma conta específica, em nome do beneficiário, evitando-se intermediações e desvio do recurso, direcionado para fins de

²³ [...] é o sistema de funcionalidades específico para a gestão do SUAS [...]. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/redesuas/suasweb> acesso em 27/04/2014.

sobrevivência; as condicionalidades são postas em função da necessidade de possibilitar aos beneficiários o acesso aos direitos sociais. No caso do PBF, estão condicionados a assumirem o compromisso de cumprir com as exigências estabelecidas para a área da Saúde, da Educação e da Assistência Social. As condicionalidades estão pautadas, pois, no comprometimento das famílias em utilizar os serviços públicos de acordo com as especificações do programa. Desse modo, o governo encontrou um meio de levar a população a usufruir dos direitos básicos. No entanto, a qualidade do serviço ofertado nas áreas condicionadas do programa requer avanços e melhorias.

O programa também proporciona às famílias conhecer e praticar ações de cuidados com a saúde e a educação de seus dependentes. No âmbito das diretrizes do Programa Bolsa Família, condicionar significa levar uma família, na sua totalidade, a praticar ações cuja possibilidade de execução seria remota caso inexistisse o PBF.

Estudos (SOUZA; OSÓRIO, 2013) apontam que parte dos resultados alcançados pelo programa se liga ao fato de que as famílias estão cumprindo as condicionalidades, assegurando a melhoria na qualidade de vida de seus entes. Com base na focalização a que se designa o PBF, a família é o elemento em questão. Se o foco do programa fosse o indivíduo, o quantitativo seria muito mais elevado, suscitando outros enfoques para a discussão acerca da efetividade e da eficiência, em conformidade com a proposta vigente.

Para facilitar a apreensão do conceito de família e especificar como prioridade o atendimento imediato das necessidades básicas de sobrevivência, a lei que cria o PBF, em seu artigo 2º, parágrafo 1º, define a família como uma “Unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentesco ou afinidade, que forme um grupo doméstico, vivendo sobre o mesmo teto [...]” (BRASIL, 2006).

Em virtude da necessidade de aprofundar o conhecimento sobre a instituição familiar, sua conceituação é delimitada, conforme Kaloustian (1988, p.22), como:

[...] o lugar indispensável para a garantia da sobrevivência e da proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como vêm se estruturando. É a família que propicia os aportes afetivos e, sobretudo, materiais necessários ao desenvolvimento e bem-estar dos seus componentes.

Em se tratando do comportamento das famílias beneficiárias, dá-se ênfase ao entendimento acerca da relação entre seus dependentes, das condições de sobrevivência, do compromisso com a execução das atribuições inerentes à manutenção da condição de beneficiárias em função da condicionalidade da Educação e se existe influência no rendimento escolar. E ainda,

Ela desempenha um papel decisivo na educação formal e informal, é em seu espaço que são absorvidos os valores éticos e humanitários, e onde se aprofundam os laços de solidariedade. É também em seu interior que se constroem as marcas entre as gerações e são observados valores culturais (KALOUSTIAN, 1988, p.22).

Neste sentido, entender e identificar os pontos positivos e/ou negativos na formação educacional dos beneficiários se faz necessário para a afirmação ou não dos impactos causados pelo PBF no rendimento escolar. Segundo Tiba (1996, p.178), “é dentro de casa, na socialização familiar, que um filho adquire, aprende e absorve a disciplina para, num futuro próximo, ter saúde social [...]”.

O conceito de família apresentado contempla as recentes transformações vivenciadas na configuração das famílias. Dentro desse contexto, a mulher passa a ser priorizada como a detentora e titular do benefício, na condição de responsável pela aplicabilidade dos recursos e pelo cumprimento das condicionalidades.

O conceito de família foi ampliado. Os quesitos relativos a nupcialidade foram, mais uma vez, alterados. Porém incorporou uma mudança há muito reivindicada pela sociedade: as categorias chefe do domicílio e chefe da família foram substituídas por pessoa responsável pelo domicílio e pessoa responsável pela família. Esta alteração, longe de ser uma simples mudança semântica, refletiu o esforço deliberado de se romper com esquemas que reforçam e perpetuam discriminantes de gênero. (NASCIMENTO, 2006, p.10).

De certa forma, a figura do gênero feminino e o poder da tomada de decisão passam a ser fortalecidos, oportunizando maior retorno às famílias quando da aplicabilidade dos recursos e do cumprimento das condicionalidades.

Diante das diversas configurações estruturais das famílias, cabe refletir: em que contexto familiar as crianças são educadas? E qual o papel da família no acompanhamento da vida escolar? Para Carvalho (2004):

A política de participação dos pais na escola gera concordância imediata e até mesmo entusiasmada: parece correta porque se baseia na obrigação natural dos pais, aliás, mães; parece boa porque sua meta é beneficiar as crianças; e parece desejável porque pretende aumentar tanto a participação democrática quanto o aproveitamento escolar. [...] Entretanto, além de condições e disposições dos pais para participar, a política de incentivo a sua participação na escola (particularmente no contexto da escola pública) pressupõe aquilo que ela quer construir: continuidade cultural e identidade de propósitos entre famílias e escolas (CARVALHO, 2004, p.44).

Nessa linha de pensamento, a relação família e escola apresenta divergências e consonâncias, uma vez que estudiosos afirmam ser positivo o envolvimento da família no desempenho escolar dos dependentes, embora o fracasso escolar atinja as famílias mais pobres cujos dependentes estudam em escolas públicas (CARVALHO, 2009).

As condicionalidades do Programa Bolsa Família estão estruturadas de forma direcionada a cada área de atuação, a saber:

No **caso da Saúde**, as condicionalidades são: acompanhamento do cartão de vacinação; acompanhamento do desenvolvimento e do crescimento das crianças com menos de sete anos de idade; acompanhamento de mulheres de 14 a 44 anos de idade; acompanhamento de gestantes através do pré-natal; acompanhamento de nutrízes; acompanhamento do bebê (BRASIL, 2004);

Em **relação à Educação**, as famílias são condicionadas à realização da matrícula de crianças e adolescentes inseridos na faixa etária de seis a 15 anos de idade; obtenção de frequência escolar de no mínimo 85% da carga horária para os estudantes beneficiários de seis a 15 anos de idade; obtenção de frequência escolar de no mínimo 75% da carga horária para os estudantes beneficiários com 16 e 17 anos de idade (BRASIL, 2004).

Para a **Assistência Social**, as condicionalidades estão restritas à inserção das crianças e adolescentes com idade até 15 anos que se encontram em situação de risco ou desvinculados do trabalho infantil por meio do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV); a contrapartida é a obtenção de frequência mínima de 85% da carga horária mensal escolar (MDS, 2013).

Segundo o MDS (2013), o acompanhamento do cumprimento das condicionalidades deve ser realizado pelo responsável pelo programa no Município, encarregado de identificar casos de descumprimento das condicionalidades. Assim, compete ao Município desenvolver ações implementares, com vistas a acompanhar as famílias que não conseguiram cumprir as condicionalidades. Os beneficiários que descumprirem as condicionalidades podem ter o benefício bloqueado, suspenso ou cancelado. Para reverter situações deste tipo, as famílias são orientadas, através do órgão responsável pelo desenvolvimento do PBF no município, a procurarem o gestor do programa e regularizar suas pendências.

Para manter a atualização dos dados, o acompanhamento das famílias é realizado de maneira articulada entre as áreas de atendimento, seguindo um calendário previamente acordado. Assim, todas as informações devem constar no sistema informatizado referente a cada área. O município que estabelece e firma adesão com o Governo Federal no âmbito do PBF se compromete a implantar ações que atendam às necessidades sociais vigentes.

A integração da transferência de renda às condicionalidades reflete, no contexto das desigualdades sociais, a intenção do governo em aproximar a população elegível, do ponto de vista dos critérios do PBF, dos serviços sociais básicos, viabilizando o acesso à Educação e à

Saúde, principalmente. Na atual conjuntura da Política Nacional de Assistência Social, o programa aparece como elemento fundamental na corrida pelo desenvolvimento social.

Nesta abordagem, a concepção de pobreza evidenciada reafirma a ampla dimensão do programa, que se propõe a ir além da insuficiência de renda. Ainda discorrendo sobre as condicionalidades, especificamente na área da Educação, foco da investigação, ressalta-se a relevância da participação do Ministério da Educação (MEC) no acompanhamento da frequência escolar, através das informações inseridas no Sistema de Frequência Escolar (Sistema Presença), alimentado por informações emitidas pelos profissionais da educação em todos os municípios do país, em conformidade com o calendário.

Nas condicionalidades referentes à Educação, a frequência escolar e a matrícula mostram-se efetivadas, no entanto, “os PTCR tendem a levar de volta às escolas estudantes que haviam evadido ou que nunca haviam freqüentado escolas (SOARES, RIBA; OSÓRIO, p. 6, 2007)”. Contudo, para o acompanhamento do rendimento escolar, o PBF não dispõe de elementos condicionados para esse fim.

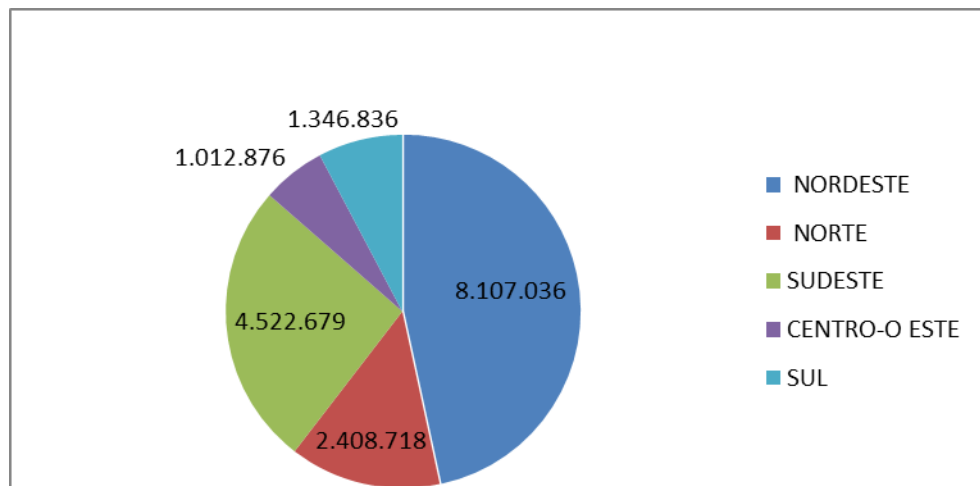
Através do PBF, o governo atende, de forma descentralizada, aos anseios de condição mínima de sobrevivência da população inserida na camada mais pobre do país. Os resultados já são visíveis no tocante à educação. Em pesquisas publicadas recentemente, em destaque a intitulada **O impacto do Programa Bolsa Família sobre a frequência escolar: uma análise de diferenças, a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD)²⁴**, realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2011), evidenciam-se que a redução do quantitativo de crianças e adolescentes de até 16 anos de idade que não frequentavam a escola está relacionada à condicionalidade da educação.

Conforme o MDS (2013), o acompanhamento da frequência escolar é realizado bimestralmente através do Sistema de Acompanhamento da Frequência Escolar (Sistema Presença), ferramenta que viabiliza o monitoramento das condicionalidades relacionadas à área da Educação, operacionalizado pelo Ministério da Educação (MEC).

O gráfico abaixo revela o alcance do PBF sobre as regiões brasileiras, destacando o Nordeste como a região que apresenta a maior quantidade de beneficiários matriculados que frequentam a escola pública.

²⁴ “Vem sendo realizada desde 1967 com um objetivo duplo: suprir a falta de informações sobre a população brasileira durante o período intercensitário; estudar temas insuficientemente investigados ou não contemplados nos censos demográficos decenais [...]” Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=12521:inf. Acesso em 15 de julho de 2014.

GRÁFICO 2 - Acompanhamento da Frequência dos Alunos Beneficiários do PBF em 2014



Fonte: Sistema Presença/MDS (2014) adaptação pela autora

O acompanhamento das condicionalidades é de responsabilidade dos municípios que aderem ao programa, por meio das secretarias municipais de Assistência Social, que promovem o cadastramento e realizam a atualização dos dados das famílias beneficiárias a cada dois anos, disponibilizando os dados no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal. Também compete aos municípios estabelecer parcerias com outras entidades a fim de ampliar a oferta de programas complementares que proporcionem a emancipação das famílias beneficiárias do programa.

O Programa Bolsa Família usa como ferramenta de identificação e caracterização das famílias em situação de baixa renda um sistema que concentra todas as informações referentes aos programas sociais do Governo Federal. Trata-se do Cadastro Único, operacionalizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e utilizado, obrigatoriamente, na seleção dos beneficiários do PBF, bem como para atender outros programas de cunho social. O Cadastro Único possibilita ainda a utilização dos dados por parte das esferas estaduais e municipais para fins de implantação, elaboração e/ou implementação de políticas sociais voltadas para o atendimento da população local.

Nesta perspectiva, especificamente, o governo, através do MDS, define família de baixa renda aquela cuja renda esteja limitada a meio salário mínimo por pessoa ao mês ou uma renda mensal de até três salários mínimos²⁵ (MDS, 2013).

²⁵ MDS. Perguntas frequentes. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/bolsa-familia/cadastro-unico/beneficiario/cadunico-inclusao> acesso em: 02 de dezembro de 2013.

Os tipos e valores dos benefícios são definidos através do perfil de cada família identificada no Cadastro Único. Desse modo, o PBF dispõe de seis tipos de benefícios (MDS, 2013). Dentro dessa classificação, a família que for considerada extremamente pobre passará a receber o **Benefício Básico (BV)**, que compreende o montante de R\$ 70; as famílias que tiverem como dependentes crianças e adolescentes inseridos na faixa etária de 0 a 15 anos, serão contempladas com o **Benefício Variável de 0 a 15 anos**, que é de R\$ 32; se na família houver gestante, o registro deverá ser realizado através do Sistema do Bolsa Família na Saúde ou no Sistema de Condicionalidades até o nono mês da gestação para ter direito a nove parcelas no valor de R\$32; este é o **Benefício Variável à Gestante (BVG)** (MDS, 2013).

No caso das famílias com crianças de 0 a 6 meses de idade, terão direito ao **Benefício Variável à Nutriz (BVN)**, devendo ser realizada a inserção de todos os indivíduos desta faixa etária no Cadastro Único até o sexto mês de vida; porém, o benefício é limitado a cinco crianças por família, que receberão seis parcelas de R\$ 32; as famílias que tiverem dependentes com idade entre 16 e 17 anos receberão o **Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ)**, que equivale a R\$ 38, limitado a dois indivíduos nesta faixa etária por família (MDS, 2013).

Finalizando o rol de benefícios, existe ainda **Benefício de Superação à Extrema Pobreza (BSP)**, destinado às famílias que continuam em situação de extrema pobreza. Independentemente de receberem outros benefícios vinculados ao PBF, o BSP é disponibilizado em conformidade com as informações do Cadastro Único e calculado em função da situação de cada família (MDS, 2013).

Cabe ressaltar que o Cadastro Único agrega informações de outros programas sociais, bem como de políticas sociais do Governo Federal, em um único banco de dados, que permite identificar e classificar as famílias de acordo com o perfil social e econômico. Nesse sentido, toda família cadastrada será beneficiada pelo PBF, em virtude do não atendimento aos critérios de elegibilidade. Uma vez na condição de beneficiárias, as famílias se submetem ao recadastramento a cada dois anos, seguindo o cronograma estabelecido pelo MDS.

As famílias possuem autonomia na execução dos recursos recebidos. Em conformidade com as necessidades vitais, as privações são inúmeras; portanto, fica a critério da família definir como será utilizado o recurso. Esse poder de decisão, na maioria das vezes, fica restrito à mulher, a qual, por ser a titular do benefício, possui condições de exercer com maior ênfase a aplicabilidade dos recursos (MDS, 2013).

QUADRO 3²⁶ - Famílias com renda *per capita* mensal de até R\$ 70

Número de gestantes, nutrizes, crianças e adolescentes de até 15 anos	Número de jovens de 16 e 17 anos	Tipo de benefício	Valor do benefício
0	0	Básico	R\$ 70
1	0	Básico+ 1variável	R\$ 102
2	0	Básico + 2 variáveis	R\$ 134
3	0	Básico + 3 variáveis	R\$ 166
4	0	Básico + 4 variáveis	R\$ 198
5	0	Básico + 5 variáveis	R\$ 230
0	1	Básico + 1 BVJ	R\$ 108
1	1	Básico + 1 variável + 1 BVJ	R\$ 140
2	1	Básico + 2 variáveis + 1 BVJ	R\$ 172
3	1	Básico + 3 variáveis + 1 BVJ	R\$ 204
4	1	Básico + 4 variáveis + 1 BVJ	R\$ 236
5	1	Básico + 5 variáveis + 1 BVJ	R\$ 268
0	2	Básico + 2 BVJ	R\$ 146
1	2	Básico + 1 variável + 2 BVJ	R\$ 178
2	2	Básico + 2 variáveis + 2 BVJ	R\$ 210
3	2	Básico + 3 variáveis + 2 BVJ	R\$ 242
4	2	Básico + 4 variáveis + 2 BVJ	R\$ 274
5	2	Básico + 5 variáveis + 2 BVJ	R\$ 306

Na quadro 3, observamos que o Benefício de Superação à Extrema Pobreza (BSP) não está vinculado aos valores expressos. De acordo com o MDS, o valor referente a este benefício é calculado de acordo com a necessidade de cada família para superar o valor de R\$ 70, podendo, assim, sair da situação de extrema pobreza. Essas informações são analisadas através das informações contidas no Cadastro Único, fornecidas pelas próprias famílias no ato do cadastro ou do recadastramento.

A situação econômica das famílias inseridas num contexto expresso pela desigualdade social não apresenta condições de suprir as necessidades básicas de sobrevivência dos seus dependentes. Muitas delas estão inseridas num quadro de completa miséria, afetando, de forma preocupante, o desenvolvimento escolar de crianças e adolescentes incluídas nessa camada social. Desta forma, o BSP visa dar condições das famílias elevarem sua renda mensal para um valor maior do que de R\$ 70 por pessoa.

26

Fonte: <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/bolsa-familia/beneficios/beneficiario/beneficio-valor> Acessado em: 27 de novembro de 2013.

QUADRO 4²⁷ - Famílias com renda *per capita* mensal de R\$ 70 a R\$ 140

Número de gestantes, nutrizes, crianças e adolescentes de até 15 anos	Número de jovens de 16 e 17 anos	Tipo de benefício	Valor do benefício
0	0	Não recebe benefício básico	-
1	0	1 variável	R\$ 32
2	0	2 variáveis	R\$ 64
3	0	3 variáveis	R\$ 96
4	0	4 variáveis	R\$ 128
5	0	5 variáveis	R\$ 160
0	1	1 BVJ	R\$ 38
1	1	1 variável + 1 BVJ	R\$ 70
2	1	2 variáveis + 1 BVJ	R\$ 102
3	1	3 variáveis + 1 BVJ	R\$ 134
4	1	4 variáveis + 1 BVJ	R\$ 166
5	1	5 variáveis + 1 BVJ	R\$ 198
0	2	2 BVJ	R\$ 76
1	2	1 variável + 2 BVJ	R\$ 108
2	2	2 variáveis + 2 BVJ	R\$ 140
3	2	3 variáveis + 2 BVJ	R\$ 172
4	2	4 variáveis + 2 BVJ	R\$ 204
5	2	5 variáveis + 2 BVJ	R\$ 236

Note-se que o teto máximo do valor a ser recebido pelas famílias beneficiárias em ambos os quadros deve-se à limitação determinada pelo MDS para o quantitativo de componentes da família a ser contemplado e à inserção do benefício Básico, que é equivalente a R\$ 70 para as famílias consideradas extremamente pobres. Mas, todos os componentes familiares devem ser cadastrados, mesmo que ultrapassem o limite para receber o benefício.

Para garantir seu funcionamento, o PBF dispõe de uma ferramenta *on-line* para gerir suas ações e promover o aperfeiçoamento de seus processos: o Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família (SigPBF) (MDS, 2013). O programa dispõe também de uma rede para fiscalizar a execução das ações. Nela, o cidadão pode participar por meio de denúncias ao MDS pela Rede Pública de Fiscalização (RPF), composta pelo Ministério Público Federal,

²⁷ Fonte: <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/bolsa-familia/beneficios/beneficiario/beneficio-valor>. Acessado em: 27 de novembro de 2013.

Estadual e do Distrito Federal, pela Controladoria Geral da União (CGU), pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pelo próprio MDS (MDS, 2013).

Essa articulação é realizada através do cruzamento de dados e de ações das Instâncias de Controle Social do Bolsa Família (ICSs), que monitoram as ações do gestor municipal em relação ao desenvolvimento e execução do programa (MDS, 2013).

No âmbito dos Programas de Transferência de Renda, a família se destaca como o eixo propulsor para as articulações direcionadas à elevação social e econômica da sociedade. Neste contexto, Barros, Carvalho, Franco e Mendonça (2006, p.118) afirmam que:

Na medida em que o ambiente familiar é muito importante para determinar o desempenho de crianças e jovens na escola ou no mercado de trabalho, uma maior equidade de renda melhora as condições dos mais pobres pra competirem com os demais grupos.

Esse movimento conduzido pela família aponta evidências na proposta do Bolsa Família, direcionadas à equiparação do nível da desigualdade de renda. A família é, pois, a instituição que está vinculada diretamente às possíveis transformações do contexto social vivenciado no Brasil pela camada menos favorecida economicamente.

Ponderando pesquisas conduzidas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pelo Centro para o Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar), o “International Poverty Center” (2007)²⁸ comparou o PBF a dois Programas de Transferência Condicionada de Renda (PTCR) Latino-Americanos - o Oportunidades (mexicano) e o Chile Solidário -, no tocante aos impactos sobre a desigualdade e a pobreza, considerando que:

Os PTCR também têm auxiliado na redução da pobreza – principalmente da extrema pobreza – e ainda mais no alívio da privação de renda sofrida pelas famílias pobres. Entre os extremamente pobres, as transferências constituem uma parcela importante da renda familiar, quando não toda a renda (International Poverty Center” (2007).

Mas, Soares e Sátyro (2010) apontam que os programas latino-americanos em questão divergem do ponto de vista das finalidades²⁹ às quais estão designados. E ressaltam que:

São conhecidos os impactos do PBF na redução da pobreza, na diminuição da desigualdade de renda, na maior frequência escolar e na garantia de que as crianças beneficiárias não se submetam ao trabalho infantil como antes (SOARES; SÁTYRO, 2010, p. 49).

²⁸Informações publicadas na revista **Nota de Avaliação**, nº 1. Português, dezembro de 2007.

²⁹ O PBF não é um programa de geração de oportunidades, como o Chile Solidario; não é exatamente um programa de incentivo à acumulação do capital humano, como o Progres/Oportunidades; e também não é um programa claramente de proteção social,[...] (SOARES; SÁTYRO, 2010, p.49).

O interesse de alguns pesquisadores em investigar as “possíveis alterações” provocadas pelo PBF no campo das políticas sociais reflete as limitações e possibilidades provocadas pelo alcance e ampliação em sua estrutura. Em 2003, 3,6 milhões de famílias foram atendidas; em 2013, 13,8 milhões. Apesar desse percurso, que leitura é possível fazer a partir da análise dos números que se apresentam desde a implantação do programa?

Em primeiro lugar é possível destacar o crescimento do programa em relação à expansão territorial. Esse fator permitiu que o programa chegasse a contemplar todos os municípios brasileiros em 2005 (SILVA, p. 35, 2008).

Com a adesão dos municípios viabilizou-se o atendimento às famílias localizadas em lugares de difícil acesso pelo Governo Federal, o que possibilitou a essa parcela da população brasileira os benefícios proporcionados através do PBF. Com efeito, o surgimento de novos beneficiários e a manutenção dos que já são assistidos provoca na funcionalidade do programa a necessidade de exercer o acompanhamento das condicionalidades com eficácia.

Diante da questão em pauta, Silva (2008) aborda o PBF a partir de três “dimensões centrais”: a unificação dos programas de transferência de renda, a proposta de condicionalidades do programa e a focalização do programa nas famílias.

Silva (2008) considera relevante a atuação do programa tendo em vista a amplitude de seu atendimento. No entanto, a autora reafirma:

[...] a necessidade de articulação dos Programas de Transferência de Renda com uma política de macroeconômica de crescimento sustentável e de redistribuição de renda, para que possam significar mais que melhorias imediatas das condições de vida de famílias que vivem em extrema pobreza, [...] (SILVA, 2008, p. 55).

Desse modo, a potencialização das ações e programas do governo, no que diz respeito à transferência de renda, fomenta e aprofunda o debate sobre a eficácia no enfrentamento à pobreza e à extrema pobreza. Diante da amplitude e do histórico do programa, a expectativa de resultados demanda estudos e pesquisas no âmbito das três áreas em que o programa se aplica (Educação, Saúde e Assistência Social). Contudo, vale lembrar que para esta pesquisa os estudos estarão voltados especificamente para a área da Educação.

É possível visualizar no quadro abaixo a distribuição de recursos por Estado/região, cujo maior quantitativo em termos de atendimento está direcionado à Região Nordeste, uma vez que é nesta região que se concentra a maior população beneficiária do PBF (MDS, 2013).

QUADRO 5³⁰ - Distribuição de Recursos do PBF por Região em 2013

REGIÃO	RECURSOS
NORDESTE	R\$12.950.565.949,00
SUDESTE	R\$5.787.464.936,00
NORTE	R\$3.228.369.118,00
SUL	R\$1.673.621.713,00
CENTRO OESTE	R\$1.250.085.375,00

Segundo o Portal da Transparência (2013), o Governo Federal transferiu, ao longo do ano de 2013, o total de R\$ 24.890.107.097,00 em recursos para o financiamento do PBF em todas as regiões brasileiras. Essa transferência direta de renda proporcionou às famílias beneficiárias possibilidades de garantir o mínimo necessário para a sobrevivência. Dentre os recursos destinados ao Estado de Alagoas, destinaram-se ao município de Marechal Deodoro o valor equivalente a R\$15.143.814,00.

E quanto aos indivíduos que não possuem os requisitos necessários para se cadastrarem no PBF, de que forma o MDS trata essa questão? E o PBF, de fato, proporciona a ascensão das famílias perfiladas como extremamente pobres para a faixa de famílias pobres? E quanto ao alcance dos objetivos por meio das condicionalidades, na prática o que de fato ocorre? A estes e outros questionamentos estão pautadas as necessidades de maiores esclarecimentos.

Como o foco desta pesquisa está direcionado à área da Educação, as informações a seguir versarão a despeito do objeto de estudo em tela.

Em relação à política educacional do governo em elevar os índices de aprendizagens, como a política de Transferência de Renda Condicionada atua para o alcance da demanda de crianças e adolescentes que estão em idade escolar e não frequentam a escola? De que forma o governo fiscaliza a frequência escolar dos beneficiários?

Estas são algumas das questões que, debatidas e investigadas com rigor, disponibilizarão suporte teórico para aprofundar esta discussão e contribuir para o aprimoramento das políticas públicas voltadas para a melhoria da educação.

São indagações deste porte que fomentam as inquietações em relação à fragilidade na operacionalização, no funcionamento e no alcance dos resultados a partir da proposta do PBF e em relação às condicionalidades da Educação. Dadas às condicionalidades da Educação, percebe-se nesta pesquisa uma lacuna entre a matrícula (acesso), a frequência (permanência) e

³⁰ Fonte: <http://www.portaldatransparencia.gov.br/graficos/bolsafamilia/>. Acessado em 16 de março de 2014. Elaborada pela autora.

o rendimento escolar positivo (sucesso escolar). Articulados à qualidade da aprendizagem, esses três elementos podem possibilitar melhoria da qualidade de vida, em especial daqueles menos favorecidos econômica e socialmente.

No capítulo que se segue, pretendemos fomentar a discussão acerca da relação entre o Programa Bolsa Família e a Educação, no âmbito das políticas sociais, como mecanismo de superação da pobreza.

2 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E A EDUCAÇÃO BRASILEIRA

2.1 Da proposta do PBF à sala de aula

Numa breve apresentação, o Programa Bolsa Família é resultado da unificação, no governo Lula, em 2004, de quatro programas de transferência de renda do Governo Federal - Bolsa-Escola, Auxílio-Gás, Bolsa-Alimentação e Cartão Alimentação - e da inclusão, em 2005, do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI (BRASIL, 2004).

O programa exige como contrapartida das famílias beneficiadas o cumprimento de uma série de condicionalidades, como matrícula e frequência dos filhos em uma escola pública, sob o controle e monitoramento das autoridades locais. Estabelece-se ainda a participação dos demais membros da família beneficiada em atividades de caráter social, educativo e/ou profissionalizante, além da integração com programas do Sistema Único de Saúde (SUS).

Vinculada ao acesso aos serviços públicos, a política de redistribuição condicionada de renda promove o desenvolvimento de maneira estratégica da escolarização, a melhoria da qualidade de vida e das condições financeiras dos mais pobres, constituindo-se num instrumento efetivo de combate à pobreza e vulnerabilidade social de muitas famílias (BRASIL, 2004).

Com relação à unificação dos programas sociais acima apresentados, Silva (2008, p.30) afirma que a efetivação da proposta “requer o desenvolvimento de um processo sistemático de seu acompanhamento e avaliação, a fim de dimensionar o real impacto desses programas”. Partindo desse pressuposto, mediante o que é apresentado pelo MDS, constata-se que, no âmbito do processo de execução das ações do PBF, implementações foram necessárias ao longo de seu desenvolvimento. Essas ações podem ser comprovadas através da base legal do programa, desde a Medida Provisória nº132/2003 até a implantação do Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família (SIGPBF), ferramenta estruturada a partir da necessidade de operacionalização do processo de gestão do programa.

O SIGPBF, além de possibilitar a disponibilização de dados atualizados das equipes que participam da gestão do Programa nas três esferas de governo, também permitirá ao gestor ou coordenador acompanhar as informações de sua adesão e fornecerá instrumentos de dados de gestão do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. (MDS/Secretaria Nacional de Renda e Cidadania, 2013, p.4).

Realizada de forma *on-line*, a operacionalização do SIGPC é destinada aos gestores e responsáveis pela gestão e coordenação do PBF, tanto na esfera municipal quanto na estadual, que acessam o sistema por meio de senha individualizada.

Ainda segundo Silva (2008), o PBF se destaca como o principal programa de transferência de renda. No entanto, encontra-se em implementação e atua de forma intersetorial, o que requer um esforço maior por parte dos entes federados em promover uma articulação consolidada de suas ações entre os setores que estão interligados ao programa.

A evolução no processo de afirmação da política de transferência de renda no Brasil remete à reflexão de que o PBF, conforme Silva (2008, p.46) “precisa ser acompanhado e avaliado no seu percurso para permitir as devidas correções”. No que diz respeito às condicionalidades exigidas para a obtenção do benefício, a autora observa que se direcionam “para a garantia do acesso a direitos sociais básicos” (SILVA, 2008, p.47), o que implica ao poder público proporcionar a oferta dos serviços sociais³¹ como forma de possibilitar a efetivação do compromisso assumido pelas famílias beneficiárias.

Desta forma, ressalta Silva (2006), o esforço em viabilizar a transferência de renda deve:

[...] garantir uma efetiva articulação da transferência monetária concedida às famílias com outros programas sociais (principalmente no campo da educação, saúde, e trabalho) e com uma Política Econômica de geração de emprego e renda, que valorize a renda do trabalho e que desconcentre a renda e a riqueza socialmente produzida; a expansão e democratização dos serviços sociais básicos para todos e um controle social mais efetivo desses programas por parte da sociedade (SILVA, 2006, p. 06).

Nesta perspectiva, a implantação das políticas de transferência de renda como forma de promover a inserção social da parcela da população menos favorecida, estabelece através da condicionalidade, o acesso principalmente à educação.

Para Guimarães-Iosif (2009, p.120):

A educação como política pública de caráter social, deve ser vista como fator importante para o enfrentamento das desigualdades sociais, uma vez que desempenha papel estratégico no momento de formar cidadãos críticos e conscientes da necessidade de luta e de participação social.

Cabe refletir sobre o papel estratégico e a formação mencionada por Silva, considerando a proposta apresentada pelo PBF no âmbito da responsabilidade dos beneficiários, desempenhada tanto pela escola quanto pela família. Nesse contexto, destacam-se dois elementos fundamentais no processo educacional: a qualidade da aprendizagem e o

³¹ Em se tratando do Programa Bolsa Família, os serviços sociais aqui mencionados entende-se como: Educação, Saúde e Assistência Social.

rendimento escolar. As diferenças existentes entre ambos remontam à discussão de que no âmbito da escola nem sempre um bom rendimento escolar é sinônimo de qualidade da aprendizagem. É papel da família Também acompanhar a aprendizagem dos filhos, para assegurar que a escola também proporcione um ensino de qualidade.

É possível extrair das condicionalidades contidas no PBF aquela que está diretamente ligada à área da Educação, já mencionada no capítulo anterior, que deixa expresso como compromisso das famílias, nos termos da Portaria GM/MDS nº 321, de 29 de setembro de 2009, a matrícula e a frequência mínima de carga horária mensal dos beneficiários na faixa etária seis a 15 anos e de 16 e 17 anos de 85% e 75%, respectivamente, não havendo menção em relação ao compromisso das famílias no tocante ao acompanhamento do rendimento escolar dos alunos assistidos pelo programa.

Em se tratando do rendimento escolar dos beneficiários, voltamo-nos para os seguintes questionamentos: matricular e manter os filhos freqüentando a escola é sinônimo de rendimento escolar positivo? Qual o papel da escola e da família no acompanhamento da aprendizagem dos alunos?

Nestes termos, levam-se em consideração as concepções apresentadas pelo Censo da Educação Básica³² (2013), que define rendimento escolar como sendo “a situação de êxito ou insucesso do aluno, por matrícula, ao final do ano letivo”. Ao final de cada processo da formação escolar, o aluno é, então, classificado como aprovado ou reprovado (Nota 03/2013).

Com respeito às condicionalidades da Educação, há duas determinações: matricular e manter a frequência escolar dos dependentes. Para essa reflexão, parte-se da concepção de Educação preconizada na Lei nº 9394/1996 - a Lei de Diretrizes e Bases da Educação:

Art. 1º - A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996).

Compete à escola o desenvolvimento do processo educativo com vistas a alcançar resultados positivos oriundos da aprendizagem em sala de aula, para que se estabeleçam possibilidades para romper com a pobreza vivenciada por gerações e superar limites impostos ao desenvolvimento social e econômico e à minimização da desigualdade social.

Para Libâneo (2012), a escola enquanto instituição à priori das percepções sociais, ao absorver as atribuições extraescolares impostas pelas políticas de combate à pobreza, não

³² [...] é uma pesquisa declaratória realizada anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), sendo obrigatório aos estabelecimentos públicos e privados de educação básica, conforme determina o art. 4º do Decreto nº 6.425/2008 (MEC/INEP, 2013, p.07).

pode descuidar da função legal de promover a construção e a difusão do conhecimento em prol da aprendizagem e da vida cidadã. E enfatiza ainda:

É claro que a escola pode, por um imperativo social e ético, cumprir algumas missões sociais e assistenciais (a escola convive com pobreza, fome, maus tratos, consumo de drogas, violência etc.), mas isso não pode ser visto como sua tarefa e sua função primordiais, mesmo porque a sociedade também precisa fazer sua parte nessas missões sociais e assistenciais (LIBÂNEO, 2012, p. 26).

Para o autor, a relação da escola pública com a pobreza, a desigualdade social entre outros fatores sociais, aproxima o ambiente escolar das realidades vivenciadas no meio em que a instituição de ensino está inserida.

As políticas de universalização do acesso acabam em prejuízo da qualidade do ensino, pois, enquanto se apregoam índices de acesso à escola, agravam-se as desigualdades sociais do acesso ao saber, inclusive dentro da escola, devido ao impacto dos fatores intraescolares na aprendizagem (LIBÂNEO, 2012, p. 23).

Seguindo essa linha de pensamento, a preocupação expressa dos órgãos governamentais com a garantia da matrícula representa a promoção, em via direta, do acesso à escola, no entanto, é o sucesso escolar que se apresenta oculto nessa perspectiva de universalização.

[...] a escola é uma das mais importantes instâncias de democratização social e de promoção da inclusão social, desde que atenda à sua tarefa básica: a atividade de aprendizagem dos alunos. Tal aprendizagem não é algo *natural* que funciona independentemente do ensino e da pedagogia. As mudanças no modo de ser e de agir decorrentes de aprendizagem dependem de mediação do outro pela linguagem, formando dispositivos internos orientadores da personalidade (LIBÂNEO, 2012, p. 26). (Grifo do autor)

Contudo, além de ofertar vagas e garantir o acesso à escola, faz-se necessário repensar os procedimentos, ações e políticas públicas, para que as instituições tenham condições de promoverem a melhoria da qualidade do ensino e que este seja voltado ao efetivo desenvolvimento da aprendizagem.

Como o desenvolvimento social e econômico está relacionado à educação, a necessidade de se desenvolverem políticas públicas que possibilitem a melhoria da qualidade de vida das famílias com pouco poder aquisitivo parece ser emergente. Neste sentido, Carvalho (2005, p.64) enfatiza que:

A atuação das políticas públicas se dá num cenário de muita pobreza. As políticas sociais e os programas de geração de emprego e renda (crédito rural e urbano) vêm transformando lentamente, o perfil socioeconômico [...].

É possível visualizar que a pobreza no Brasil aponta para o limiar de considerações envolto no processo de investigação mais aprofundado no que concerne à concepção e dimensão e que não se pretende esgotar neste estudo. Sendo assim, para a continuidade desse entendimento, considera-se pobreza a conceituação apresentada por Monteiro (2003, p.1):

[...] pobreza corresponde à condição de não satisfação de necessidades humanas elementares como comida, abrigo, vestuário, educação, assistência à saúde, entre várias outras.

A problemática em questão direciona aportes em relação à conquista da ascensão social de uma dada camada da população, oriunda de um contexto histórico de desigualdades, cujas condições de sucesso estão interligadas à superação da pobreza. As políticas públicas direcionadas para esse fim apresentam ações de cunho político, social e econômico. Entretanto, a valorização humana da população das classes sociais menos favorecidas parece formalizar-se através da disponibilização de recursos financeiros, sob a forma de benefício.

A assistência dada à sociedade nas suas demandas prioritárias - Educação, Saúde e Assistência Social -, através do PBF, apresenta-se como um processo contínuo de vinculação entre compromissos e responsabilidades. De um lado, as famílias perfiladas num quadro de necessidades vitais, do outro, o governo com lacunas a serem preenchidas diante da oferta dos serviços públicos. As inúmeras desigualdades constituídas no Brasil com o passar dos anos refletem o descaso do poder público, em detrimento dos interesses políticos e econômicos.

No debate que envolve a educação, a pobreza e a desigualdade social no Brasil, é importante destacar que são abrangentes os problemas sociais resultantes desta relação, como os relacionados à qualidade da educação, à carência do mínimo exigido para garantir a sobrevivência e à disparidade de renda que contribui para a segregação entre ricos e pobres.

No âmbito da educação, Guimarães-Iosif (2009, p.19) destaca que:

Um povo privado do acesso a educação de qualidade humana, política e formal pode facilmente se transformar em um povo que pouco questiona, participa, pensa criticamente, indigna-se diante da injustiça, sabe sobre sua comunidade e seu mundo, seus direitos e seus deveres.

Nessa linha de pensamento, uma transformação social perpassa o processo de universalização da educação e acentua o debate sobre a sua qualidade. Para Freire (2001), o processo de transformação da sociedade deve ser precedido pela conscientização, por ser o elemento que fomenta o entendimento “de que a educação, como prática da liberdade, é um ato de conhecimento, uma aproximação crítica da realidade (FREIRE, 2001, p. 29).” Nesse sentido, uma sociedade que reflete sobre sua condição social, econômica, política, cultural e

educacional, inicia sua trajetória rumo à igualdade e à valorização humana. Ainda discorrendo sobre a relação entre educação, pobreza e desigualdade social no Brasil, Kageyama e Hoffmann (2006) discutem a influência da pobreza na estagnação da condição de vida de famílias pobres ou extremamente pobres.

[...] a pobreza tem uma dupla natureza: de um lado, deve-se ao subdesenvolvimento regional e local, que impõe privações em condições básicas de existência, como luz elétrica, água encanada e instalações sanitárias, e dificuldade de acesso aos serviços de saúde e educação; de outro lado, a pobreza tem raízes nas características demográficas e nas limitações do capital humano e financeiro das famílias, que prejudicam a capacidade de elevar a renda familiar (KAGEYAMA E HOFFMANN, 2006, p.82).

Neste entendimento, dada a relevância da melhoria das condições de vida de uma população desprovida de condições financeiras, reafirma-se a necessidade de ser vista como prioridade no campo das políticas públicas e que abrange uma demanda extensa de ações sociais de cunho emergencial e de efetivo funcionamento.

Para Felicitti (2010, p.51), a desigualdade social é definida como:

[...] produto de um conjunto de relações que abrangem as esferas da vida social, resultantes de um acordo social excludente, ou seja, ocorre quando a distribuição de renda acontece de forma desordenada, em que a maior parte fica nas mãos de poucos, não reconhecendo a cidadania para todos.

Não obstante, Kageyama e Hoffmann (2006) ratificam que a relação entre educação, pobreza e desigualdade social, observada a partir dos fatores que são comuns a todas, visualiza-se um campo de atuação para efetivação de políticas públicas que envolva ações do poder público e da sociedade. Nesta perspectiva, atuando no campo das políticas públicas sociais, o PBF apresenta resultados em relação à educação, que dizem respeito ao quantitativo reduzido na evasão escolar e elevado em relação à frequência, que são atribuídos à gestão das condicionalidades (INEP, 2011).

[...] em 2007, a frequência escolar das crianças de 6 a 16 anos de idade beneficiárias do PBF era de 94,6%; caso o programa não existisse, este número seria de 91,6% (3 p.p. menor). Isto significa que o PBF contribuiu para reduzir em 36%, na média dos modelos, o percentual de crianças de 6 a 16 anos que não frequentam escola (de 8,4% para 5,4%). (Boletim de Estudos do INEP, 2011, p.07).

Entretanto, a educação torna-se o meio para se alcançar a melhoria na qualidade de vida, de acordo com o entendimento de Guimarães-Iosif (2009, p.70):

A função da educação é formar o cidadão consciente de seu papel no mundo e na sociedade, portanto, a prática educativa precisa levar em consideração a dimensão humana. [...] Na verdade, ainda há um longo caminho a ser trilhado no processo de efetivação do direito à educação de qualidade para todos os cidadãos brasileiros.

Entendendo o homem como cidadão que necessita ter seus direitos sociais garantidos, em função da sua sobrevivência, estar inserido num contexto de desigualdade social, fome e pobreza diminui a possibilidade de, futuramente, alcançar a primazia de uma vida com dignidade social.

Guimarães-Iosif (2009, p.101), aponta outro fator importante:

A privação da educação de qualidade encurta, cada vez mais, as possibilidades de emancipação e de mudança do quadro de desvantagem social e econômica, aumenta a desigualdade e se distancia mais e mais a cidadania.

Partindo desta premissa, como poderia a população pobre, extremamente pobre ou vulnerável socialmente, obter um bom desempenho educacional se suas necessidades básicas não foram ou não estão sendo supridas?

Percebe-se que, a partir da implantação do PBF, a educação vem sendo discutida, no âmbito das políticas públicas, como um dos pilares fundamentais para a ascensão da qualidade de vida no país. Para Craveiro e Ximenes (2010, p.110), “a educação exerce, certamente, papel fundamental no rompimento deste ciclo à medida que consegue assegurar aos sujeitos de direitos uma educação de qualidade social com aprendizagens significativas.” Nesse contexto, a escola se apresenta para muitas famílias como a opção de maior probabilidade em proporcionar perspectivas para a melhoria de vida.

Por outro lado, a constatação de que famílias direcionam seus dependentes, independente da idade, para desenvolver atividades laborais, está expressa na efetivação da política pública que desencadeou, na segunda metade da década de 1990, a preocupação com o combate ao trabalho infantil. Desde então, a escola desempenha uma papel preponderante na efetivação do combate ao trabalho infantil. Segundo Antunes (2002, p.17-18), a escola:

[...] é também um lugar onde se constrói saberes, solidifica conhecimentos até então acumulados, edifica a cultura, desenvolve conhecimentos, aprimora capacidades, descobre e aperfeiçoa competências e estimula a inteligências.

A escola representa, pois, um ambiente que envolve a participação de agentes³³ significativos para o desenvolvimento da aprendizagem e, simultaneamente, do rendimento escolar, seja este positivo ou negativo. Quanto à família, observa Antunes (2002, p.19), “o ensinamento desenvolvido pelos pais possui limites definidos.” Ou seja, não compete às famílias o ofício do ensino formal; essa função fica a cargo da escola, especificamente do professor. Mas, ressalte-se a importância da orientação familiar no sentido de auxiliar na

³³ Considera-se, nesta abordagem, a família e o professor.

construção de “valores morais” que direcionem para o alcance do sucesso escolar. O autor afirma ainda que “aprender não é copiar ou reproduzir a realidade” (ANTUNES, 2002, p.20).

A ênfase apresentada revela o quão significativa é a prática pedagógica quando desenvolvida com segurança, em função do conhecimento adquirido, na execução da ação pedagógica e evidenciados os objetivos para o alcance dos resultados pretendidos.

Para Antunes (2002, p.17), “a escola existe para que na mesma proporção as pessoas se socializem.” Uma vez que nela, se estabelecem relações que direcionam a educação escolar para além do processo de aprendizagem e a complexa relação que aparece intrínseca no cotidiano escolar e no ambiente familiar, envolve o aluno como elemento central desta relação. No âmbito da competência de ambas as instituições, Antunes (2002) evidencia que a escola estabelece ligação preponderante da sua finalidade com o campo social através do desenvolvimento individual daqueles que a frequentam. Em suma, Antunes (2002) ressalta:

[...] o ensino escolar preciso ser visto como um processo conjunto, compartilhado, no qual o aluno, ajudado pelo professor e por seus colegas, pode mostrar-se progressivamente autônomo na resolução de tarefas, utilização de conceitos, na prática de determinadas iniciativas em inúmeras questões (ANTUNES, 2002, p.22).

Neste contexto, a participação da família na continuidade do processo de aprendizagem desenvolvido em sala de aula, com perspectivas que ultrapassam o ambiente escolar, apresenta-se de forma promissora no tocante ao apoio e incentivo da permanência na escola e sucesso no rendimento escolar. Quanto às famílias beneficiárias do PBF, como se estabelece a relação com a escola e com o rendimento escolar? O papel da família perante a escola apresenta-se como primordial na evolução do processo educativo de seus entes, uma vez que,

[...] a família e a escola emergem como duas instituições fundamentais para desencadear os processos evolutivos das pessoas, atuando como propulsoras ou inibidoras do seu crescimento físico, intelectual, emocional e social (DESSEN; POLONIA, 2007, p.22).

De modo geral, ambas as instituições tornam-se complementares e passam a desenvolver ações que promovem interações entre os indivíduos. Para Lahire (1997), a cooperação entre a família e a escola concorre para a promoção de expectativas no âmbito do sucesso ou do insucesso escolar, cujo diferencial está relacionado à contribuição que cada uma associa ao processo de desenvolvimento da aprendizagem dos envolvidos. No entanto,

[...] as concepções globalizantes que vêm em cada família um pequeno mundo totalmente coerente, unitário, às vezes uniforme, subestimam, frequentemente, as diferenças de investimentos, de disposições, de orientações e de interesses que caracterizam os diversos componentes da configuração familiar (LAHIRE, 1997, p. 207).

Nesse sentido, cabe considerar que a heterogeneidade nas constituições das famílias revela a influência a partir da realidade da diversidade estrutural, social, econômica e cultural, especificamente no que concerne ao acesso e à permanência de seus filhos na escola (LAHIRE, 1997). E, “através de uma presença constante, um apoio moral e afetivo estável a todo instante, a família pode acompanhar a escolaridade da criança de alguma forma (LAHIRE, 1997, p. 26)”. Destarte, a participação da família no processo escolar, que cada indivíduo tende a percorrer ou por vontade própria ou por indução, representa um leque de possibilidades de êxitos e de fracassos tanto no âmbito escolar quanto no meio social.

2.2 Família e escola: situando o rendimento escolar no contexto do PBF

Como preconizado pelo PBF, a condicionalidade educacional pressupõe um relacionamento de interação entre a família e a escola, que, através dos setores sociais envolvidos, proporcionam a colaboração e a participação de ambas as instituições numa articulação de ações que tendem a contribuir para a melhoria do processo educativo. Mas, torna-se necessária a delimitação do papel de cada integrante - família, escola e governo.

Para Algebaile (2009, p.41),

A materialidade da escola como equipamento de uso coletivo e como lugar de encontro, a cotidianidade de seu uso, sua vinculação implícita ou explícita outras instituições, entre outros aspectos, fazem da escola uma instituição social saturada de significações e dimensões que extrapolam certos limites de sua “especialização” convencional. (grifo da autora).

Em meio a tantas atribuições, a escola, nesse contexto de pobreza e miséria, também assume funções que não estão diretamente ligadas ao desenvolvimento da aprendizagem.

As atribuições sociais destinadas ao ambiente escolar se somam ao leque de ações que a escola já desenvolve em seu cotidiano, como alimentar uma criança que aparentemente não se concentra na sala porque não tomou o café da manhã e não consegue esperar até a hora do recreio para receber a merenda, sem passar mal. Entre outras atribuições, que de certa forma ficam sob a responsabilidade da escola encaminhar ou resolver, está o fornecimento de informações sobre a frequência escolar e a matrícula dos alunos, que serão encaminhadas ao órgão que sistematiza e gerencia o PBF no município.

Através do programa, a escola, aproxima a família do ambiente escola; no entanto, esse processo não garante a melhoria no desenvolvimento da aprendizagem. O que de fato leva a refletir sobre os recortes em relação à delimitação e/ou estreitamento das famílias com a escola, no tocante, à possibilidade de obtenção da emancipação humana através da

participação efetiva da família no desenvolvimento educativo de seus filhos independentemente do poder aquisitivo que possua. De acordo com Lahire (1997), esse processo vai além das condições financeiras, uma vez que estudantes pobres alcançam bom rendimento e estudantes com melhores condições financeiras não conseguem obter resultados semelhantes ou superiores.

Lahire (1997) atribui as divergências em relação ao rendimento escolar, ao que denomina de capital cultural familiar e relaciona o êxito e/ou o fracasso escolar à transmissão desse capital, tendo em vista, que nem todas as famílias possuem condições de repassar ou socializar esses conhecimentos, o que possibilita ao rendimento escolar a representatividade na desigualdade e no resultado da aprendizagem.

Nesse contexto, o processo de interação entre família e escola para além do cumprimento das condicionalidades do PBF, apresenta-se como um desafio a ser administrado pela escola e promove avanços no âmbito da articulação das ações em prol da melhoria da aprendizagem.

Por outro lado, escola e família se diferenciam a partir de seus papéis enquanto instituições sociais. Ambas respondem por suas atribuições. No que diz respeito à aprendizagem, remontam à discussão sobre a responsabilidade na obtenção do rendimento escolar, seja ele positivo ou negativo. Para Szymanski (2003), o fato de famílias atribuírem a perda da autoridade perante seus filhos ao professor e, num movimento inverso, o professor responsabilizar a família pelo insucesso escolar dos alunos, dá início a um processo negativo de afirmação das responsabilidades, tanto no campo social quanto no educativo de ambas as partes, que, se não houver intervenção, poderá desencadear déficit na aprendizagem do aluno.

Para Carvalho (2004, p.45):

Ocorre que família e pais não são categorias homogêneas e as relações entre famílias e escolas, pais/mães (e outros responsáveis) e professoras/professores também comportam tensões e conflitos. Algumas famílias e pais/mães participam mais do que outras; e se as professoras, por um lado, desejam ajuda dos pais, por outro lado, se ressentem quando este envolvimento interfere no seu trabalho pedagógico e em sua autoridade profissional.

Carvalho (2004, p.45) destaca que “a relação família-escola também será variavelmente afetada pela satisfação ou insatisfação de professoras e de mães/pais, e pelo sucesso ou fracasso do/a estudante.” Contudo, a relação entre família e escola não deve se sobrepor ao desenvolvimento e à condução da formação do sujeito, sob pena de interferir ou influenciar no desempenho tanto educacional e quanto na afirmação dos valores morais.

Sendo assim, a delimitação dos papéis de cada segmento, a articulação das ações e a integração entre ambos são elementos fundamentais para o alcance do sucesso escolar do educando. Em se tratando das famílias beneficiárias do PBF, o compromisso com a escola abrange a efetivação da matrícula e a manutenção da frequência de seus dependentes.

Segundo Motta (2011, p.161),

Na visão da escola, a família não tem sido efetiva, na sua função de educar, e, muitas vezes, sequer conta com condições para tal. Dessa forma, a escola enfrenta os efeitos de tal lacuna, e acaba por tentar saná-los na tentativa de tentar desempenhar a função primeira, a educação intelectual.

Um passo importante para a construção de uma parceria entre a escola e a família é, sem dúvida, a identificação desta como instituição educadora, tendo sempre o que transmitir e o que aprender. Para Carvalho (2004), é necessário que se leve em consideração, no tocante à relação família e escola enquanto elementos responsáveis pelo sucesso escolar, alguns fatores:

- as relações de poder variáveis e de mão dupla, relações de classe, raça/ etnia, gênero e idade que, combinadas, estruturam as interações entre essas instituições e seus agentes;
- a diversidade de arranjos familiares e as desvantagens materiais e culturais de uma parte considerável das famílias;
- as relações de gênero que estruturam as relações e a divisão de trabalho em casa e na escola. (CARVALHO, 2004, p.42).

As relações ressaltam a necessidade de existir uma parceria com vistas a promover o sucesso escolar no aluno em evidência, isto é, aquele que é beneficiário.

Nessa perspectiva, cabe saber se o rendimento escolar teve algum impacto causado pelo PBF, bem como entender a complexa relação entre educação e transferência de renda condicionada dentro do processo de construção da igualdade social no Brasil.

Enquanto na esfera governamental, propiciar condições para que a sociedade usufrua dos seus direitos, estabelecendo prioridades no atendimento às necessidades de sobrevivência e à qualidade da educação, também se afirma o compromisso para com as camadas menos favorecidas economicamente. De acordo com Silva, Brandão e Dalt (2009, p. 299):

[...] as condições de elegibilidade das famílias aos rendimentos transferidos pelo PBF reafirmam o nível de pobreza como o dado mais objetivo a ser levado em conta quando pensamos na possibilidade da realização das crianças no sistema escolar.

Se a condição social e econômica exerce influência direta sobre o sucesso escolar dos alunos oriundos de famílias em situação pobreza e de extrema pobreza, não seria o PBF uma política social de alcance considerável, capaz de proporcionar a emancipação da condição de vulnerabilidade em que se encontra uma dada parcela da população brasileira? Desta forma,

não estaria a política de transferência de renda condicionada suscetível de implementações, no que se refere ao sucesso escolar dos beneficiários?

Seguindo esta tendência, no campo da Educação a atenção está voltada para os índices que se apresentam como resultados da aprendizagem desenvolvida na escola. E na prática, qual a contribuição do PBF nestes resultados?

Quanto ao tratamento do rendimento escolar, considera-se relevante o disposto no Art.24 da LDB (1996):

V - a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios: a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais; b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar; c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado; d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito; e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos (BRASIL, 1996).

Em conformidade com a Nota técnica/MEC (2013), considera-se para este estudo a definição de “aprovado” e “reprovado”, com a qual o Censo Escolar da Educação Básica subsidia os dados para concretizar as informações acerca do rendimento escolar. Na perspectiva de alcançar dados relevantes sobre o rendimento escolar, busca-se discorrer sobre o processo que envolve a família, a escola e o PBF.

Em consonância com a condicionalidade da educação determinada pelo PBF, a frequência se apresenta como instrumento mantenedor da garantia do aluno na escola; no entanto, abre-se um precedente nesta investigação no sentido de identificar fatores que levem à confirmação da existência de uma conexão do PBF com os dados do rendimento escola apresentado pelo Censo Escolar no período que compreende 2008 e 2012.

Inicialmente, vale destacar, ainda em relação à frequência escolar, o que dispõe a LDB/96, em seu Art. 24, Inciso VI: “o controle de frequência fica a cargo da escola, conforme o disposto no seu regimento e nas normas do respectivo sistema de ensino, exigida a frequência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas letivas para aprovação;”

O acompanhamento da frequência dos alunos beneficiários pelo PBF é realizado bimestralmente através do Sistema Presença, utilizando-se como referência a porcentagem mínima exigida pelo programa.

A apropriação dessas informações é de extrema valia para a formulação de políticas públicas de enfrentamento de situações de abandono e evasão escolar e acionamento da rede de proteção à infância, uma vez que os registros de todas as crianças que descumprem a condicionalidade de educação são nominais e com a designação do motivo correspondente da ausência às aulas (CASTRO, et. al 2010, p.163).

Entretanto, o rendimento escolar não se apresenta como condicionalidade a ser cumprida pelas famílias beneficiárias. Nesse sentido, o PBF não dispõe de um instrumento que trate diretamente do rendimento escolar. Assim, os dados referentes à aprovação e reprovação fornecidos pelo Censo Escola da Educação Básica apresentam relação tão somente com a matrícula e a frequência escolar.

Saber o impacto do maior programa condicionado de transferência de renda focalizado do Brasil, o Programa Bolsa Família (PBF), sobre o fluxo escolar de seus beneficiários, no entanto, não é fácil. Ao contrário de alguns (poucos) outros programas, cujo desenho foi feito com a avaliação já pensada, o PBF foi primeiro feito e depois pensou-se em como avaliá-lo. Não há grupo de controle e na verdade nem houve, por muito tempo, sequer uma única fonte de dados que seguisse as crianças de um ano para o próximo, permitindo o cálculo do fluxo escolar. (OLIVEIRA; SOARES, 2013, p.7).

Oliveira e Soares (2013) lembram que para obter clareza nos dados educacionais e relacioná-los com PBF, três instrumentos se apresentam como fontes para avaliar processo escolar dos beneficiários: o Cadastro Único, o Censo Escolar e o Projeto frequência. Para os autores, estes instrumentos possibilitam o acesso aos dados da frequência escolar e da matrícula e permitem o acompanhamento da trajetória escolar. O último viabiliza a avaliação do rendimento escolar por ser desenvolvido a partir da “base de dados da frequência escolar”.

Para Soares, Ribas e Osório (2007), em dados evidenciados por pesquisa³⁴, a frequência escolar não é garantia de superação da pobreza. É um elemento relevante para o desenvolvimento da aprendizagem. No entanto, a permanência do aluno na escola é um fator fundamental nesse processo, que, agregada ao acompanhamento familiar, ensino de qualidade e melhores condições de vida, tende a dar resultados positivos.

No entanto, volta-se para a escola a responsabilidade sobre o rendimento escolar, enquanto que para as famílias beneficiárias versa o compromisso de cumprir com o que rege a condicionalidade educacional determinada pelo programa. Oliveira e Soares (2013, p.22) apontam que “há evidências de que o PBF reduz a repetência de quem o recebe”.

De acordo com Formiga (2004, p.15):

Não se pode falar em rendimento escolar sem se fazer menção à aprendizagem; esta é um processo natural que faz parte do cotidiano de cada pessoa, é uma ação conjunta do indivíduo com o meio externo, a qual se dá entre acertos e erros, direcionando os indivíduos a caminhos diferentes no processo educacional.

³⁴ Refere-se à pesquisa realizada por Cedeplar/UFMG, 2007.

Sob a aprendizagem versam as expectativas do avanço na formação individual do educando e a relação família e escola tende a apresentar reflexos, sejam eles positivos ou negativos, no decorrer do processo educativo. Desse modo, Estevão (2012, p.11) afirma que:

[...] é preciso buscar o envolvimento da família na aprendizagem dos seus filhos, valorizar e orientar os pais no sentido de incentivar as boas relações com a escola e com todos que fazem parte desse contexto, incentivando os pais a comparecerem nas reuniões pedagógicas não só para cobrar notas e sim para avaliar como o filho está se saindo no ano letivo e se tiver alguma dificuldade orientar esses pais como fazer para ajudá-lo.

Sendo assim, a participação da família no cotidiano escolar se torna um fator imprescindível, tanto no apoio ao processo de ensino quanto no desenvolvimento da aprendizagem. Ainda de acordo com Estevão (2012):

A escola está diante de um grande desafio necessita da real interação da família para o benefício do desempenho escolar de suas crianças e só assim poderá fazer uma educação de qualidade e que possa promover o bem estar de todos (ESTEVÃO, 2012, p.11).

Portanto, consolidar a participação da família, enquanto instituição social e provedora das condições mínimas para o desenvolvimento educacional, frente ao acompanhamento e ao sucesso escolar de seus dependentes, pressupõe uma trajetória de conquista e conscientização da comunidade rumo a uma interação entre família e escola.

3 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Uma pesquisa acadêmica abrange em sua totalidade um conjunto de informações científicas, que, ao longo do procedimento metodológico, são estruturadas no sentido de alicerçar e proporcionar condições à produção do conhecimento.

Com relação à metodologia, a presente investigação seguiu a abordagem de caráter qualitativo, sobretudo a conduzida por Flick (2009). No que se refere aos instrumentos e técnicas apropriadas para o tipo de pesquisa aqui apresentada, contou com a contribuição de Godoy (1995), Gil (2009), Gibbs (2009) e Bardin (2011), dentre outros autores, cujos estudos somaram de modo positivo às discussões, ajudando nas reflexões e no traçar de novos rumos.

O objetivo geral deste estudo é analisar o impacto causado pelo PBF no rendimento escolar dos alunos oriundos das famílias contempladas pela política de transferência de renda condicionada do Governo federal, no município de Marechal Deodoro/AL.

Os procedimentos investigativos, que estão dispostos neste capítulo, enfatizam o percurso metodológico e o direcionamento das investigações.

3.1 Escolha do tipo de pesquisa

Para o desenvolvimento do processo metodológico, a escolha da abordagem qualitativa se justifica, do ponto de vista da pesquisadora, por se apresentar como a de maior proximidade com o objetivo intencionado, na medida em que disponibilizar “uma grande variedade de métodos específicos” (FLICK, 2009, p.13) e oportuniza ao pesquisador a flexibilidade de interagir com o objeto através dos instrumentos dispostos na pesquisa.

Segundo Flick (2009, p.23):

Os aspectos essenciais da pesquisa qualitativa [...] consistem na escolha adequada de métodos e teorias convenientes; no reconhecimento e na análise de diferentes perspectivas; nas reflexões dos pesquisadores a respeito de suas pesquisas como parte do processo de produção do conhecimento; e na variedade de abordagens e métodos.

O pesquisador dispõe, pois, de proposições e condições diversas para delinear o processo metodológico em que estruturará sua pesquisa. Nesse contexto:

A pesquisa qualitativa é, em si mesma, um campo de investigação. Ela atravessa disciplinas, campos e temas. Em torno do termo pesquisa qualitativa, encontra-se uma família interligada e complexa de termos, conceitos e suposições. (DENZIN; LINCOLN, 2006, p.16).

No âmbito da Educação, estudiosos como Devechi e Trevisan (2010 p.149) buscam evidenciar a importância da pesquisa qualitativa para além das simples descrições, para que não se torne “mera interpretação imediatista da realidade”, e destacam que:

As abordagens qualitativas surgem na educação como consequência das críticas às abordagens quantitativas, em que tudo era explicado pelo uso de medidas, de procedimentos estatísticos, de testes padronizados e codificados por sistemas numéricos (DEVECHI; TREVISAN, 2010, p.150).

Nesta linha de pensamento, para o pesquisador que se ancora neste tipo de abordagem o desenvolvimento da investigação tende a pressupor a escolha de métodos e técnicas que correspondam ao objetivo proposto ao longo do processo de investigação, apresentando possibilidades de planejamento e organização da pesquisa.

A investigação qualitativa é expressa na interação entre sujeito e objeto. Desse modo, faz pouco uso de formas de análise estatísticas e de instrumentos estruturados e padronizados em um ambiente descontextualizado. Para Denzin e Lincoln (2006, p.17):

A pesquisa qualitativa envolve o estudo do uso e a coleta de uma variedade de materiais empíricos - estudo de caso; experiência pessoal; introspecção; história de vida; entrevista; artefatos; textos e produções culturais; textos observacionais, históricos, interativos e visuais - que descrevem momentos e significados rotineiros e problemáticos na vida dos indivíduos.

Na abordagem qualitativa, é possível que o pesquisador encontre dificuldades na compreensão de dados, especificamente se estes dizem respeito a fatos de cunho pessoal e/ou de experiências vivenciadas coletivamente, advindas do sujeito entrevistado.

Para Flick (2009):

A pesquisa qualitativa não se refere apenas ao emprego de técnica e de habilidade aos métodos, mas inclui também uma atitude de pesquisa específica. Esta atitude está associada à primazia do tema sobre os métodos, à orientação do processo de pesquisa e a atitude com que os pesquisadores deverão alcançar seus “objetivos” (FLICK, 2009, p.36).

Com vistas a esclarecer como se dá a pesquisa qualitativa, Kuark, Manhães e Medeiros (2010, p.26) consideram:

[...] que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem.

Durante o processo metodológico em vista, essa relação possibilitou o alcance de informações não apresentadas e mensuradas nos textos, posto que estão inseridas na experiência e na vivência do sujeito.

Conforme destacado anteriormente, a seleção do tipo de pesquisa apresentado para esta investigação está fundamentada a partir da perspectiva de Flick (2009, p.14), segundo o qual “o processo de pesquisa qualitativa pode ser representado como sendo um caminho da *teoria ao texto* e outro caminho do *texto de volta à teoria*” (grifo do autor).

Nesta pesquisa, a proximidade com o contexto local possibilitou um maior aprofundamento da problemática em questão, na medida em que permitiu à pesquisadora uma inserção natural no ambiente selecionado durante o procedimento de coleta de dados, uma vez que, como preconiza Godoy (1995, p.62), “a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental”. Ademais, o caráter abrangente da pesquisa do tipo qualitativo possibilitou ainda que o presente estudo fosse conduzido através do **estudo de caso**, caracterizado “como um tipo de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente. Visa ao exame detalhado de um ambiente, de um simples sujeito ou de uma situação em particular” (GODOY, 1995, p.25).

Gil (2009) considera que o estudo de caso requer o aprofundamento, em termos investigativos, do objeto em questão e considera ser necessária a exaustividade e o aprofundamento da pesquisa para delinear as informações. Levando em consideração esse pressuposto, o estudo do caso desenvolvido nesta investigação permitiu uma análise mais aprofundada dos dados coletados, concernentes ao campo da educação.

A ênfase dada ao caráter exploratório remonta à busca por esclarecimentos acerca do objeto delineado, a partir de informações oriundas dos próprios sujeitos, do ambiente estudado e fontes afins. “Adotando um enfoque exploratório e descritivo, o pesquisador que pretende desenvolver o estudo de caso deverá estar aberto às suas descobertas”, destaca Godoy (1995, p.25).

3.2 Seleção dos instrumentos

Para proceder em concordância com objetivo que permeia esta pesquisa, ao pesquisador compete estabelecer o procedimento metodológico e definir o percurso das investigações a partir dos elementos que farão parte do plano de investigação.

Os instrumentos utilizados para a coleta de dados tiveram como fundamento a observação do tipo não participante (GODOY, 1995), através do uso do diário de campo e da entrevista semiestruturada (FLICK, 2009), bem como de um roteiro de perguntas explorado com o uso de gravação (GODOY, 1995). Quanto à análise dos dados, utilizou-se a técnica da análise de conteúdo (BARDIN, 2011).

Em se tratando da **observação**, foi realizada com a autorização da professora titular da sala de aula e da direção da escola, que também permitiram o uso de gravação para as entrevistas. Durante a observação, não houve interação ou intervenção da pesquisadora, postura condizente com o tipo de observação adotado - não participante.

O “pesquisador atua apenas como expectador”, observa Godoy (1995, p.27), para quem a observação geralmente é acompanhada da entrevista. Nesse sentido, optou-se pela **entrevista semiestruturada**, que, embora exija um roteiro a ser seguido, permite a flexibilização de novas perguntas a partir das pré-definidas (FLICK, 2009).

Em conformidade com esta linha de raciocínio, buscou-se, através da observação, desenvolver a análise dos dados com base nos registros realizados e em consonância com as contribuições dos sujeitos envolvidos. Segundo Godoy (1995, p.27), “o conteúdo das observações geralmente envolve uma parte descritiva do que ocorre no campo e uma parte reflexiva, que inclui os comentários pessoais do pesquisador durante a coleta de dados.” Incorporado à observação, o diário de campo garantiu, através das anotações, o acompanhamento do processo de ensino e de aprendizagem desenvolvido em sala de aula durante o período de observação. Ademais, o uso de videogravação foi necessário para garantir o registro de detalhes que apenas a escrita não poderia contemplar.

3.3 Procedimentos para a coleta de dados

Na delimitação da pesquisa, decidiu-se investigar uma escola municipal, cujo critério de seleção foi o de apresentar o maior quantitativo de alunos beneficiários pelo PBF.

Após a identificação da escola, com base em dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social³⁵, optou-se por uma turma de 5º ano do Ensino Fundamental para concentrar a investigação acerca do rendimento escolar, por ser o ano que encerra a primeira etapa do Ensino Fundamental, na qual se espera que o(a) educando(a) disponha das aptidões necessárias para prosseguir na etapa posterior. O critério de escolha se deu em

³⁵ Órgão responsável pelo funcionamento do PBF no município investigado.

virtude ainda de a turma ter tido apenas um professo(a) titular, de ter oferecido, do ponto de vista do objeto intencionado, melhores condições para a investigação, como a possibilidade de passar um tempo maior com os(as) alunos(as) para dispor de informações mais precisas acerca do desempenho em sala de aula e por possibilitar o acompanhamento maior de um quantitativo maior das aulas por disciplinas.

Quanto aos sujeitos investigados, optou-se por quatro grupos de indivíduos, os quais, direta e indiretamente, inter-relacionavam-se através do PBF: professores, alunos beneficiários, pais ou mães dos alunos beneficiários e coordenador(a) municipal do PBF. Os grupos foram evidenciados com o propósito de identificar, através de diferentes percepções, o compromisso com o rendimento escolar.

O critério estabelecido para a seleção dos alunos foi o de ser beneficiário do PBF. A escolha se deu após a professora fazer uma breve apresentação dos(as) alunos(as) para a pesquisadora, sem o conhecimento da turma. Para compor o quantitativo de quatro sujeitos para este grupo, a escolha foi aleatória. Assim, foram selecionados dois meninos e duas meninas, priorizando apenas a equidade de gênero, a fim de não direcionar os resultados. O objetivo foi analisar como os(as) alunos(as) beneficiários(as) percebem o compromisso com as condicionalidades do PBF em relação à educação e, através dos resultados, comparar as informações com os resultados dos demais grupos de sujeitos inseridos na pesquisa.

Na formação do segundo grupo, dois professores foram selecionados de modo proposital. O primeiro, por atuar na turma investigada; o segundo, por ter acompanhado a mesma turma o ano anterior. Para este grupo, o objetivo foi analisar, do ponto de vista de ambos os professores, avanços e limites no rendimento escolar dos(as) alunos(as) investigados.

Para formar o grupo dos pais, considerou-se a filiação dos(as) alunos(as) investigados(as). Em relação a este grupo, objetivou-se analisar o comportamento da família em relação às condicionalidades referentes à educação, com vistas ao cumprimento e manutenção do PBF.

Em relação ao coordenador do programa, não houve escolha, por se tratar de um cargo cujas atribuições são designadas a um único servidor público. Neste caso, o objetivo estava direcionado para a análise da funcionalidade e da relação do programa com os resultados educacionais apresentados pelo Município em questão.

De posse dos resultados, buscou-se construir uma análise crítica a partir da comparação dos dados coletados entre os sujeitos pesquisados e a concepção acerca do programa e do rendimento escolar.

Desenvolvida no município alagoano de Marechal Deodoro³⁶, a pesquisa estabeleceu como campo de investigação a escola pública municipal que apresentou o maior número de alunos beneficiários do PBF em 2013. Antes de iniciar a investigação, a secretaria municipal de educação de Marechal Deodoro foi informada sobre a realização da investigação e dos procedimentos a serem desenvolvidos na escola selecionada.

A escola funciona nos turnos matutino e vespertino, com Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano. No momento da coleta de informações, apresentava um quantitativo de 876 alunos matriculados (CENSO ESCOLAR, 2013).

A escola funciona com 15 salas de aula, sendo pela manhã do 1º ao 5º ano e a tarde com turmas de 4º e 5º ano e turmas de 6º ao 9º ano. Também possui sala de leitura e desenvolve atividades relacionadas ao estímulo da aprendizagem envolvendo os estudantes em ações financiadas pelo Programa de Desenvolvimento da Escola (PDE Escola), como, por exemplo, a banda fanfarras da escola e pelo Programa Mais Educação, com atividades pedagógicas em tempo integral (Diário de campo, 18/11/2013).

Para dar prosseguimento à investigação, foi estabelecido pela pesquisadora que o ano/série alvo da investigação seria o 5º ano do Ensino Fundamental, conforme mencionado no início deste capítulo, na medida em que é nessa etapa que ocorre o fechamento de ciclo de alfabetização. Trata-se, pois, de um ano determinante na aprendizagem do estudante, correspondente à finalização dos anos iniciais, determinando se o estudante está apto ou não para iniciar os anos finais, que compreendem do 6º ao 9º ano nesta fase da Educação Básica.

O processo de observação em sala de aula teve durabilidade de quatro semanas. Iniciado no mês de novembro de 2013, sua conclusão se deu em dezembro do mesmo ano.

Os sujeitos principais da pesquisa foram escolhidos a partir da observação realizada em sala de aula, demandando um quantitativo de quatro alunos, obedecendo ao critério de 50% meninos e 50% meninas. Para dar continuidade, foram inseridos ao quadro de sujeitos quatro mães³⁷, a professora titular e uma professora dos alunos do ano anterior.

Diante da necessidade de esclarecimentos sobre o que não estava exposto, o ambiente escolar se apresentou, pois, como possibilidade de estudo dentro do objetivo proposto.

A escola e a educação podem ser compreendidas, não pelas aparências ou pelo currículo expresso ou aparente. O significado maior se encontra no currículo oculto, nos valores, nas ideologias, nos mecanismos de poder implícitos nas relações pedagógicas. A educação está fortemente determinada pelos mecanismos ocultos, pelas estruturas de poder, sociais e econômicas e pelos valores dominantes. (GAMBOA, 2008, p. 131).

³⁶ A escolha do Município em evidência se deu, a princípio, em função do quantitativo de famílias beneficiárias do PBF, por não apresentar estudos relacionados a temática apresentada nesta pesquisa e por ser a terra natal da pesquisadora.

³⁷ Os pais não foram inseridos como sujeitos por serem as mulheres as titulares do PBF nas famílias pesquisadas.

Em relação ao desenvolvimento e funcionamento do PBF em Marechal Deodoro, também faz parte do quadro de sujeitos o(a) coordenador(a) municipal do programa, que desenvolve suas atribuições a partir das ações da Secretaria Municipal de Assistência Social.

A abordagem foi viabilizada a partir da explicação e esclarecimentos sobre a pesquisa, no momento de apresentação e conquista da turma e da professora. A observação foi fundamental para as primeiras aproximações. Durante esse processo, os alunos se mostravam curiosos, pois queriam saber o que aconteceria com a presença de alguém que os observava.

A segunda etapa da pesquisa na referida escola foi intensificada pela realização das entrevistas semiestruturadas com a professora titular, com a professora do ano anterior, com os alunos e seus pais e com o coordenador municipal do PBF no município. Para cada um dos sujeitos, a entrevista foi conduzida de acordo com a especificidade de suas atividades escolares e/ou extraescolares. A professora e os alunos foram entrevistados na própria escola em momentos diferenciados. Os pais foram entrevistados em suas residências, o que proporcionou maior disponibilidade e descontração durante a entrevista. A entrevista com o coordenador do PBF no município ocorreu na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Para a etapa de elaboração das entrevistas, levou-se em consideração a função desempenhada por cada sujeito investigado. Quanto à aplicação das entrevistas, tomou-se o cuidado de explicitar o objetivo geral, permitindo aos sujeitos o entendimento do que lhe fora interpelado. A obtenção de uma entrevista de boa qualidade requer do pesquisador a promoção de um clima de descontração, espontaneidade e interação, bem como a demonstração de credibilidade e confiabilidade nas informações transmitidas, pertinente para ambas as partes. Assim, o envolvimento entre pesquisadora e sujeitos no presente estudo prevaleceu de modo a oportunizar descontração durante as entrevistas, mantendo-se, ao mesmo tempo, o cuidado para não desviar o objetivo das entrevistas.

A terceira etapa se voltou para o estudo de documentos da escola alvo da pesquisa, como diário de classe, quadro do quantitativo de alunos, quadro dos resultados finais do ano letivo, fichas individuais dos alunos e relatórios individuais do rendimento escolar dos alunos.

A quarta etapa foi direcionada para a investigação do desenvolvimento e aplicabilidade do PBF no município, cuja fonte de dados estava localizada na Secretaria Municipal de Assistência Social. Durante esse processo, foram disponibilizados os dados quantitativos acerca dos alunos beneficiários por escolas e as informações sobre a funcionalidade do programa no município, evidenciando a condicionalidade da área da educação. Também foram enfatizadas ações ligadas ao programa desenvolvidas no município.

Dando continuidade à investigação, a observação em sala e o acesso às atividades escritas pelos sujeitos/alunos foram utilizados como fontes para análise do rendimento escolar, do ambiente escolar, da prática pedagógica e do processo de aprendizagem. “Conhecer é compreender os fenômenos em suas diversas manifestações e nos contextos de onde se expressam”, observa Gamboa (2008, p. 33).

Ademais, a coleta de dados também contemplou a análise de fontes, como registros nas pastas individuais dos alunos e relatório descritivo do desempenho escolar ao longo do ano letivo anterior, na qual contempla o caráter exploratório, visto que a investigação se deu a partir de um fenômeno dentro do seu contexto real, utilizando-se de fontes bibliográficas e documentais.

3.4 Procedimentos para a análise dos dados

Com base na perspectiva de Bardin (2011), para a análise de dados foi utilizada a **análise de conteúdo**, cujas informações foram estruturadas a partir do método da organização da análise, composta pela “pré-análise; exploração do material e pelo tratamento dos resultados obtidos e a interpretação” (BARDIN, 2011, p.125). Tal estrutura operacional permitiu à pesquisadora reunir um conjunto de informações suscetíveis à sistematização da interpretação dos dados coletados. Tendo em vista que,

A análise de conteúdo constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum. (MORAES, 1999, p.9).

A coleta de dados iniciou-se em janeiro de 2013, com a investigação direcionada para a construção do referencial teórico. Na continuidade, a pesquisa de campo teve duração de 60 dias, iniciada em novembro de 2013 e concluída em janeiro de 2014, sendo 30 dias para observação em sala de aula na escola e 30 dias para as entrevistas com os grupos de sujeitos evidenciados. O processo de transcrição das entrevistas se deu após esse período.

Ainda com relação à análise de conteúdo, o processo de análise das informações vai além de uma simples leitura, num movimento de reinterpretação, releitura e compreensão, que possibilita maior clareza no surgimento das categorias e na apropriação dos resultados. (GODOY, 1995). Nessa perspectiva, o processo investigativo se torna contínuo e a análise dos resultados possibilita um melhor entendimento e compreensão dos dados coletados, concernentes ao objeto investigado. Nesse sentido, Lüdke e André (1986) afirmam que:

Para se realizar uma pesquisa é preciso promover o confronto entre os dados, as evidências, as informações coletadas sobre determinado assunto e o conhecimento teórico acumulado a respeito dele. Em geral isso se faz a partir do estudo de um problema, que ao mesmo tempo desperta o interesse do pesquisador e limita suas atividades de pesquisa a uma determinada porção do saber, a qual ele se compromete a construir naquele momento. Trata-se, assim, de uma ocasião privilegiada reunindo o pensamento e a ação de uma pessoa, ou de um grupo, no esforço de elaborar o conhecimento de aspectos da realidade que deverão servir para a composição de soluções propostas aos seus problemas (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p.01).

De acordo com essa linha de raciocínio, a análise, ao ultrapassar o processo de identificação dos dados, contempla uma complexidade maior, que insere o pesquisador no processo de construção da interpretação. A análise dos dados transforma o que foi coletado através de um processo organizado de estruturação da pesquisa. A transformação ocorre à medida que os dados são processados seguindo uma estratégia metodológica (GIBBS, 2009).

O procedimento para a análise de conteúdo desenvolveu-se através da pré-análise, da exploração do material e do tratamento dos resultados obtidos e interpretação (BARDIN, 2011). Estas três fases foram fundamentais para a obtenção dos resultados desta pesquisa.

Na primeira fase é estabelecido um esquema de trabalho que deve ser preciso, com procedimentos bem definidos, embora flexíveis. A segunda fase consiste no cumprimento das decisões tomadas anteriormente, e finalmente na terceira etapa, o pesquisador apoiado nos resultados brutos procura torná-los significativos e válidos (SILVA, GOBBI; SIMÃO, 2005, p.73).

Na **pré-análise**, estrutura do percurso a ser seguido para analisar os dados, na perspectiva de compreender os resultados, exigiu um planejamento estratégico e uma organização das ações. Conforme Bardin (2011, p.125), nesta etapa a intenção é “tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise.”

A operacionalização das ações para a análise dos dados obedeceu a uma sequência elaborada, cujo desenvolvimento se deu a partir da organização das transcrições das entrevistas, da análise do diário de campo, da leitura dos textos, das anotações e das falas dos sujeitos e da construção do quadro de indicadores.

Na fase seguinte, descrita por Bardin (2011) como **exploração do material**, iniciou-se a análise das informações a partir da leitura das transcrições das entrevistas, segundo a sequência planejada na pré-análise. Nessa etapa, a identificação dos indicadores permitiu a formulação de três categorias e três subcategorias, possibilitando a interpretação dos resultados com maior clareza.

No **tratamento dos resultados**, a intenção é trabalhar os dados até que se tornem resultados significativos, de acordo com Bardin (2011, p.131). Assim, de posse dos resultados consolidados em categorias e subcategorias, a análise indicou lacunas, cujos vestígios³⁸ encaminharam o procedimento para outra situação. Fez-se necessário reiniciar a análise, desta vez realizando a interpretação a partir da articulação entre os dados.

Este procedimento de investigação perpassou as três fases descritas acima. Contudo, para alcançar a validação dos resultados se fez necessário recorrer à inferência, “procedimento intermediário” (BARDIN, 2011, p.45), que proporciona a reinterpretação dos resultados obtidos para “atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum” (MORAES, 1999, p.9). Através desse processo investigativo, as etapas foram se consolidando em informações que, do ponto de vista do conhecimento científico, pressupõem a confiabilidade no resultado desta análise.

No capítulo a seguir, apresentam-se os resultados encontrados a partir da compreensão dos dados levantados, tanto nas fontes literárias quanto através das observações e das entrevistas desenvolvidas ao longo desta pesquisa.

³⁸ “São a manifestação de estados, de dados e de fenômenos” (BARDIN, 2011, p. 45).

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nos cenários escolares, é comum a visualização da típica sala de aula, composta de mobiliários escolares, quadro negro ou branco e outros objetos necessários à prática efetiva do ensino aprendizagem. Mas, dois elementos essenciais ganham destaque nesse ambiente: o professor e o aluno. Para o desenvolvimento do processo educacional, é necessária a participação de ambos, num esforço de mútua cooperação, em prol da formação do educando, conduzindo-se, assim, à efetivação da aprendizagem e da construção do conhecimento.

Considerando a relação entre PBF e educação, informações relevantes, oriundas de pesquisas já realizadas (PAIVA, FALCÃO; BARTHOLO, 2013; CRAVEIRO; XIMENES, 2013) demonstram a dimensão que o programa atinge a nível nacional, do ponto de vista da transferência direta de renda e dos limites e possibilidades em relação à educação.

Segundo Paiva, Falcão e Bartholo (2013) não é indicado que o PBF seja o programa responsável por resolver as questões educacionais no Brasil. No entanto, alertam que:

[...] se um dos objetivos do Bolsa Família é aumentar a escolaridade dos filhos das famílias mais vulneráveis, para que eles tenham mais oportunidades futuras, há de se pensar em uma política continuada, que garanta os impactos devidos na correção da trajetória escolar destas crianças e jovens e na obtenção de bons resultados (PAIVA, FALCÃO; BARTHOLO, 2013, p.37).

Craveiro e Ximenes (2013, p.109) concebem o PBF como “transferência de renda e acesso aos direitos sociais básicos de saúde, alimentação, educação e assistência social”. Nesse contexto, a educação exerce função primordial no alcance dos objetivos elencados pelo programa, situando o entendimento dos autores de que o desafio de resolver as questões educacionais vai além do alcance de um programa de cunho social.

Dessa feita, discutiremos a seguir questões relacionadas ao PBF, trazendo à tona a análise dos dados encontrados. Inicialmente, são apresentadas as características dos grupos de sujeitos investigados, concernentes à compreensão dos resultados que se seguem.

No quadro a seguir, estão relacionados os participantes da pesquisa:

QUADRO 6 - Perfil dos Sujeitos Pesquisados

Pesquisados	Idade	Formação	Vínculo com o PBF	Tempo com o PBF
Lourdes	40	Pedagogia e Psicopedagogia	Professora do Ensino Fund. Anos iniciais	-----
Rosa	39	Pedagogia e Psicopedagogia	Professora do Ensino Fund. Anos Iniciais	-----
Eliane	38	Pedagogia e Psicopedagogia	Coordenadora Mun. do PBF	9 anos
Marta	37	Ensino Fundamental - Anos Iniciais	Mãe/responsável	2 anos
Lúcia	39	Ensino Fundamental- anos finais	Mãe/responsável	5 anos
Luzia	41	Ensino Fundamental - Anos Iniciais	Mãe/responsável	4 anos
Ana	43	Ensino Fundamental- Anos Iniciais	Mãe/responsável	3 anos
Edgar	13	5º ano	Estudante	2 anos
Adriane	12	5º ano	Estudante	5 anos
Francisco	13	5º ano	Estudante	4 anos
Vânia	13	5º ano	Estudante	3 anos

No quadro, notamos que todas as mães entrevistadas possuem formação incompleta no Ensino Fundamental, têm mais de um filho e que são elas que recebem o benefício, em conformidade com as determinações do programa, expressas na forma da Lei nº 10.836/2004, cujo Art. 2º, § 14º, destaca que: “O pagamento dos benefícios previstos nesta Lei será feito preferencialmente à mulher, na forma do regulamento” (BRASIL, 2004).

A ideia de que as mulheres beneficiárias do PBF apresentam melhores condições de uso dos recursos, seja na administração familiar ou na tomada de decisão é revelada em diversos trabalhos (CAMPELLO, 2013; ALVES, CAVENAGHI, 2013; PIRES, REGO, 2013); as mães são, pois, relevantes para o funcionamento do programa.

Nesses trabalhos, tornou-se evidente a posição privilegiada das crianças dentro da família, no que diz respeito aos gastos com o benefício. Isso é relevante na medida em que as crianças não são consideradas beneficiárias formais (PIRES, REGO, 2013, p.15).

Quanto às professoras entrevistadas, estas apresentam formação em nível superior com especialização, o que pressupõe qualidade na execução do ensino. Cabe ressaltar que as docentes, embora conhecessem o PBF, não sabiam identificar quais alunos eram beneficiados.

Ao buscar informações acerca da identificação dos estudantes beneficiários matriculados na turma investigada, foi necessário solicitar à direção da escola, uma vez que a professora não tinha a identificação de quais alunos estavam cadastrados no PBF (Diário de campo, 11/11/2013).

Com base na observação realizada, parte-se do pressuposto de que para as professoras entrevistadas as informações acerca da identificação dos alunos beneficiários ocorriam mediante solicitação e a partir da necessidade vivenciada no cotidiano escolar.

Um dado relevante é que todos os participantes sabiam de alguma forma sobre o que se referia o PBF. Em relação à coordenadora do PBF no município, o entendimento acerca do programa é relatado com ênfase, no tocante à funcionalidade e operacionalização, como podemos constatar no depoimento que se segue:

O programa não pode ser considerado uma renda, é um complemento da renda familiar, mas esse complemento, as famílias precisam entender que têm responsabilidades no ente familiar para buscar a melhoria da mesma. A prova disso é que as famílias precisam atender a duas condicionalidades: estar acompanhada pela saúde e a outra matricular e efetivar de fato essa matrícula [expressão utilizada para se referir à frequência escolar] no ensino regular (Coordenadora do PBF)

O entendimento da coordenadora expressa o que preconiza o Art. 4º da Lei nº 10.836/2004:

Art. 4º- Fica criado, como órgão de assessoramento imediato do Presidente da República, o Conselho Gestor Interministerial do Programa Bolsa Família, com a finalidade de formular e integrar políticas públicas, definir diretrizes, normas e procedimentos sobre o desenvolvimento e implementação do Programa Bolsa Família, bem como apoiar iniciativas para instituição de políticas públicas sociais visando promover a emancipação das famílias beneficiadas pelo Programa nas esferas federal, estadual, do Distrito Federal e municipal, tendo as competências, composição e funcionamento estabelecidos em ato do Poder Executivo. (BRASIL, 2004)

Do ponto de vista de Silva e Lima (2010), o fato do PBF se estruturar a partir da focalização no combate a pobreza e a extrema pobreza, direcionando, assim, seu atendimento, remonta à reflexão de que as políticas sociais, que deveriam, de forma processual, atender às questões no âmbito da necessidade de qualidade na oferta dos serviços para a sociedade como um todo, demonstra, contudo, que no universo das políticas públicas e sociais, a estrutura organizacional apresenta lacunas que são preenchidas através de

políticas direcionadas. Ainda segundo Silva e Lima (2010), em defesa da universalização das políticas sociais ressaltam que:

O entendimento é de que os que foram historicamente marginalizados da igualdade de oportunidades tenham direito a recursos e serviços que os recolocem num patamar de dignidade, ou seja, a referência é a justiça social. Por outro lado, a garantia de políticas sociais universais, como educação e saúde, deve ser direito fundamental de todos (SILVA; LIMA, 2010, p.67).

Conforme já explicitado, o Município desenvolve o atendimento às famílias em consonância com o que está disposto na legislação que fundamenta o PBF. O Município escolhido para o desenvolvimento desta pesquisa está localizado no Estado Alagoas³⁹, situando-se em uma das regiões que abrange o maior quantitativo de beneficiários do PBF.

É importante destacar que, como enfatiza Carvalho (2012, p.6), “o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Alagoas continuava como um dos mais baixos do país.” Para justificar o posicionamento do Estado, o autor explica que todos os demais Estados do Nordeste apresentaram evolução socioeconômica, menos Alagoas.

Em relação ao Estado, destacam-se, neste estudo, informações inerentes à coleta de dados. Ressalta-se que não se pretende esgotar todas as questões socioeconômicas de Alagoas, sendo brevemente percorridas para situar as abordagens apresentadas.

Com uma população de 3.120.194 habitantes, distribuídos em 102 municípios (CENSO, 2010), Alagoas, em se tratando das condições socioeconômicas, é um dos Estados mais desiguais do Brasil. Dentro dessa perspectiva, ganha destaque a concentração de renda, apresentando o Estado ainda o menor desenvolvimento social e econômico em relação aos outros Estados brasileiros (CARVALHO, 2012).

Conforme Carvalho (2012, p.11), “a pobreza combinada com a má distribuição de renda são os elementos determinantes para a compreensão de outros fenômenos regionais”. Para Alagoas, o conjunto dessas questões está diretamente ligado às condições do Estado para avançar no desenvolvimento social e econômico. O grau de dificuldade econômica de Alagoas está expresso nos indicadores da população economicamente ativa, na desigualdade na distribuição de renda e na combinação com a pobreza (CARVALHO, 2012).

³⁹ [...] Alagoas vem evoluindo rapidamente desde a segunda metade dos anos 90. [...] Alagoas foi o Estado brasileiro que mais avançou em termos relativos nas áreas de educação (31%) e de saúde (16%), tendo a maior variação positiva entre todos, quase 20% (CARVALHO, p.6, 2012).

QUADRO 7 - Alagoas: População Economicamente Ativa - Renda (2011)

Classe	Número (1.000)	%
Sem rendimento	232	17,0
Até 1 Salário Mínimo	574	44,0
De 1 a 2 SMs	339	26,0
De 2 a 5 SMs	130	10,0
De 5 a 10 SMs	25	2,0
+ de 10 SMs	13	1,0
TOTAL	1.312	100

Fonte: IBGE/PNAD (2012)

Os dados relacionados no quadro acima expressam a abrangência da pobreza no Estado quando somados os quantitativos das duas primeiras classes, totalizado mais de 50% da população economicamente ativa que se enquadram no perfil para o atendimento em termos de transferência de renda do Governo Federal através do PBF.

No que diz respeito ao número de beneficiários do programa, Alagoas possui 438.240 famílias contempladas (Renée Le Campion, 2013)⁴⁰.

Na perspectiva de investigar os impactos causados pelo PBF no rendimento escolar dos alunos beneficiários, cabe discorrer brevemente sobre o contexto social, econômico e cultural do município evidenciado.

Segundo o IBGE (2010), Marechal Deodoro, cuja densidade demográfica é de 138,62 hab/km², possui uma população de 45.977 habitantes. A referida cidade, de acordo com o Perfil Municipal (2013), faz parte da Região Metropolitana de Maceió, apresentando em seu contexto social e econômico vestígios históricos, uma vez que foi um dos três primeiros municípios a se estruturar no Estado. Estudos⁴¹ datam o início do seu povoamento no século XVI, durante o período de colonização do Brasil. Marechal Deodoro guarda em sua arquitetura um acervo preservado e tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que a reconhece como patrimônio histórico mundial.

Predomina em sua cultura os folguedos⁴², transmitidos de geração em geração ao longo do seu desenvolvimento social. A economia gira em torno da monocultura da cana de

⁴⁰ Fonte: <http://tnh1.ne10.uol.com.br/noticia/economia/2013/11/03/273729/bolsa-familia-ainda-sustenta-metade-da-2-cidade-mais-rica-de-alagoas> acesso em 16/09/2014.

⁴¹ A povoação de Marechal Deodoro teve início quando Duarte Coelho enviou colonos para o local, logo após ter tomado posse da Capitania de Pernambuco, em 9 de março de 1535. Em 1591, já existia, à margem da Lagoa do Sul, um núcleo conquistado dos Caetés. Mais tarde, em 12 de abril de 1636, este núcleo foi transformado em vila pelo 4º Donatário da Capitania de Pernambuco, Duarte de Albuquerque Coelho, com a denominação de Santa Maria Madalena da Lagoa (PERFIL MUNICIPAL, 2013)

⁴² Por exemplo, Pastoril, Guerreiro, Cavalhadas. Disponível em: <http://www.destinoalagoas.tur.br/alagoas-cultura>. Acessado em 09 de março de 2014.

açúcar, do serviço público, da pesca, do turismo e do artesanato. É uma cidade que busca preservar seu acervo histórico, arquitetônico e cultural, em meio às mudanças contemporâneas.

No âmbito da educação pública, a Rede Municipal de ensino possui 19 escolas de ensino fundamental e seis de núcleos de educação infantil, totalizando 10.744 alunos matriculados no ano de 2013 (CENSO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA, 2013). O Município oferta à população Educação Infantil, Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Educação Especial.

QUADRO 8⁴³ - Quantitativo de Alunos Matriculados no Município de Marechal Deodoro/AL em 2013

ETAPAS DE ENSINO	NÚMERO DE ALUNOS
CRECHE	318
PRÉ-ESCOLA	1134
ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS	4628
ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS	3807
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	753
EDUCAÇÃO ESPECIAL	104
TOTAL	10.744

Do quantitativo de estudantes matriculados nas escolas públicas do Município estudado, 6.822 estudantes são beneficiários do PBF (Secretaria Municipal de Assistência Social, 2014). Os dados apresentados não diferenciam o número de estudantes que vivem em situação de pobreza e de extrema pobreza.

De acordo com o Portal da Transparência (2013), os recursos oriundos do Governo Federal direcionados ao PBF, no âmbito nacional, no ano de 2013 ultrapassaram o quantitativo de R\$ 24 bilhões de reais.

QUADRO 9⁴⁴ - Recursos do Governo Federal destinados ao PBF em 2013

ESFERAS GOVERNAMENTAIS	RECURSOS
BRASIL	R\$24.890.107.097,00
ALAGOAS	R\$ 801.449.280,00
MARECHAL DEODORO	R\$15.143.814,00.

⁴³ Fonte: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula> (2013).

⁴⁴ Fonte: <http://www.portaldatransparencia.gov.br/> Acesso em 16/03/2014. MDS (2013) (Elaboração própria).

Esses dados demonstram a abrangência da pobreza e da extrema pobreza que ainda perduram a nível nacional, estadual e municipal. Em se tratando da esfera municipal, segundo dados do Censo Demográfico (2010), 6.926 habitantes de Marechal Deodoro foram classificados em situação de extrema pobreza, com renda *per capita* abaixo de R\$ 70⁴⁵. (BOLETIM/Dados Municipais/A extrema pobreza em seu município/Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2013, p.1).⁴⁶

Do quantitativo de habitantes considerados extremamente pobres no município, de acordo com a faixa etária, o Censo Demográfico (2010) apresentou a seguinte situação:

QUADRO 10⁴⁷ - População em Situação de Extrema Pobreza por Faixa Etária no Município Investigado

Idade	Quantidade
0 a 3	643
4 a 5	287
6 a 14	1.926
15 a 17	585
18 a 39	2.051
65 ou mais	1.108
Total	6.926

De acordo com as premissas do Plano Brasil Sem Miséria (2013), a situação acima apresentada no âmbito do PBF teve o atendimento direcionado a partir da transferência de renda, no que resultou na concessão do Benefício de Superação da Extrema Pobreza (BSP)⁴⁸.

A inacessibilidade de dados impossibilitou a confirmação do quantitativo de famílias que deixaram de receber este tipo de benefício no Município investigado, por elevarem sua renda per capita, superando a condição de extremamente pobres.

Diante da necessidade de manutenção do benefício, as famílias se apresentam relativamente comprometidas com as condicionalidades do programa. No âmbito municipal, o acompanhamento dessas famílias é realizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social,

⁴⁵ Valor identificado no período de coleta de dados da pesquisa.

⁴⁶ Disponível em: http://aplicacoes.mds.gov.br/ead/ri/carrega_pdf.php?rel=extrema_pobreza

⁴⁷ **Fonte:** Censo 2010/(BOLETIM/Dados Municipais/A extrema pobreza em seu município/Ministério do desenvolvimento Social e combate à Fome, 2013, p.1).

⁴⁸ O BSP tem como objetivo garantir uma renda mínima de R\$ 70 por pessoa da família beneficiária do PBF, que, mesmo recebendo outros benefícios do Programa (Básico, Variável, Benefício Variável Jovem, entre outros), permanecem em situação de extrema pobreza (MDS, 2013). Disponível em: <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/bolsa-familia/beneficios/gestor/beneficio-de-superacao-da-extrema-pobreza>

através de visitas aos domicílios, da coleta dos boletins de frequência escolar enviados bimestralmente pelas escolas públicas e dos dados relacionados à saúde.

Nas visitas ao setor responsável pelo PBF, durante o período de coleta de dados, observou-se que a procura de pessoas para realizar o cadastro no programa ocorreu com significativa frequência.

Um dado importante em relação ao acompanhamento do cumprimento das condicionalidades da educação no Município investigado, é que a escola encaminha as informações diretamente para a Secretaria Municipal de Assistência Social sem haver envolvimento da Secretaria Municipal de Educação (SEMED).

Com base no depoimento e no registro abaixo, é explicitado o procedimento de acompanhamento da condicionalidade da educação no Município, vejamos:

Através do monitoramento da frequência, solicitamos a declaração de frequência da escola como também a gente passa deixando o formulário para a escola preencher com a real frequência de cada criança beneficiária do programa (Coordenadora municipal do PBF).

De acordo com a fala anterior, constatou-se que a procura por documentação na escola era contínua. No entanto, não foi possível confrontar os motivos dessa procura em relação à solicitação das famílias.

Algumas famílias vieram à escola, hoje para solicitar uma declaração de estudante regularmente matriculado para comprovar que seus dependentes estavam frequentando as aulas (Diário de campo, 03/12/2013).

Esse procedimento ocorria diante da necessidade de atualização de dados, cadastro, recadastro junto ao setor de gerenciamento do PBF no município, que com as informações disponibilizadas através da escola, as famílias regularizavam as pendências.

Para identificar se um(a) aluno(a) era beneficiário, o(a) agente administrativo(a) recorria à pasta individual. E para verificar a frequência, observava o diário de classe. Não houve registro de situação que impedisse a emissão do documento (Diário de campo, 03/12/2013).

Percebe-se que, tanto a escola quanto o órgão responsável pelo acompanhamento se utilizam de instrumentos que demandam confiabilidade no registro das informações.

Com mais de dez mil alunos matriculados na rede pública de ensino em 2013, Marechal Deodoro apresentou nas últimas edições do IDEB os seguintes índices:

QUADRO 11⁴⁹ - Evolução do IDEB do Município de Marechal Deodoro-AL

ANOS	2005	2007	2009	2011
RESULTADOS (PONTOS)	2,7	3,0	3,4	3,2
META PROJETADA	-----	2,7	3,1	3,5

Considerando os resultados do IDEB no Município em questão, observa-se uma diminuição na última aferição, indo de encontro aos índices anteriores. Os dados revelam ainda que o resultado obtido em 2011 é inferior à meta estipulada pelo MEC.

Com base nas observações realizadas em 2013, em relação ao período de implantação do PBF no município, notamos que coincide com o período de aferição do IDEB. Uma vez que o PBF teve início no município em 2004.

Diante dos resultados do IDEB e do quantitativo de famílias beneficiárias, nota-se que o PBF teve impacto significativo, contribuindo para a contenção da evasão escolar.

A confirmação da influência direta do programa no rendimento escolar está relacionada ao fato de que, se o estudante frequenta regularmente a escola, possui maiores condições de melhorar a aprendizagem. Para Cireno, Silva e Proença (2013, p.300), “a participação no programa, em especial o cumprimento da condicionalidade, pode contribuir para a diminuição da diferença no desempenho desses alunos”. Contudo, entendemos a partir das suscetíveis provocações desta pesquisa, que dos muitos fatores escolares e sociais ligados à aprendizagem, dois estão diretamente ligados ao PBF: a alimentação e a frequência escolar. Nesse contexto, tanto a alimentação quanto a frequência escolar contribuem para a oferta de condições que propiciam a aprendizagem.

Com base nas interpretações das contribuições verbais e espontâneas, embora reconhecendo o processo de continuidade dos resultados pós-investigação, pretende-se neste capítulo apresentar os resultados da pesquisa em evidência.

4.1 O Locus da Pesquisa em Ação: A Escola

A escola investigada possuía 876 alunos(as) matriculados(as) em 2013, funcionando nos turnos matutino e vespertino com a oferta de Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano. Sua localização periférica e o número de alunos(as) beneficiários(as) do PBF refletem a condição social e econômica da comunidade na qual a escola está situada.

⁴⁹ **Fonte:** <http://www.qedu.org.br/cidade/5432-marechal-deodoro/taxas-rendimento> (adaptação da pesquisadora). Acessado em 06 de setembro de 2014.

QUADRO 12- Distribuição dos Alunos da Escola Pesquisada em 2013

Alunos matriculados	Alunos beneficiários	Alunos não beneficiários
876	654	222

Fonte: Quadro de distribuição dos alunos matriculados. Escola Investigada, 2013.

Segundo os dados da Secretaria Municipal de Assistência Social, esta escola comporta o maior quantitativo de estudantes beneficiários(as) do PBF no Município. Este dado permitiu que a escola atendesse ao critério estabelecido para a condição de campo nesta pesquisa.

Ao final do ano letivo, a Escola investigada apresentou em seu quadro de resultados finais dados que requerem aprofundamento no tocante à discussão sobre a relação desse quantitativo com o PBF.

O quadro abaixo evidencia a amplitude do PBF em uma dada comunidade, cujos resultados pressupõem um debate para além das condicionalidades da Educação.

QUADRO 13 - Resultado Final da Escola Pesquisada em 2013

Matrícula inicial	Matrícula final	Aprovados	Reprovados	Desistentes	Transferidos
876	745	573	172	60	71

Fonte: Quadro do resultado final. Escola Investigada, 2014.

Os dados evidenciam que o quantitativo de alunos reprovados representa 19,6% do total matriculados. Somado ao quantitativo de alunos desistentes, esse índice equivale a 26,4% do total, enquanto que os alunos aprovados representam 65,4%. O quantitativo de estudantes retidos e desistentes demonstra que existe uma fragilidade no processo de desenvolvimento das ações escolares, o que remonta à reflexão em relação ao processo de gestão escolar, de ensino-aprendizagem e de envolvimento da comunidade escolar.

Ainda em relação à escola investigada, os resultados registrados pelo IDEB, referentes aos anos iniciais⁵⁰, oscilam, revelando a necessidade de uma análise⁵¹ mais aprofundada dos fatores que influenciaram nos resultados registrados no período de 2005 a 2011.

⁵⁰ Os resultados dos anos finais não foram considerados nesta pesquisa, uma vez que este estudo focaliza os anos iniciais.

⁵¹ Não se pretende nesta pesquisa abordar a análise desses fatores, em função da inacessibilidade de dados e por requerer uma demanda maior de tempo para o desenvolvimento da investigação.

QUADRO 14⁵² - IDEB dos Anos Iniciais da Escola Investigada

Ano	2005	2007	2009	2011
Índice Obtido	2,4	2,7	3,5	2,6
Meta Projetada	----	2,5	2,8	3,2

No período de 2005 a 2009, a escola investigada registrou elevação em relação à meta projetada. No entanto, esse resultado não foi mantido em 2011, fazendo com que a escola não atingisse a meta, embora houvesse atingido 0,2 pontos acima do registrado em 2005.

Considerando tanto a elevação quanto a diminuição no índice até 2011, observa-se que a influência do PBF nos resultados alcançados pela escola está relacionada à frequência escolar, que incide diretamente na diminuição da evasão. Mas, caberia uma investigação mais aprofundada em relação aos demais elementos estruturantes do IDEB. Por outro lado, entendemos que o PBF contribuiu parcialmente para os resultados obtidos pela escola.

No âmbito da escola, a sala de aula investigada era constituída de 23 alunos matriculados no 5º ano. Posteriormente, três alunos foram transferidos e um evadido. Dos 19 alunos restantes, 13 eram meninos e seis eram meninas. A professora, que assumiu a turma em agosto de 2013, era graduada em Pedagogia, com especialização em Psicopedagogia.

Um fato relevante relacionado ao comportamento da professora foi a demonstração de insatisfação e preocupação em relação ao período letivo que restava para acompanhar a turma.

A professora por diversas vezes falou da necessidade que os estudantes tinha de prestar a atenção e se dedicarem aos estudos, porque o ano letivo estava acabando e ela não assumiu aquela turma desde o início (Diário de campo, 11/12/2013).

A substituição de professores dentro do mesmo ano letivo, de certa forma influenciou a continuidade do processo de ensino a ser desenvolvido na turma investigada.

Cabe ressaltar que a continuidade do processo demanda novos diagnósticos de identificação acerca do nível de aprendizagem, desencadeia a elaboração de planos de aproveitamento do período letivo e tempo pedagógico restantes, no tocante ao ensino e à aprendizagem, requerendo ainda um processo de conquista através da relação professor-aluno.

Com relação a esse fato, observamos que a continuidade do processo pedagógico se limitou à redução do tempo letivo disponível e às condições de aprendizagem que os estudantes apresentavam à professora que assumiu a titularidade da turma investigada.

⁵² Fonte: INEP/2012 (adaptação própria). Disponível em:

<http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=4643473>. Acessado em 18 de julho de 2014

Ainda com relação à turma, a professora desenvolvia uma espécie de plano⁵³ pedagógico previamente elaborado nos planejamentos semanais, cuja aplicabilidade se dava em função de um cronograma específico. A inflexibilidade registrada durante o período de observação resultou em outra limitação, na qual se resumia o desenvolvimento das atividades em sala de aula a uma sequência de ações voltadas ao cumprimento do plano.

As aulas eram ministradas com atividades de Língua Portuguesa e Matemática. O conteúdo explorado com o uso do livro durava três ou quatro dias e era aplicada uma atividade avaliativa. Os resultados eram computados e transformados em porcentagem de acordo com o quantitativo de acertos obtidos (Diário de campo, 21/11/2013).

Os resultados obtidos através do desempenho dos alunos nas atividades avaliativas eram acompanhados e administrados pela docente, que, ao final do ano letivo, quantificaria os resultados para definir se o rendimento escolar da sua turma foi positivo ou negativo.

Dentre as políticas públicas voltadas para melhorar o índice de aprendizagem dos alunos, o município de Marechal Deodoro implantou o programa de correção de fluxo para os estudantes do Ensino Fundamental dos anos iniciais, cujo impacto se fez notar nas observações realizadas na escola, como demonstra o registro a seguir:

Observa-se que os(as) alunos(os) com baixo rendimento escolar e relacionados como fora de faixa, são inseridos(as) nas turmas de PAA, que é um Programa de Aceleração da Aprendizagem, destinado para a correção de fluxo dos alunos do 3º ao 5º ano (Diário de campo, 19/11/2013)

Notamos que nem todos os alunos com baixo desempenho escolar e fora da faixa etária foram inseridos nas turmas de correção de fluxo. Observando a tabela do perfil dos sujeitos, verificamos que todos os alunos(as) entrevistados(as), matriculados no 5º ano do Ensino Fundamental, apresentavam distorção⁵⁴ idade-ano.

Analisando as falas, percebemos, a partir das falas de uma das professoras, que o PBF apresenta influência diferenciada no comportamento dos alunos, havendo uma lacuna no procedimento de acompanhamento da frequência escolar pela escola, vejamos:

Agora, o que fica gritante é que o aluno vai pra escola, e o Francisco sabendo disso, não vem pra estudar, mas pra não ter falta para não perder o Bolsa Família. Mas, por outro lado, a escola não tem esse acompanhamento

⁵³ Não houve aprofundamento do que demonstrava ser um programa desenvolvido nesta turma em função da inacessibilidade ao conteúdo e a indisponibilidade de informações acerca dos objetivos durante o período de observação.

⁵⁴ Quando o(a) aluno(a) reprova ou abandona os estudos por um período igual ou superior a dois anos.

de ver a frequência do aluno para saber se ele está indo ou não para ter esse acompanhamento por que declaração eles davam “assim” [termo utilizado para se referir: de qualquer jeito], não iam na minha sala perguntar se o Francisco estava frequentando, como era o desenvolvimento dele em sala de aula, pra colocar esse relatório na declaração e eu sei que a mãe dele fez recadastramento (Professora Lourdes).

A percepção da professora em relação à necessidade de um acompanhamento mais efetivo sugere que os procedimentos da escola e da família sejam direcionados ao rendimento escolar. A professora, também apresenta uma preocupação em função da interferência causada pela obrigatoriedade do estudante frequentar a escola para manter o benefício, sob a justificativa de que a condicionalidade provoca o desvio no interesse do estudante em ir à escola.

Para Perrenoud (2005, p. 37), “na escola, a participação na vida da turma ou do ensino é um poder legítimo no presente e uma fonte indispensável de aprendizagens para o futuro.” Nesse sentido, a aprendizagem estaria comprometida sem a interação e motivação do estudante durante o processo de ensino aprendizagem.

Na maioria das vezes, os pais que vão à escola, eles não vão por que querem saber dos filhos. Eles vão por que precisam ir na secretaria pegar uma declaração e como já estão lá, vão saber como ele está em sala de aula, não há um acompanhamento que eu sinto muita falta disso (Professora Lourdes).

Considerando o depoimento acima em destaque, notamos que a escola pode fazer uso de estratégias diversificadas para inserir a família no processo de desenvolvimento da aprendizagem a partir do acompanhamento da frequência do estudante beneficiário. Para Romanelli (2013), a relação estabelecida entre família e escola perpassa vários fatores, que se entrelaçam e são determinantes para o papel a ser desenvolvido pela família e pela escola.

Nesse sentido, Romanelli (2013) ressalta que:

[...] as inter-relações entre ambas são mútuas e realimentam-se constantemente, algumas vezes num círculo vicioso. [...] De um lado, os pais, ou a família, expressam queixas contra a escola e os professores, e estes são avaliados como despreparados e omissos frente aos alunos e seus responsáveis; de outro lado, professores e agentes escolares argumentam que os pais não se interessam pelos estudos dos filhos, não comparecem a reuniões e lançam mão de uma condenação afirmando muitas vezes de modo categórico que o mau desempenho dos alunos deve-se à negligência familiar sobretudo quando estes pertencem a famílias de camadas populares (ROMANELLI, 2013, p. 36).

Ainda com base no depoimento exposto pela professora, observamos que o acompanhamento realizado pela escola, em relação ao mínimo exigido de frequência escolar para os beneficiários do PBF, segundo o que determina a Lei nº 10.836/2004, é deficitário,

comprometendo o cumprimento desta condicionalidade pelas famílias, no que preconiza a legislação:

Art. 3º A concessão dos benefícios dependerá do cumprimento, no que couber, de condicionalidades relativas ao exame pré-natal, ao acompanhamento nutricional, ao acompanhamento de saúde, à frequência escolar de 85% (oitenta e cinco por cento) em estabelecimento de ensino regular, sem prejuízo de outras previstas em regulamento.

Outro dado relevante encontrado durante a investigação diz respeito à utilização do PBF pela escola como estratégia para reunir as famílias, como exemplifica a professora.

Aí, a diretora bolou uma estratégia, quando fosse fazer reunião era para dizer que era do Bolsa Família. E aí compareciam em massa (Professora Rosa).

Nessa fala, o uso do PBF enquanto instrumento mobilizador da participação das famílias nas ações escolares, como reuniões ou encontros demonstra a perda da capacidade de articulação por parte da escola em relação à interação da família.

Às vezes até para fazer uma reunião dentro da instituição você coloca o nome bolsa família que os pais vão com medo de perder. Olha, hoje nós vamos tratar sobre o assunto do Bolsa Família e não é, é só um meio para trazer os pais para a escola, o que é um absurdo (Professora Lourdes).

De fato, a adesão de reuniões por parte dos pais junto à escola tende a ser maior quando o assunto a ser tratado diz respeito ao PBF, em função do comprometimento e do interesse pela manutenção do benefício, embora esse não seja critério estabelecido pelo programa. No entanto, a fala da professora demonstra que o interesse dos pais e/ou responsáveis beneficiários(as), em participar do processo educativo passa a ser conduzido, em parte, primeiramente pela linha de compensação econômica, e secundariamente pelos resultados da aprendizagem.

Contudo, cabe mencionar o que destacaram Brandão, Pereira e Dalt (2013, p.222) sobre a região Nordeste:

O impacto positivo do PBF no sentido de propiciar uma maior inserção dos pais na escola, estando presentes nas reuniões quando solicitados. Isto teria como consequência um maior investimento destes na direção de seus filhos, insistindo e não desistindo de mantê-los na escola. Assim, salientam que o PBF funciona como um mecanismo de cobrança, de supervisão das famílias em sua responsabilidade de manter os seus filhos na escola.

A utilização do PBF como instrumento de uso do poder pela escola remonta à concepção de que a instituição de ensino prefere se apegar a essa estratégia a desenvolver ações coletivas e de cunho pedagógico para inserir a família no processo educativo de seus

dependentes. Destarte, a escola também contribui para disseminar a ideia de que, como as famílias dependentes do PBF necessitam se manter nessa condição, fica subentendido que o recebimento do benefício se sobrepõe à emancipação destas famílias.

Segundo Algebaile (2009), faz-se necessária uma reflexão sobre o papel assumido pela escola durante o processo histórico que concorria para a sua afirmação. Entretanto, enfatiza que a escola é utilizada como instrumento contributivo para a consolidação de políticas que competem a outros setores, como por exemplo, assistência social e saúde. E, se afirma nesse contexto, à medida que a sua participação passa a ser consolidada, conforme explicitado na fala abaixo:

Não existe um prazo. As famílias permanecem desde que estejam no perfil do PBF dentro do que preconiza a regulamentação do programa.
(Coordenadora Municipal do PBF)

De acordo com Paiva, Falcão e Bartholo (2013, p.25) o entendimento acerca da permanência das famílias por um período indeterminado justifica-se face

[...] à percepção de que certos determinantes da pobreza precisariam ser atacados durante um tempo necessariamente longo para que as futuras gerações pudessem efetivamente ter condições de superar a pobreza.

A fala a seguir reforça a importância do papel da escola para o funcionamento do PBF:

Em relação às escolas, são muito receptivas e assumem as suas responsabilidades [diz respeito à atribuição em face à frequência escolar], são poucas que percebem esta atribuição como por obrigação e não como direito garantido e como co-responsabilidade na efetivação do programa no município (Coordenadora Municipal do PBF).

Cabe ressaltar, que durante o período de observação não houve constatação deste fato, bem como não foram registradas reuniões escolares com a comunidade. Mas, com base nas informações coletadas ficou subentendido que, o chamamento dos pais e/ou responsáveis ocorria diante da necessidade, fosse para tratar de questões individuais dos estudantes ou para reuniões escolares, com temas gerais ou específicos, como o plantão pedagógico.

4.2 O PBF na visão dos pesquisadores

Conforme Brandão, Pereira e Dalt (2013), o PBF, desde sua instituição, vem se consolidando a nível internacional como a política de transferência de renda de maior alcance no Brasil em relação ao combate a pobreza e à inclusão educacional. Considerando a perspectiva dos autores, observamos uma pluralidade de concepções referentes à temática.

Traremos a seguir a fala dos participantes deste estudo, acerca do entendimento que têm a respeito do programa:

Todo mundo falava no Bolsa Família. Aí, a comadre Zefinha veio aqui e me chamou para ir e eu fui. [o programa] É pra gente receber e comprar comida, as coisas para levar pra escola, roupa. Já é uma ajuda, não é? (Marta - responsável).

Nesse contexto, as informações expostas representam que a própria comunidade divulga a existência do programa e é mobilizadora no processo de inserção de outras famílias.

Sei direito não. É pra gente receber um dinheiro pros meninos estudar, a gente também tem que levar no posto [de saúde] (Lúcia - responsável).

E ainda, muitas famílias dispõem de informações insuficientes sobre o programa, no entanto estão dispostas a realizar o cadastro e se tornarem beneficiárias.

Pra receber o Bolsa Família, sei que o dinheiro vem do governo pra gente. É dinheiro não é, e a gente tem precisão. É pra botar meus filhos na escola. (Luzia - responsável).

A fala anterior reforça a ideia de que o recebimento do benefício se sobrepõe ao cumprimento das condicionalidades e as famílias se submetem aos procedimentos de cadastro na expectativa de se tornarem beneficiárias. Dentro dessa visão, os filhos demonstram também conhecer o programa:

Para os pais da gente comprar comida, roupa, material da escola e sapato também, não é? Porque a gente precisa pra comprar comida. O dinheiro que meu pai recebe do trabalho dele é muito pouco (Edgar - estudante).

Essa fala reflete a amplitude da influência do PBF no meio familiar. A construção do conhecimento a respeito das condições sociais relatada a partir de uma realidade vivenciada, direciona a reflexão na perspectiva de mudança e de melhorias, a partir da visão que se constitui no âmbito da relação familiar.

Minha mãe me bota [vir à escola], mas eu venho porque gosto. Senão o Bolsa Família é cortado. [minha mãe] me disse: “Vá pra escola, que se você não for pra escola o Bolsa Família vai ser cortado” (Vânia - Estudante)

Para Brandão, Pereira e Dalt (2013), as condicionalidades exercem papel primordial para o sucesso do PBF, no tocante à sua focalização e na garantia do acesso aos direitos sociais básicos. Por outro lado, destaca-se a ideia de troca, que se apresenta como fator relevante na disseminação do uso da educação para fins econômicos.

Além das visões das responsáveis e dos estudantes, tivemos o ponto de vista das professoras sobre o PBF, vejamos:

Eu não acredito muito nos Programas de Governo, esses Programas que beneficiam as pessoas todos esses programas, tipo Bolsa Família, todos esses Programas eu não acredito muito porque deixa o cidadão muito passivo. Eles não vão querer mais buscar, eles não querem mais trabalhar, por que eles recebem aquele dinheiro, aquele valor x, que por conta da quantidade de filho aquele valor aumenta e tem pais que não querem mais nada, só receber mesmo o Bolsa Família, ser atendido por esse Programa de Governo. Se ele ajuda alguma família, se ele consegue, se alguma família consegue com esse dinheiro visualizar a importância dele e também a importância da educação, mas eu não consigo visualizar isso (Professora Lourdes).

Na fala desta professora, o descrédito em relação à transferência de renda está relacionado ao comodismo concernente ao benefício que, do seu ponto de vista, condiciona o cidadão a não se perceber capaz de se tornar independente do PBF. E ainda, demonstra preocupação com os resultados do programa em relação à educação.

Porque, sei que é um programa, que eles recebem uma bolsa que seria para o auxílio. Para manter [refere-se ao benefício], que eles botam o filho na escola, não é? E seria um auxílio para ajudar assim a comprar o material escolar todo, e que a frequência influencia nisso (Professora Rosa).

Com uma visão generalizada do PBF, a segunda professora descreve o programa, no que diz respeito à educação, como uma forma de garantia da frequência escolar.

Já na concepção da coordenadora do programa, o PBF é visualizado de acordo com a sua vivência:

Particularmente, é uma faca de dois gumes; tem famílias que se acomodam que apesar do município trabalhar as famílias beneficiadas para que se tornem emancipadas, existem famílias que persistem em achar que é obrigação do governo manter esse benefício pelas suas necessidades (Coordenadora municipal do PBF, 2013).

A fala da coordenadora se assemelha ao ponto de vista de uma das professoras em relação à ausência de entendimento por parte de algumas famílias, de que o benefício é um elemento de complementação da renda familiar e que sendo assim, essas famílias se distanciam da percepção de emancipação da condição de beneficiárias.

Em relação às responsáveis pesquisadas, a fala a seguir apresenta o PBF como determinante na matrícula e na frequência e a dimensão da importância dada ao programa.

Tudinho tá na escola. Tudinho tem Bolsa Família (Lúcia - responsável).

Muitas mães controlam a ida dos filhos à escola, exercendo efeito direto na frequência, resultando em contenção da evasão escolar. Brandão, Pereira e Dalt (2013, p.218) apontam que “os efeitos do PBF no ensino público brasileiro, um grupo de entrevistados sinaliza como sendo positivo o maior controle da família sobre a frequência escolar de seus filhos”.

Em uma das falas de uma das professoras pesquisadas há a reflexão sobre o conhecimento que as pessoas têm sobre o PBF.

Acredito que a maioria das pessoas conhece o programa superficialmente, até mesmo os pais que recebem. Porque acho que para eles é só um dinheirinho que vão lá recebem e pronto, não é! Tem que botar o filho todo dia pra vir à escola, senão perde o dinheiro, mas que na verdade não tem interferência na aprendizagem deles, não. Influencia na frequência, não é (Professora Rosa).

Nessa fala, é possível perceber que as informações acerca do funcionamento do programa são entendidas não na sua totalidade, mas no que se absorve a partir das divulgações populares. Foi o que pudemos observar nas falas das mães e dos estudantes. A visão da maioria dos sujeitos entrevistados sobre o objetivo do programa está de fato ligada ao recebimento do dinheiro e ao compromisso com a frequência escolar. Notamos ainda que a preocupação com a perda do benefício é a que mais se sobressai em relação à preocupação em alcançar melhores condições de vida.

Na fala abaixo é possível constatar a visão generalizada das famílias em relação ao benefício:

Existem responsáveis [refere-se a beneficiários] que acham que é obrigação do governo federal dar o benefício para as famílias. Eles querem ter direitos, mas seus deveres só cumprem diante de punição [refere-se à suspensão ou bloqueio do benefício] (Coordenadora municipal do PBF).

As falas demonstram que a aprovação do PBF é percebida com muita ênfase no âmbito social e relatividade no campo educacional. Para os estudantes, esse entendimento está relacionado ao direcionamento dado pela família, exercendo sobre eles certa influência, percebida como positiva. Para as professoras, a visão culmina para a necessidade de implementações voltadas ao comprometimento das famílias também para o rendimento escolar, como é realizado com a frequência. Para a coordenadora municipal do PBF, o comprometimento com o rendimento escolar dever ser efetivado através das ações escolares. No entanto, o programa se limita à execução das ações que estão intrínsecas na sua proposta, cujos resultados apresentam influência direta no âmbito social, o que pressupõe, por via

indireta, impacto significativo no rendimento escolar, considerando como base, o acesso à alimentação e a manutenção da frequência escolar.

4.3 Delimitando o rendimento escolar e a influência do PBF

Observa-se nas falas dos entrevistados que a condicionalidade da educação para permanecer no PBF era algo conhecido por todos, inclusive pelos filhos e responsáveis. Cabe ressaltar, que as condicionalidades, referem-se aos compromissos firmados pelas famílias beneficiárias, no que diz respeito às áreas da saúde e da educação (BRANDÃO; PEREIRA; DALT, 2013). A seguir destaca-se uma fala que representa o entendimento de uma beneficiária sobre isso:

Levar para o posto e os meninos tem que está na escola. Eu não deixo os meninos faltarem de jeito nenhum na escola. Todo dia tem que ir porque senão perde o Bolsa Família (Maria - Responsável).

É importante ressaltar que quando os pais e/ou responsáveis pensam nas condicionalidades se referem com mais frequência à ida à escola; por vezes, sequer lembram a ida ao posto de saúde. Esse aspecto foi mencionado durante as entrevistas em um único momento. Mas, repete-se com ênfase em relação à escola. Apesar de o PBF ser constituído de três áreas, é a da Educação que se apresenta com maior ênfase, enquanto preocupação dos beneficiários, visto que o não cumprimento desses critérios pode vir a desligar a família do programa. Foi o que notamos na falas das mães entrevistadas.

Bolsa Família é bom porque os meninos sabe que tem que ir pra escola não pode faltar e a gente tem um dinheiro certo. É pouco, mas serve! (Marta - Responsável).

O participante do PBF precisa cumprir uma série de condicionalidades para continuar a receber o benefício: crianças com menos de seis anos precisam ser imunizadas; mulheres grávidas, lactantes e bebês precisam fazer o acompanhamento médico com todos os exames e visitas programados; e crianças e adolescentes precisam estar matriculados e apresentar frequência na escola de 85% e 75% (BRANDÃO, PEREIRA; DALT, 2013).

Quando perguntado a despeito dos benefícios do programa e sua relação com o rendimento escolar, foram expostas as seguintes falas:

Os meninos tão sabendo ler melhor e já sabem fazer conta. Todo ano eles passam (Refere-se à aprovação) (Marta - Responsável).

Ela sempre foi uma menina estudiosa, mas às vezes ela não queria ir não pra escola. Agora ela sabe que se não estudar [ir à escola] a gente perde o bolsa família. Mas ela quer estudar, ela fala que é pra ter um emprego bom (Luzia - Responsável).

Durante as falas, as entrevistadas demonstraram maior preocupação com relação à frequência escolar. Embora assegurassem que o desempenho escolar melhorou, na nossa compreensão, contudo, o auxílio financeiro tem relação direta com a assiduidade. Mas, percebe-se, nas falas das entrevistadas, que os estudantes que frequentam e se dedicam aos estudos pressupõe a obtenção de rendimento escolar positivo.

Com outra fala, outro ponto de vista, demonstra que a visão em relação ao programa e ao rendimento escolar se diferencia entre os entrevistados.

O programa é um parceiro no rendimento escolar, cooperador no rendimento escolar, através do acompanhamento da frequência escolar, quem é o determinante é a escola, isso é papel da escola (Coordenadora municipal do PBF).

Ainda com relação ao rendimento escolar, Castro et al (2010, p.165) ressaltam que:

Sinaliza-se, portanto, que o objetivo da permanência na escola está sendo atingido, o que remete à perspectiva objetiva da aprovação, progressão escolar e conclusão dos níveis de ensino. [...] Vislumbra-se que essas crianças podem conseguir um percurso educacional regular, com perspectivas concretas de conclusão do ensino fundamental e ingresso no ensino médio, rompendo com ciclos históricos de exclusão educacional da geração de seus pais.

Além de o auxílio financeiro estimular a frequência a escolar, também é perceptível que os alunos que passaram a se alimentar melhor apresentaram maior disposição para a aprendizagem, causando impacto no rendimento escolar, uma vez que, depois de alimentados, apresentam maior disposição para frequentar a escola. Antes, muitos padeciam com a falta de alimento, quadro que se refletia no aprendizado. Tal lacuna foi preenchida pelo PBF.

Ajuda sim [no desempenho escolar] Todo dia eles vão estudar e já tem comida. Tinha vez que eles iam sem tomar café e comiam na escola. Porque não tinha em casa. Eu não vou mentir, tinha dia que não tinha mesmo. Meu marido só recebia de quinze em quinze da usina (Luzia - Responsável).

Neste sentido, o auxílio financeiro tem servido de apoio para a nutrição dos estudantes. Tal fato é constatado por Felicetti (2010, p.135):

[...] o PBF auxilia no desempenho escolar de seus filhos, principalmente, pelo fato de que as famílias passaram a comprar mais alimentos o que de certa forma auxilia na aprendizagem, além de ser um estímulo para a criança. [...] a criança estando bem nutrida tende a prestar mais atenção nas aulas e conseqüentemente ter um melhor desempenho.

Contudo, a assiduidade é mantida em função da obrigatoriedade do cumprimento da frequência escolar; responsabilidade transmitida também ao aluno em troca do benefício.

Ainda explorando a relação do programa com o rendimento escolar, observa-se, a partir da fala abaixo, que:

Cabe à escola fazer as chamadas e saber se está frequentando [refere-se aos estudantes beneficiários]. A escola tem a responsabilidade de traçar estratégias para os alunos permanecerem estudando para que aconteça a transformação social [através do] rendimento escolar (Coordenadora do PBF).

A relação do PBF com o rendimento escolar é intrínseca em um conjunto de relatividades observadas nas considerações dos entrevistados. Embora as ações cotidianas das famílias e da escola assumam patamares diferentes de responsabilidade, ambas culminam para um processo de parceria, na medida em que assumem e direcionam suas atividades para um único sentido: a aprendizagem do aluno; englobando a educação como suporte estratégico.

Nesse processo, evidenciaram-se lacunas tanto do ponto de vista social quanto educacional. Do ponto de vista social, percebe-se que o interesse das famílias em se manterem em condições de receber o benefício distancia a participação em programa de geração de emprego e renda dos chamados programas complementares, tanto do Governo Federal quanto na esfera municipal.

Em relação às lacunas encontradas na educação, um dos fatos que demonstra fragilidade é a forma como a coleta da frequência escolar é realizada, uma vez que a escola é responsável pelo registro e repasse das informações, que se pressupõe serem passivas de conferência por parte do órgão responsável pelo programa no município.

Em se tratando das ações da escola, visualiza-se que:

No caso da escola pública, reconhece-se que os baixos níveis de escolaridade e renda de sua clientela desestimulam tanto a participação dos pais nas reuniões escolares quanto a adoção de deveres de casa. Agora, porém, o modelo de envolvimento dos pais na escola está sendo assimilado no contexto da atual tendência à descentralização da gestão educacional e melhoria da produtividade e qualidade escolar no sistema de ensino público (CARVALHO, 2000, p.145).

Dado o entendimento acerca das mudanças no contexto escolar, a educação ainda é foco de políticas que visam atender às desigualdades que se apresentam. De fato, a educação não pode ser entendida como mercadoria, que pode ser trocada, comprada ou vendida a partir da exploração da miserabilidade da parcela da população vítima de um histórico de exclusão e negação dos seus direitos. Como se faz perceptível, na fala a seguir, quando perguntado sobre o que é feito com o dinheiro recebido através do programa:

Quando eu recebo venho logo pagando a água e a luz. Vou no mercadinho e já compro o que tá faltando de comida e o que sobra eu guardo porque a gente precisa pra comprar um pão e as vez os meninos precisam comprar lápis, borracha caderno e outras coisas pra escola. Acho que [o programa] melhorou [minhas condições financeiras], por que eu até já comprei um fogão e paguei as prestação tudinho. [...] Foi, minha filha, eu guardava todo mês 40 reais pra pagar. Se eu não fizesse isso, tava era cozinhando com carvão e com lenha (Luzia - Responsável).

De fato, em termos econômicos o programa tem tido um impacto significativo do ponto de vista da transformação social em relação à contribuição na melhoria da qualidade de vida. Melhores condições para o preparo dos alimentos pressupõem um avanço social para a família, que sai de uma condição precária para uma situação mais cômoda, em termos de esforço físico.

Conseqüentemente, o processo de automação dessas famílias fica restrito à quebra do ciclo da pobreza, da independência do recebimento do recurso, que nesta pesquisa, não se evidencia em curto prazo. De acordo com a fala a seguir, na percepção das famílias, a educação é o meio mais provável dessa expectativa se tornar concreta.

Vir para escola é bom. Ela [minha mãe] disse que preciso estudar muito, mas quer que eu estude pra ser alguém na vida. Às vezes [Ela fala do Programa Bolsa Família]. Que se eu faltar na escolar ela perde o Bolsa Família (Edgar - Estudante).

Situando as famílias beneficiárias em relação ao processo educativo, pode-se visualizar que o interesse pela escolarização dos filhos se apresenta em duas situações: pela crença de que é através da escola que se alcança patamares sociais e econômicos melhores e pela necessidade imediata de suprir as necessidades de sobrevivência, garantindo a frequência escolar.

Outro dado relevante, é que sendo a educação, o caminho visualizado para fins de emancipação humana, a motivação pela qual as famílias beneficiárias inserem seus filhos na escola também está ligada, principalmente, à expectativa de sair da condição de precariedade em que vivem e pretendem que seus filhos exerçam profissões melhores do que as que elas próprias exerceram.

Nessa perspectiva, a garantia do envolvimento das famílias com a escola não está propriamente vinculada à essência da condicionalidade da educação, uma vez dispostas a investir por este viés para atingir a ascensão social, tende a proporcionar aos filhos a educação que elas não tiveram condições de usufruir.

4.4 Pontos e contrapontos do PBF no Município

Por se tratar de uma política de transferência de renda, com foco na erradicação da pobreza, o PBF adquire a afirmação de ser uma política de cunho social. Entretanto, limita-se a atender uma parcela da sociedade que se enquadra no perfil delineado a partir do MDS.

O PBF é um conjunto de ações que estabelece vínculo com as famílias e ofertam diversos benefícios, bem como deveres. Os objetivos deste programa são:

[...] três. O primeiro é combater imediatamente a fome através da transferência de dinheiro para os beneficiários. O segundo objetivo tem por finalidade concretizar o acesso aos direitos sociais básicos de saúde e educação. Neste contexto, o sistema de “condições” tem sido desenhado com o propósito de dar fim ao ciclo intergeracional de reprodução da pobreza. E, finalmente, os programas de políticas complementares e integradas (não compulsórios) objetivam integrar os adultos no mercado de trabalho, de forma a que as famílias possam superar sua situação de vulnerabilidade financeira (BRANDÃO, PEREIRA; DALY, 2013, p.218).

O acompanhamento do cumprimento das funcionalidades do programa fica sob a responsabilidade da coordenação municipal do PBF, expresso na fala da coordenadora:

Esse benefício ainda atrela condições para a família tornar-se autônoma, através do IGD investido em cursos e oficinas, serviços de geração de emprego e renda (Coordenadora Municipal do PBF).

Nesse caso, fica a critério das famílias participarem dos programas complementares ofertados, fato que posiciona a família beneficiária diante da possibilidade de qualificação profissional e de desvinculação do programa através do alcance de uma renda superior à estipulada para ser beneficiário.

Um dos objetivos amplamente mencionados pelos pesquisados diz respeito ao apoio financeiro e o auxílio recebido pelo programa:

A gente compra comida e quando dá, aí compra roupa e material para escola. A gente tem sempre um dinheirinho pra ajudar em casa (Marta - Responsável).

A importância dada à questão do suprimento das necessidades básicas representa a disparidade na desigualdade de oportunidades às quais estas famílias são acometidas.

A partir das falas das entrevistadas, a preocupação em se manter na condição de beneficiário é expressa com muita ênfase. Percebe-se que o dinheiro recebido é de extrema importância para estas famílias.

Um dos contrapontos diz respeito à utilização do dinheiro recebido pelo programa, conforme exposto na fala a seguir:

Pago as contas de água, de luz, compro comida e coisa pra escola quando o dinheiro dá. Da pra ajudar muito. O meu ganho é pouco e junto com o dinheiro do Bolsa Família dá pra comprar as coisas pra dentro de casa (Lúcia - Responsável).

A visão positiva que as famílias investigadas apresentam em relação ao recebimento do recurso, reflete a amplitude das desigualdades sociais, que camufla a necessidade da efetividade da igualdade de direitos e deveres, no âmbito da cidadania, em troca de complementação financeira.

Cadastrada como família na condição de extrema pobreza, Lúcia, que tem dois filhos com idade até 15 anos e outros dois até 17 anos, não quer perder o benefício. Com base na estrutura dessa família e a partir dos benefícios, calculamos o valor⁵⁵ a ser recebido, que, discriminado, representa: R\$ 35 para cada filho de até 15 anos, R\$ 42,00 para cada filho entre 16 e 17 anos mais o benefício básico que equivale a R\$ 77,00, totalizando R\$ 231,00.

Dada a importância a um valor, de certa forma, pequeno para o atendimento das necessidades básicas de sobrevivência de uma família, entende-se que o recurso recebido representa a possibilidade de aquisição e a garantia de uma renda fixa mensal, no entanto, reafirma o compromisso principalmente com a frequência escolar.

O ponto de vista de uma das professoras sobre a atuação da escola em relação à frequência escolar nesse processo, enfatiza que:

O que era colocado [sobre o PBF] e às vezes me preocupava era a questão de pais que iam na escola buscar as declarações pra fazer um cadastramento do *Bolsa Família* e em nenhum momento a secretaria da escola ou outro, iam na sala de aula perguntar se aquele aluno era frequente, como era aquele aluno dentro da sala de aula (Professora Lourdes).

A fala da professora em relação ao modo como a escola e o órgão municipal responsável pelo PBF conduzem o acompanhamento da frequência escolar aponta que o programa deve ir além, condicionando o comportamento e o desempenho escolar do aluno em sala de aula. No entanto, a proposta do PBF vislumbra garantir o acesso e permanência do aluno beneficiário na escola. A esse respeito, outro contraponto identificado durante a pesquisa se refere ao acompanhamento e monitoramento da frequência escolar dos beneficiários pelo(a) gestor(a) escolar.

O processo de acompanhamento da frequência escolar dos estudantes beneficiários, pela escola, apresenta fragilidade, o que compromete o repasse

⁵⁵ Os valores expressos foram reajustados pelo MDS, em 2014. Disponível em <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/beneficios> acesso em 05/08/2014.

das informações, como dispõe no cumprimento da condicionalidade de educação. (Diário de campo, 03/12/2013).

A gente acata o que a escola registra no formulário. Cabe a escola fazer as chamadas [refere-se ao registro da frequência em sala de aula] e saber se o aluno está frequentando (Coordenadora municipal do PBF).

Uma vez encaminhado o formulário contendo as informações sobre a frequência escolar dos beneficiários diretamente à Secretaria Municipal de Assistência Social, esta não dispõe de mecanismos de conferência ou revisão destas informações, o que demanda confiabilidade no repasse dos dados.

Brandão, Pereira e Dalt (2013, p. 220) apontam o PBF como:

[...] um instrumento que funciona como, inicialmente, um incentivo para o aluno frequentar as aulas e um atrativo para as famílias regularem a frequência de seus filhos. Após a inserção do discente na escola, a presença contínua e a participação nas aulas podem proporcionar um vínculo e o despertar do interesse do aluno.

Nesse contexto, a relação entre o PBF e a frequência do estudante expressa uma aproximação com a sala de aula, com outros estudantes, com o universo escolar, o que, de certa forma, desencadeia outros fatores da aprendizagem e incentiva o interesse por estudar e tendem a influenciar no rendimento escolar.

Ainda em relação ao rendimento escolar, no que diz respeito ao envolvimento do PBF no processo educativo dos estudantes beneficiários, obteve-se o seguinte relato da coordenação do programa:

Deveria estar mais atrelado ao rendimento escolar, estar presente [refere-se ao acompanhamento do desenvolvimento escolar], sendo o aluno mais participativo, e não estar lá [na escola] por obrigação (Coordenadora municipal do PBF).

Diante dessa percepção, o alcance do PBF, em relação ao contributo para a emancipação das famílias beneficiárias através da educação, apresenta-se paulatinamente exequível rumo ao objetivo a que se propõe.

No universo das famílias beneficiadas [refere-se ao município], são poucas famílias conscientes que precisam matricular seus filhos na escola e manter a frequência e que este é um direito da criança e do adolescente, ter acesso ao ensino de qualidade (Coordenadora municipal do PBF).

A partir do entendimento exposto acima, subentende-se que as famílias matriculam seus filhos na escola por causa do PBF. De fato, como já percebido em falas anteriores, converge com algumas falas das responsáveis entrevistadas. No entanto, paralelamente, demonstra que as famílias

matriculam e mantêm seus entes frequentando a escola por depositarem neles suas expectativas para alcançar melhoria das condições em que vivem. Cabe ressaltar, que o interesse das famílias pela educação considerando a existência do processo escolar antecede as políticas de transferência direta de renda.

No âmbito da percepção das famílias em relação à ascensão social, a frequência aparece enquanto instrumento de afirmação do estudante na escola. Assim, reflete a fala a seguir:

É o sucesso do aluno no processo de ensino e aprendizagem nos aspectos cognitivo e afetivo, onde o mesmo se percebe como sujeito transformador da sua realidade (Coordenadora municipal do PBF).

O sucesso escolar por ser elemento constitutivo do processo de ensino e aprendizagem, por estar vinculado ao acesso e a permanência, estes últimos presentes enquanto condicionalidade da educação no PBF, desperta a reflexão em torno da sua efetividade e dos aspectos que levam à democratização da qualidade da educação. Assim, adentrando na discussão acerca das razões intrínsecas na disponibilização da transferência direta de renda, subentende-se que as ações governamentais estão para além dos interesses educacionais, ou seja,

São novas utilizações que realizam a conjugação de objetivos tecidos no âmbito da política econômica e social com objetivos restritos da política educacional, de forma que a escola pública fundamental, a escola dos pobres, deixa de ser explicável pela política educacional e de ser entendida nos limites do sistema de ensino, revelando-se como parte fundamental do sistema da política social, um elemento orgânico de importante atuação em suas definições e reorientações (ALGEBAILLE, 2009, p. 324).

Sendo assim, dentro desse contexto, a educação continua sendo usada como meio de mercantilização, desviada, pois, do seu propósito educativo. Frigotto (2011) ressalta que a escola enquanto aparelho reprodutor do processo dominante da hegemonia governamental exerce a função de disseminadora dos propósitos de diversas políticas que utilizam a escola como alicerce de sustentação para seus objetivos.

Para Guimarães-Iosif (2009), a questão da inserção da educação nas políticas de superação da pobreza deve ser observada pelo prisma do caráter transformador. E acrescenta que,

A educação como política pública de caráter social deve ser vista como um fator importante para o enfrentamento das desigualdades sociais, uma vez que desempenha papel estratégico no momento de formar cidadãos críticos e conscientes da necessidade de luta e de participação social (GUIMARÃES-IOSIF, 2009, p.120).

A concepção de educação como principal responsável da equidade social remonta as mais variadas possibilidades e estratégias intersetoriais a serem elaboradas, firmadas do ponto de vista da coletividade e da responsabilidade efetiva do Estado com a parceria da sociedade.

Diante dos desafios expressos no contexto educacional, Craveiro e Ximenes (2013) enfatizam que:

A educação sozinha não pode enfrentar estes desafios, senão por meio de políticas, ações e práticas intersetorializadas e pactuadas entre os agentes que estão diretamente vinculados à escola, com o grupo familiar, com os responsáveis por esse acompanhamento e com a rede local de proteção à criança, ao adolescente e ao jovem (CRAVEIRO; XIMENES, 2013, p.115).

Nessa linha de pensamento, o entendimento de que a educação é o elemento principal na elevação da condição social das famílias menos favorecidas remonta à concepção de que as demais políticas sociais que diretamente apresentam fragilidade permanecem dependentes do alcance da educação, que, pressupõe-se, em longo prazo apresentar resultados significativos neste sentido. Enquanto base de sustentação para essas políticas, a educação acaba se tornando um meio de efetivação ideológica para programas de cunho social, como o PBF.

Na sequência, a visão de uma mãe beneficiária acerca do desempenho escolar do seu filho e a relação com o PBF:

Uma coisa boa é que ele falta não na escola. Tá aprendendo. Acho que era pra tá melhor, é ele que não se interessa. Eu mando ele todo dia estudar. E ele vai. Acho que melhorou, ele tá lendo melhor e sabe fazer conta. (Lúcia - Responsável).

O entendimento da mãe em relação ao compromisso com a educação de seu filho fica restrito ao fato de ela determinar a ida do(a) filho(a) à escola, o que pressupõe a confiança e responsabilidade depositadas na escola para promover a aprendizagem. Nesse sentido, o rendimento escolar desse estudante deixa subentendida a percepção da importância da participação da família no processo educacional e da atuação escolar em meio a essa articulação.

A esse respeito, cabe ressaltar que:

Embora a mobilização dos pais e dos filhos possa contribuir para a carreira escolar destes, isso não é suficiente para a diminuição das desigualdades escolares, pois depende igualmente da postura de cada filho diante da escolarização (ROMANELLI, p. 41, 2013).

Em meio às condições sociais vivenciadas e o histórico de negação dos direitos públicos, observa-se, com base na fala acima, que as famílias beneficiárias do PBF apresentam satisfação com o mínimo de melhoria apresentada no desempenho escolar de seus dependentes. O que demonstra morosidade na concepção de cidadania, no entendimento de que possuem direitos e deveres a serem postos em prática pelo poder público, em prol da melhoria das condições sociais em que estão inseridas.

Com base no comprometimento que o programa estabelece no seio familiar, as contribuições, reveladas nas falas, são abrangentes, principalmente em relação ao rendimento escolar.

O acompanhamento deveria ser mesmo um acompanhamento desses alunos que estão sendo beneficiados, deveria haver esse acompanhamento para saber, mesmo, como são esses alunos (Lourdes - Professora).

A partir do pensamento da professora, reflete-se que isto pode demonstrar que a frequência se dê mais por obrigação e ordem dos pais, para garantir a transferência de renda, do que por um desejo de que os filhos efetivamente possuam sucesso na vida acadêmica, influenciando, assim, o desempenho escolar dos estudantes, visto que frequência não é sinônimo de aprendizado. Contudo, há o pensamento de que a presença do aluno na escola é o norte inicial para a aprendizagem, pois há a necessidade de que o estudante esteja presente na aula, para que dela se aproprie (BRANDÃO, PEREIRA; DALT, 2013).

Assim, diante das inquietações, a professora adverte:

A aprendizagem deles [alunos] como é? Se estão participando de algum programa, se eles [alunos] vem no contra-turno, se a frequência é feita diariamente, se eles estão mesmo participando das aulas. E os pais, como é o trabalho [refere-se à participação] dos pais dentro das escolas? E era interessante até, se este programa tivesse um momento dentro da escola (Lourdes - Professora).

As dúvidas e angústias expostas pela professora sugerem questionar se o “desenho do Programa não ensejaria uma ‘cobrança’ adequada e mais voltada para o aproveitamento escolar do aluno, ou porque em suas escolas poucos alunos estão inseridos no Programa” (BRANDÃO, PEREIRA; DALT, 2013, p.225).

Apesar de a educação ser contemplada no PBF pelo incentivo ao acesso à escola, Soligo e Gasparin (2013) afirmam que não há, através do programa, um direcionamento específico, voltado para a promoção da qualidade da educação. Nesse sentido, o entendimento sobre os vários fatores que contribuem para o rendimento escolar satisfatório e que vão além da frequência escolar.

Embora Craveiro e Ximenes (2013, p.115) afirmem que através da condicionalidade de educação o programa objetiva “apoiar a inclusão, permanência e progressão escolar de crianças de famílias em situação de pobreza ou de extrema pobreza”, aponta, ao mesmo tempo, para um olhar específico acerca do processo educativo, dos fatores que permeiam não apenas a permanência e a efetivação do sucesso escolar.

Ainda segundo Craveiro e Ximenes (2013), suas afirmações reforçam que a ligação do PBF com o rendimento escolar se apresenta intercalada através da frequência escolar.

A educação exerce, certamente, papel fundamental no rompimento deste ciclo à medida que consegue assegurar aos sujeitos de direitos uma educação de qualidade social com aprendizagens significativas. Para a conquista desta qualidade socialmente referenciada, a assiduidade nas atividades escolares é condição fundamental (CRAVEIRO; XIMENES, 2013, p.110).

Desta feita, o posicionamento crítico de uma das professoras a despeito dos estudantes beneficiários e da utilização do recurso financeiro, é enfatizado na fala a seguir:

Como eu já havia dito, eu não sei quem são os alunos beneficiários. Então, pra mim todos os que estavam em sala de aula eram beneficiários. A gente tinha uma postura, não sei se errada de chamar a atenção dos alunos que, por exemplo, material escolar que a gente acha que é assistido por esse Programa. O programa também tem a finalidade de financiar material escolar para os alunos, que eles tragam material escolar para a escola. Não fique na escola sem livro, sem caderno, sem lápis, sem borracha e a gente percebia que não existia isso. Muitos pais usam o dinheiro do Programa pra outras finalidades e deixavam os seus filhos desassistidos em relação ao material escolar (Lourdes - Professora).

Existe muito questionamento em relação ao uso que as famílias fazem dos recursos recebidos. Entretanto, a Agenda da Família (2010, p.06) explica que o PBF é:

[...] um programa que transfere renda diretamente para as famílias como forma de garantir o direito humano à alimentação adequada, à educação e à saúde. O dinheiro do bolsa família pode ser usado para comprar alimentos ou para qualquer outra despesa importante para o desenvolvimento da família.

Ou seja, não dispõe de regulamentação que direcione o recurso para a compra do material escolar. De fato, as orientações convergem para a aquisição prioritária da alimentação e secundárias de outros produtos.

Nesse contexto, Carvalho (2004) argumenta que,

Diante da desigualdade social e educacional, a tarefa da escola é ensinar um currículo básico comum no seu próprio tempo-espço e com seus próprios recursos, compensando (com tratamento pedagógico apropriado) as diferenças culturais (familiares, étnicas, de classe) dos estudantes e limitando a avaliação àquilo que o currículo escolar oferece explícita e

sistematicamente. Ao invés de demandar a contribuição da família para a aprendizagem do currículo escolar, a escola deveria investir em práticas pedagógicas efetivas (CARVALHO, 2004, p.55).

No que diz respeito aos estudantes beneficiários, a escola se organiza de forma a utilizar o apoio familiar para obter êxito nas ações escolares. No âmbito da utilização das práticas pedagógicas como elementos primordiais à aprendizagem, a escola também direciona à família a responsabilidade pelo insucesso de seus estudantes.

Entretanto, é perceptível que o Bolsa Família vem contribuindo significativamente com a ampliação do número de matrículas entre crianças das famílias beneficiadas e o aumento da frequência (SOLIGO; GASPARIN, 2013, p.9).

O estímulo à entrada da criança na escola na idade prevista pela legislação contribui para o desenvolvimento da aprendizagem. Ademais, a frequência às aulas, exigida pelo programa, tende a proporcionar a passagem para outra série/ano escolar. Ribeiro e Cacciamali (2012, p.441) complementam que:

Desse modo, a permanência na escola, a realização das transições escolares, a redução da repetência e a eliminação da defasagem idade-série exigem um conjunto de ações que não podem ser reduzidas à mera transferência de renda para as famílias pobres, na medida em que o recurso monetário não compensaria os outros déficits de recursos familiares igualmente importantes na vida escolar das crianças (RIBEIRO; CACCIAMALI, 2012, p.441).

Em meio ao exposto, coaduna-se nesta pesquisa, com a linha de pensamento dos autores acima mencionados, uma vez entendido que a transferência de renda pressupõe uma forma de compensar a ausência de políticas públicas com direcionamento focalizado à qualidade na oferta dos serviços públicos e da garantia dos direitos sociais.

Para refletir sobre a proposta do PBF e sua relação com a educação, Oliveira (2011) alerta:

Se o objetivo é minimizar a situação de pobreza, e estimular a oferta de políticas e programas que favoreçam a emancipação dos beneficiários do PBF, na esperança que a nova situação familiar permita que seus integrantes ganhem capacidades para se emanciparem, integrando-se à dinâmica social central do capitalismo, há que se buscar novas formas de inclusão das pessoas e investir em políticas públicas, cuja finalidade seja efetivar e garantir os direitos básicos no que diz respeito à educação de qualidade para todos (OLIVEIRA, 2011, p.58).

Nestes termos, a educação, entendida na perspectiva do desenvolvimento humano, configura a possibilidade de direcionar ações e programas para ascendê-la a um patamar de qualidade, possibilitando igual acesso para todos, através de políticas públicas de estado com vistas a garantir a melhoria no processo educativo do Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Política de transferência de renda, o PBF abrange, na sua totalidade, o quantitativo de famílias inserido no perfil que o MDS estabelece como critério de seleção. O programa se propõe a atingir seu objetivo com a intervenção direta na educação pela prerrogativa de garantir o acesso à escola pública e a permanência dos estudantes beneficiários.

Neste contexto, entende-se que para interromper o ciclo geracional da pobreza, as políticas públicas devem estar voltadas para uma proposta que vá além do processo de troca estabelecido pelo programa.

Na proposta do PBF, as famílias que não atendem aos critérios de elegibilidade ou descumprem as condicionalidades são excluídas da possibilidade de receber o benefício, apesar de se manterem na condição de vulnerabilidade social. Para esta temática, cabe aprofundar mais o estudo.

Diante da problemática da educação, a pesquisa evidenciou que o PBF se encontra atrelado a uma condicionalidade, que direciona o beneficiário à contrapartida para o recebimento do recurso mensal, ficando em segundo plano, na visão das famílias investigadas, a preocupação direta com o rendimento escolar. Permanecer recebendo o dinheiro do programa é o objetivo evidenciado pelas famílias, que muitas vezes direciona o uso do recurso para outros fins, tais como aquisição de objetos que ajudam na realização de tarefas domésticas no cotidiano familiar.

Esse distanciamento de conscientização das famílias em relação ao acompanhamento e preocupação com o rendimento escolar de seus entes, torna-se perceptível, nessa pesquisa, a partir da relação estabelecida com a escola e do entendimento da condição de beneficiária que a própria família demonstra.

A efetividade do PBF para a transferência de renda transforma a escola no alicerce de sustentação para a operacionalização do cumprimento do dever que as famílias passam a exercer, nesse caso, em função do benefício. Nesse contexto, a pesquisa identificou que o impacto do PBF no rendimento escolar é significativo, uma vez que a maioria dos alunos investigados foi aprovada e é beneficiária do programa. No entanto, a evidência de que o programa se apresenta como construto que influencia no rendimento escolar está pautado, principalmente, através da condicionalidade da educação.

Em relação ao conhecimento que os grupos de estudante e de professor apresentam acerca da proposta do PBF, fica restrito à referência do recebimento do dinheiro e da manutenção dos filhos frequentando a escola.

Este fato demonstrou que os estudantes frequentam a escola para que seus pais não percam o benefício. A responsabilidade no cumprimento dessa atribuição é determinada pela família diretamente ao aluno. A preocupação é com a manutenção da condição de beneficiário, por isso o(a) filho(a) não pode faltar à escola.

Diante desse processo, fica evidente nesta pesquisa que a percepção do estudante beneficiário em relação à melhoria de sua aprendizagem está ligada à frequência na escola e à dedicação aos estudos.

O compromisso com o cumprimento das condicionalidades estabelece uma ligação entre o interesse de frequentar a escola e o interesse em receber o benefício. Mas, implica pensar que a possibilidade do aluno melhorar o nível de aprendizagem por estar frequentando a escola, torna-se fator relevante no processo de desenvolvimento da educação escolar.

Contudo, o uso do programa como instrumento auxiliar no rendimento escolar ficou restrito à frequência como obrigatoriedade do estudante, uma condicionante que reflete a abrangência de comportamentos favoráveis ou não aos resultados de aprendizagem objetivados e que deveriam ser alcançados pelo estudante.

O atual desenho do programa contribui indiretamente no aproveitamento escolar, por isso urge a necessidade de reformulações na estrutura organizacional do programa, uma vez que, no âmbito de sua funcionalidade, as fragilidades evidenciadas nessa pesquisa, apresentaram que, tanto o acompanhamento quanto a fiscalização do cumprimento da condicionalidade da educação necessitam de implementações para que as famílias superem a condição de beneficiárias.

Essas reformulações se apresentam necessárias do ponto de vista da manutenção da ligação do PBF com a Educação. Nesse caso, cabe refletir sobre os interesses em manter a educação atrelada à condicionante de moeda de troca, em detrimento dos investimentos e das políticas públicas necessárias à universalização da educação básica com qualidade e igualdade de direitos. Sendo assim, surge a necessidade de investigar se o programa possibilita de fato condições de erradicar a pobreza e a miséria através da condicionalidade de educação.

Desta forma, constatou-se que o Programa Bolsa Família vem influenciando no desempenho escolar das crianças nas séries iniciais do Ensino Fundamental, no tocante ao contributo do acesso e da permanência. No entanto, considerando os indicadores que convergem para o rendimento escolar, na perspectiva de contribuição, o programa incide diretamente na evasão escolar.

A visão generalizada de que o PBF apresenta influência na educação abrange parcialmente o processo de desenvolvimento escolar dos beneficiários, por se tratar de uma

política social e não de uma política educacional. Ainda que se apresente como um instrumento norteador da minimização da pobreza no Brasil, demonstra fragilidade no processo de emancipação das famílias beneficiárias, ou seja, desvinculação do programa, por alcançarem condições de trilhar o percurso para a elevação da condição social, sem depender do benefício.

No delinear dessa pesquisa foi possível perceber que a partir da pobreza se construiu um círculo de dependência e de obrigatoriedade das famílias beneficiárias. As famílias que enaltecem o recebimento de uma quantia em dinheiro em detrimento das poucas condições disponíveis para exercerem uma função remunerada, em virtude da crença de que o acesso de seus filhos à escola garantirá mudança de vida e depositam suas expectativas na educação.

Entendemos que minimizar o problema da desigualdade social através concessão do benefício financeiro e das condicionalidades como obrigatoriedade para o recebimento deste benefício conduz as famílias a um processo de dependência.

O processo educativo representa a possibilidade de compreensão e transformação das práticas sociais. Com a participação das famílias no percurso escolar, a melhoria da aprendizagem, em função dos resultados obtidos através dos indicadores de aprovação, reprovação e evasão escolar, se apresenta com forte evidência.

Na educação, essa problemática se traduz pela matrícula e frequência escolar em troca do benefício do PBF. Entendemos a educação como direito garantido e assegurado, e que um programa social de transferência imediata de renda através de condicionalidades, enquanto instrumento remediador, torna-se a ação transformadora que encobre a ausência de igualdade de acesso aos serviços públicos e da oferta da qualidade desses serviços.

Para a educação, são direcionados os olhares de uma sociedade segregada por desigualdades, com anseios de melhorias, cujos resultados de sua efetividade são aferidos pelos interesses dos organismos internacionais através dos instrumentos entendidos como suficientes para essa finalidade.

A educação brasileira, por sua vez, ainda carece de políticas que, a rigor, sejam direcionadas na sua integralidade para o fim a que se propõe.

No que diz respeito à compreensão da estrutura, funcionamento e condicionalidades do PBF, o programa se apresenta, nesta pesquisa, como instrumento que alcança as famílias pobres e extremamente pobres de forma significativa no Município. Contudo, aspectos como a fragilidade na intersetorialidade e a demanda de promoção de ações complementares para a emancipação das famílias beneficiárias representam lacunas que carecem de implementações.

O PBF trouxe para a escola a responsabilidade de lidar com mais uma atribuição, que aparece, nessa pesquisa, como forma de assegurar o comparecimento dos estudantes e das famílias beneficiárias no cotidiano da escola e nas reuniões, respectivamente.

Uma vez estabelecido o compromisso com o acompanhamento da condicionalidade de educação, a escola pode se utilizar dessa condição para conscientizar as famílias atendidas pelo programa de que apenas frequentar a escola não vai garantir o sucesso dos seus filhos no processo educativo. Caberia ainda à escola desenvolver estratégias de integração das famílias ao processo educativo, sem precisar se utilizar do PBF como instrumento de barganha, estabelecendo, assim, o comprometimento destas famílias com o rendimento escolar de seus filhos de forma participativa.

Com base no que foi investigado, entendemos que o programa não pode ser avaliado apenas pelos seus resultados imediatos, que são, acreditamos, em larga medida, significativos; precisamos ter condições de avaliar sua sustentabilidade e seu potencial de impactar positivamente na transformação social, econômica e educativa das gerações futuras de famílias que atualmente estão sob a condição de beneficiárias.

Ademais, as interações entre política social e política educacional, no tocante ao PBF, apresentam-se nesta pesquisa, como fusões dos interesses dos organismos internacionais à medida que prolifera a dependência dos pobres ao benefício disponibilizado. Acreditamos, diante da análise dos dados, que a melhoria do rendimento escolar passa a ser reflexo da qualidade da aprendizagem, independente da característica de beneficiário ou não, o que supomos que com o processo de desvinculação (independente) do fator da condicionalidade, uma vez priorizada a educação nos termos preconizados pela legislação maior, para uma política verdadeiramente educacional, de porte igualitário e promissor.

Assim, entendemos que a desvinculação da educação dos interesses econômicos perpassa pela priorização da superação da pobreza, das polarizações das políticas sociais, para além da subordinação às condições de sobrevivência. Porque a premissa da condicionalidade traz elementos positivos e negativos, ao processo educativo, uma vez que apresenta uma relação ambígua das famílias e, por conseguinte, dos estudantes beneficiários com o desenvolvimento tanto da aprendizagem quanto da ascensão social, ou seja, fomenta diferentes interesses em frequentar a escola.

Destarte, constatamos que, o fato de o impacto do PBF no rendimento escolar dos estudantes beneficiários está integrado às condicionalidades, fomenta novas investigações em relação à possibilidade desses estudantes obterem rendimento escolar igual ou superior ao identificado nesta pesquisa, sem a intervenção da condicionalidade da educação.

Nestes termos, evidenciamos que a escola enquanto instituição social desenvolve o ensino e a aprendizagem, em paralelo às atribuições de sua função primordial, a de promover a cidadania através da educação.

Portanto, esta pesquisa ressalta a possibilidade de estudos que investiguem, a partir do contexto social, o alcance e a limitação do programa ao processo educativo, bem como suas contribuições e consequências a curto e em longo prazo. Para tanto, ressaltamos a necessidade de novas pesquisas envolvendo a relação do PBF com a Educação brasileira, por se tratar de uma temática promissora e de relevantes discussões no âmbito da implementação da política educacional, contribuindo para a efetividade do rendimento escolar como reflexo da qualidade de ensino e o desenvolvimento da aprendizagem para todos com igualdade de possibilidades.

REFERÊNCIAS

ALGEBAILLE, E. **Escola Pública e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: Lamparina/Faperg. 2009.

ALVES, José Eustáquio Diniz; CAVENAGHI, Suzana. **O Programa Bolsa Família e as taxas de fecundidade no Brasil**. IN: **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania** / organizadores: Tereza Campello, Marcelo Côrtes Neri. – Brasília: Ipea, 2013.

ANTUNES, C. **Vygotsky, quem diria em minha sala de aula**. Fascículo12 Petrópolis, RJ: vozes, 2002.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, Ricardo; CARVALHO, Mirela de; FRANCO, Samuel; MENDONÇA, Rosane. Uma análise das principais causas da queda recente na desigualdade de renda brasileira. In: **Econômica**, Rio de Janeiro, v.8, n.1, p. 117 – 147, junho de 2006.

BOUERI, Rogério; COSTA, Marco Aurélio. **Brasil em desenvolvimento 2013: estado, planejamento e políticas públicas**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada: Ipea; V. 3, Brasília 2013

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal. 1988.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Presidência da República. Medida provisória n.132, de 20 de outubro de 2003.

_____. Lei n. 10.836, 9 de janeiro de 2004. Institui o Programa Bolsa Família, 2004.

_____. Lei nº 9394/1996 - 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.1996.

_____. Portaria GM/MDS n.551, de 9 de novembro de 2005. Regulamenta a gestão das condicionalidades do Programa Bolsa Família, 2005.

_____. Portaria GM/MDS n. 666, de 28 de dezembro de 2005. Disciplina a integração entre o Programa Bolsa Família e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, 2005.

_____. Portaria GM/MDS nº 321, de 29 de setembro de 2009.

CAMARGO, Camila Fracaro; CURRALERO; Claudia Regina Baddini; LICIO Elaine Cristina; MUSTAFA, Joana. Perfil socioeconômico dos beneficiários do Programa Bolsa Família: o que o Cadastro Único revela? IN: **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013, p.157-177.

CAMARGO, Pedro Cavalcanti de. **Uma análise do efeito do Programa Bolsa Família sobre o desempenho médio das escolas brasileiras**. Ribeirão Preto, 2012.

CAMPELLO, Tereza. **Uma década derrubando mitos e superando expectativas. IN: Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania/ organizadores: Tereza Campello, Marcelo Côrtes Neri. – Brasília : Ipea, 2013.**

CARVALHO, C. P. **Economia Popular: uma via de modernização para Alagoas.** Maceió: EDUFAL, 2005.

_____. **Economia Popular: uma via de modernização para Alagoas.** Maceió: 5ª Ed. EDUFAL, 2012.

CARVALHO, M. E. P. de. Escola como extensão da família ou família como extensão da escola? O dever de casa e as relações família-escola. In: **Revista Brasileira de educação.** Nº 25, Jan, fev, mar. 2004.

_____. Modos de relação, gênero e relação família-escola. In: **Cadernos de Pesquisa,** v. 34, n. 121, jan./abr. 2004.

_____. Relações entre família e escola e suas implicações de gênero. In: **Cadernos de Pesquisa,** nº 110, p. 143-155, julho/ 2000.

CASTRO, Jorge Abrahão de; MODESTO, Lúcia (orgs). **Bolsa família 2003-2010: avanços e desafios.** Brasília: Ipea, 2010.

CASTRO H.C.O, WALTER M.I.M.T, SANTANA C.M.B, STEPHANOU M.C. **Percepções sobre o Programa Bolsa Família na sociedade brasileira. Opinião pública** 2009; 15(2):333-355.

CASTRO, Jorge Abrahão de, SÁTYRO, Natália, José Aparecido Ribeiro, SOARES, Sergei. **Desafios para a inclusão produtiva das famílias vulneráveis: uma análise exploratória. IN: Bolsa família 2003-2010: avanços e desafios.** Brasília: Ipea, 2010.

CAVALCANTE, Pedro Luiz. **Programa Bolsa Família: descentralização, centralização ou gestão em Redes? In: CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA,** 2, Brasília, 6 a 8 de maio de 2009.

CGU. Controladoria-Geral da União – CGU. Portal da Transparência. Transferências de recursos. Disponível: <http://www.portaltransparencia.gov.br/>. Acesso em: 22/07/2013.

CIRENO, Flávio; SILVA, Joana; PROENÇA, Rafael. **Condicionalidades, Desempenho e Percurso Escolar de Beneficiários do Programa Bolsa Família.** Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG). Brasília, 2013.

CRAVEIRO, Célia Brandão Oliveira; XIMENES, Daniel de Aquino. **Dez anos do Programa Bolsa Família: desafios e Perspectivas para a universalização da educação básica no Brasil. IN: Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania.** Brasília: Ipea, 2013.

COMUNICADO do IPEA, nº 63, 2010.

COUTO, Norma Suely Gama. **Desempenho educacional de alunos beneficiários do Programa Bolsa Família**: um estudo em duas escolas públicas estaduais em Salvador. Salvador, 2012.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introdução a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **Planejamento da pesquisa qualitativa - teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DESSEN, M. A.; POLONIA, A. C. da. **A Família e a Escola como contextos de desenvolvimento humano**. Universidade de Brasília, Distrito Federal Brasil. **Paidéia**, 2007. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/paideia/v17n36/v17n36a03.pdf> acesso em: 01/03/2014.

DEVECHI, C. P. V. ; TREVISAN, A. L. Sobre a proximidade do senso comum das pesquisas qualitativas em educação: positividade ou simples decadência? In: **Revista brasileira de Educação**. V.15, nº 43, jan/abr. 2010.

DUARTE, Natália de Souza. **Política Social**: um estudo sobre educação e pobreza. Brasília, 2012.

ESTEVÃO, Edna Aparecida dos Santos. A importância da participação familiar no rendimento escolar da criança. 2012. Disponível: http://www.posgraduacaoredentor.com.br/hidden/path_img/conteudo_542473ecc94cb.pdf.

Acesso em: 25/04/2014

FELICETTI, Maria Aparecida. **BOLSA FAMÍLIA E DESEMPENHO ESCOLAR**: Avaliação de uma política pública no município de Videira (SC). Dissertação de Mestrado. Santa Catarina. 2010.

FLIK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Trad.: Sandra Netz. Porto Alegre: Bookman, 2009.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Conscientização: teoria e prática de liberta**: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez, 2001

FRIGOTTO, Gaudêncio. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. In: **Revista Brasileira de Educação** v. 16 n. 46 jan.|abr. 2011

FORMIGA, Nilton Soares. O tipo de orientação cultural e sua influência sobre os indicadores do rendimento escolar. In: **Psicologia: Teoria e Prática**, v. 6, nº1, 2004. p. 13-29.

GAMBOA, S. **Pesquisa em Educação**: métodos e epistemologias. Chapecó: Argós, 2008.

GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2009.

GODOY, A. S. **Pesquisa qualitativa – tipos fundamentais**, In: **Revista de Administração de empresas**, v.35, n. 3, Mai/Jun. 1995, p. 20-29.

_____. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. In: **Revista de Administração de empresa**, v. 35, n. 2, Mar/abr. 1995, p. 57-63.

GÜNTHER, H. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: Esta é a questão? In: **Psicologia: Teoria e Pesquisa** Maio-Ago 2006, Vol. 22 n. 2, pp. 201-210.

GUIMARÃES-IOSIF, R. **Educação, Pobreza e desigualdade no Brasil**: impedimentos para a cidadania global emancipada. Brasília: Liber Livro, 2009.

IBGE - <http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=270470> Acesso em 26/12/2013

IPEA. . Nota Técnica: **Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil**. Brasília, Agosto de 2006.

JACCOUD, Luciana. O Programa Bolsa Família e o combate à pobreza: reconfigurando a proteção social no Brasil? IN: **Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios. Vol. 1. Brasília, 2010.**

_____. SPOSATTI, M.D.S. **Guias e manuais**: Guia de acompanhamento das condicionalidades do programa Bolsa Família. v. 2, nº7, 2010.

KAGEYAMA, A.; HOFFMANN, R. **Pobreza no Brasil**: uma perspectiva multidimensional. Economia e Sociedade, Campinas, v. 15, n. 1 (26), p. 79-112, jan./jun. 2006.

KALOUSTIAN, S. M. (org.) **Família Brasileira, a Base de Tudo**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 1988.

KAUARK, F. da S.; MANHÃES, F. C.; MEDEIROS, C. H. **Metodologia da Pesquisa**: um guia prático. Itabuna, Via Litterarum, 2010.

LAHIRE, Bernard. **Sucesso escolar nos meios populares**: As razões do improvável. São Paulo: Ática, 1997.

LAVINAS, L. **Programas de Garantia de Renda Mínima**: perspectivas brasileiras. Rio de Janeiro: IPEA, 1998.

LIBÂNEO, José Carlos. **O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres**. Educação e Pesquisa, São Paulo: v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012.

LISBOA, Carla. Brasil ajuda o mundo a reduzir a miséria. IN: **Desafios do Desenvolvimento**, Ano 10. Edição 77, 2013.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MARTINS, Vicente. **O que diz a LDB sobre Rendimento Escolar**. Disponível em: <http://www.pedagogobrasil.com.br/cantinho/vmartins30.htm>. Acesso em: 27/09/2010.

MEC. **Censo Escolar da Educação Básica**, 2013. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula> acesso em: 13/04/2014

MEC. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP. **Censo Escolar da Educação Básica no Brasil: 2012. Resumo técnico**. Brasília, 2013.

MDS. **Plano Brasil Sem Miséria: garantia de renda**. Disponível em: <http://www.brasilsemiseria.gov.br/garantia-renda> acesso em 12/04/2014.

MDS. **Programas Remanescentes**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/bolsa-familia/bolsa-familia/beneficiario/programas-remanescentes> acesso em 12/04/2014

MDS. Programa Bolsa Família: **Agenda da Família**. Brasília. 2010.

MONTEIRO, C. A. A dimensão da pobreza, da desnutrição e da fome no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 17, nº 48, p. 7-20, maio-ago. 2003.

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MOTTA, Thalita Cunha. **Política de Transferência de Renda e Educação: um estudo sobre o Programa Bolsa-Família a partir da percepção de mães e estudantes beneficiários e suas repercussões no meio escolar**. Recife, O Autor, 2011.

NASCIMENTO, A. M. **População e família brasileira: ontem e hoje**. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_476.pdf> Acesso em: 10 jul. 2010.

NORA, Naraiana Inez. **Nova política velhos valores: a condicionalidade da educação no Programa Bolsa Família**. / Naraiana Inez Nora.— Cascavel, PR: UNIOESTE, 2012.

NOVAK, Eliete Maceno. **Programa Bolsa Família: impactos da condicionante frequência escolar sobre o rendimento escolar de alunos da rede municipal de ensino de Curitiba**. Curitiba, 2012.

OLIVEIRA, Luís Felipe Batista de; SOARES, Sergei S.D. **O impacto do Programa Bolsa Família sobre a repetência: resultados a partir do Cadastro Único, Projeto Frequência e Censo Escolar**. Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), nº 1814, 2013.

OLIVEIRA, Maria Aparecida. **O Programa Bolsa Família e a condicionalidade da educação: o caso de alunos matriculados na rede municipal de ensino de Boa Vista (RR)**. Porto Alegre, 2011.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. **Políticas Públicas Educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática**. In: **Fronteiras da Educação: desigualdades, tecnologias e políticas**, Editora da PUC Goiás, 2010, páginas 93-99.

OLIVEIRA, Luís Felipe Batista de; SERGEI, Soares. Bolsa Família e repetência: resultados a partir do cadúnico, projeto frequência e censo escolar. **In: Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania/ organizadores: Tereza Campello, Marcelo Côrtes Neri.** Brasília: Ipea, 2013.

PAIVA, Luiz Henrique; FALCÃO, Tiago; BARTHOLO, Letícia. **Do Bolsa Família ao Brasil Sem Miséria: um resumo do percurso brasileiro recente na busca da superação da pobreza extrema.** **In: Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania/ organizadores: Tereza Campello, Marcelo Côrtes Neri.** Brasília: Ipea, 2013.

PELLEGRINA, Heitor Sandes. **Impactos de curto prazo do programa bolsa família sobre o abandono e o desempenho escolar do alunado paulista.** São Paulo, 2011.

PEREIRA, A.P. **A intersectorialidade das políticas sociais numa perspectiva dialética.** Mimeo, 2011.

PERRENOUD, Philippe. **Escola e Cidadania: o papel da escola na formação para a democracia.** (trad. Fátima Murad). Porto Alegre: Artmed, 2005.

PIRES, Flávia Ferreira; REGO, Walquiria Domingues Leão. **10 ANOS DE PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: apresentação do Dossiê.** Política e Trabalho: Revista de Ciências Sociais, n. 38, Abril de 2013, pp. 13-19

REIS, J.R. T. Família, emoção e ideologia. **In: LANE, S. Psicologia Social: O homem em movimento.** São Paulo: Brasiliense, 2001.

RIBEIRO, Rsana; CACCIAMALI, Maria Cristina. Impactos do Programa Bolsa-Família Sobre os Indicadores Educacionais. **In: Revista Economia.** Maio/Agosto 2012.

ROMANELLI, Geraldo; NOGUEIRA, Maria Alice; ZAGO Nadir (orgs). **Família & Escola: novas perspectivas de análise.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

RUA, Maria das Graças. **Políticas públicas.** Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; Brasília: CAPES: UAB, 2009.

SANTOS, E. A.; Gonzalez C. dos. **Estudo Referente aos programas Sociais governamentais em Funcionamento Atualmente.** Senado Federal – Secretaria de Comissões/ Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes/ Comissão de Assuntos Sociais. Outubro de 2004. Disponível em: www.senado.gov.br/web/comissoes/cas/es/ES_ProgramasSociais1.pdf

SANTOS, Inalda Maria dos. Estudo analítico das políticas públicas de financiamento da educação: a política do FUNDEF num município nordestino. Recife: O Autor, 2008.

SANTOS, Junior Wilson Camerino dos. Programas de transferência de renda e as políticas educacionais: o sistema presença e a gestão da pobreza na escola / Wilson Camerino dos Santos Junior. 2012.

Secretaria do Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico. Perfil Municipal. – Ano 2013, v. 1. N.1. Maceió. 2012.

Secretaria Nacional de renda e cidadania/MDS. Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família: Guia de navegação. Brasil, 2013.

Secretaria Municipal de Assistência Social. Recursos Destinados ao Programa Bolsa Família, Marechal Deodoro-AL, 2013

SILVA, A.P., BRANDÃO, A.; DA DALT, S. Educação e pobreza: o impacto das Condicionalidades do programa bolsa família. **Revista contemporânea de educação**. Rio de Janeiro, FE-UFRJ, v. 4, n. 8. - agosto/dezembro 2009.

SILVA, M. Ozanira. **O Bolsa Família no Enfrentamento à Pobreza no Maranhão e Piauí**. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. A trajetória dos programas de transferência de renda e seus desafios atuais: articulação com políticas estruturantes e unificação. In: Pensar BH/Política Social. Abril /Junho de 2006.

SILVA, M. Ozanira da Silva e; LIMA, Valéria Ferreira Santos de Almada. Avaliando o Bolsa Família: unificação, focalização e impactos. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, C. R.; GOBBI, B. C.; SIMÃO, A. A. **O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa**: descrição e aplicação do método. Organ. rurais agroind., Lavras, v. 7, n. 1, p. 70-81, 2005.

SISTEMA ACOMPANHAMENTO DA FREQUÊNCIA ESCOLAR. Disponível em: <http://frequenciaescolarpbf.mec.gov.br/presenca/controller/login/efetuarLogin.php> Acesso em: 13/04/2014

SOARES, Fábio Veras; RIBAS, Rafael Perez; OSÓRIO, Rafael Guerreiro. Avaliando o Impacto do Programa Bolsa Família: uma Comparação com Programas de Transferência Condicionada de Renda de Outros Países. IN: IPC Evolution Note. V.1, dez, 2007.

SOARES, S.; SÁTYRO, N. **O Programa Bolsa Família: desenho institucional, impactos e possibilidades futuras**. Brasília: Ipea, 2009. IN: **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania** / organizadores: Tereza Campello, Marcelo Côrtes Neri. – Brasília: Ipea, 2013.

SOLIGO, Valdecir; GASPARIN, Marinez. Impactos do Programa Bolsa Família no rendimento escolar: apontamentos conceituais e impresa. IV Congresso Internacional de Educação. Foz do Iguaçu. 2013

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão de literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45

SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira de; OSÓRIO. Rafael Guerreiro. **O perfil da pobreza no Brasil e suas mudanças entre 2003 e 2011** . In: **Programa Bolsa Família: uma**

década de inclusão e cidadania/ organizadores: Tereza Campello, Marcelo Côrtes Neri. Brasília: Ipea, 2013.

SZYMANSKI, H. **A relação escola/família: desafios e perspectivas**. Brasília, DF: Plano Editora, 2003.

THE WORLD BANK. Banco Mundial aprova US\$ 200 milhões para fortalecer o Bolsa Família. Disponível em: <http://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2010/09/17/brazils-landmark-bolsa-familia-program-receives-us200-million-loan> acesso em:12/04/2014

TIBA, I. **Disciplina, Limite na medida certa**. 41^a ed. São Paulo: Gente, 1996.

TRIVIÑOS, **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/84708933/Livro-Introducao-a-pesquisa-em-Ciencias-Sociais-Trivinos> Acesso em 27/02/2014.

ZIMMERMANN, Clóvis Roberto; CRUZ, Marina da Silva. O Programa Bolsa Família: lições da experiência alemã. IN: **Revista Espaço Acadêmico**, nº 98, Julho de 2009, Ano IX, ISSN 1519-6186.

APÊNDICES

ROTEIRO DA ENTREVISTA**(Estudantes beneficiários do Programa Bolsa Família)****Nome:** _____**Idade:** _____

- 1- O que você sabe sobre o Programa Bolsa Família?
- 2- Quem cuida do recurso recebido pela sua família?
- 3- O que é feito com o recurso recebido?
- 4- Por que você vem à escola?
- 5- Você sabe o que tem que fazer para a sua família continuar recebendo o recurso?
- 6- O que você faz quando não está na escola?
- 7- O que você gosta de fazer na escola?
- 8- O que você faz durante as aulas?
- 9- Alguém lhe ajuda nas tarefas escolares em casa?
- 10- O que o seu pai e a sua mãe falam sobre estudar?
- 11- Você estuda em casa? Em que horário?
- 12- Que tipo de atividade escolar você costuma fazer em casa?

Entrevista realizada em ___/___/___.

ROTEIRO DA ENTREVISTA

(Professores dos estudantes assistidos pelo Programa Bolsa Família)

- 1- Qual é o seu nome?
- 2- Que função desempenha na escola?
- 3- Qual é a sua formação?
- 4- Existe planejamento para executar as aulas?
- 5- Como você elabora as atividades pedagógicas?
- 6- Você realiza alguma ação em parceria com outro(a) professor(a)?
- 7- Você sabe quais dos seus alunos que são beneficiários do Programa Bolsa Família?
- 8- O que você sabe sobre o Programa Bolsa Família?
- 9- Existe algum acompanhamento realizado pela escola com os alunos beneficiários?
- 10- Existe diferença no rendimento escolar entre o aluno beneficiário e o aluno que não é assistido pelo programa?
- 11- Como é realizada a avaliação dos alunos da turma que você leciona?
- 12- Com que frequência os pais dos alunos beneficiários comparecem à escola?
- 13- Quando os pais dos alunos beneficiários comparecem à escola, é por que foram convidados ou é por iniciativa própria?
- 14- Como é o acompanhamento dos pais dos alunos beneficiários em relação às atividades para serem respondidas em casa?
- 15- Qual é a sua opinião em relação ao Programa Bolsa Família?

Entrevista realizada em __/__/__.

ROTEIRO DA ENTREVISTA

(Pais, mães ou responsáveis pelos estudantes beneficiários)

- 1- Qual é o seu nome?
- 2- Qual a sua formação escolar?
- 3- Há quanto tempo é beneficiário(a) do Programa Bolsa Família?
- 4- Por que se cadastrou no programa?
- 5- Você sabe o que é o programa e para que serve?
- 6- Você sabe o que tem que fazer para continuar sendo beneficiário?
- 7- Com qual condicionalidade do programa, você se preocupa mais? Por quê?
- 8- O programa tem contribuído no desempenho escolar de seu filho? De que forma?
- 9- O que é feito com o recurso do PBF que a família recebe?
- 10- O que mudou na vida da família com o benefício do PBF?
- 11- Você costuma ir à escola? Com que frequência?
- 12- Você acompanha os estudos de seu filho? De que forma?
- 13- Como era a aprendizagem do seu filho antes de ser beneficiário do programa?
- 14- Houve alguma mudança na aprendizagem de seu filho depois que passou a receber o benefício? Quais?
- 15- Gostaria de acrescentar algo sobre o Programa Bolsa Família?

Entrevista realizada em ___/___/___.

ROTEIRO DE ENTREVISTA
(Coordenador Municipal do PBF)

- 1- Qual é o seu nome?
- 2- Qual a sua formação acadêmica?
- 3- Que função desempenha na Secretaria Municipal de Assistência Social? E há quanto?
- 4- Como você define o PBF?
- 5- Em que ano o PBF foi implantado no município?
- 6- Como é o funcionamento do PBF no município?
- 7- Existe outro órgão no município responsável por alguma atribuição em relação ao acompanhamento das condicionalidades?
- 8- Existe um prazo de permanência das famílias no programa?
- 9- Como é realizado o cadastro para o Programa Bolsa Família?
- 10- Existe recadastramento? Qual a periodicidade?
- 11- Como é realizado o monitoramento das condicionalidades da área da educação?
- 12- Especificamente sobre a frequência escolar como você percebe a atuação dos pais/responsáveis e da escola?
- 13- Existe acompanhamento das outras condicionalidades do programa? Como é realizado?
- 14- Para você o que é rendimento escolar?
- 15- Você acha que o PBF tem alguma ligação com os índices de aprendizagem do (IDEB)?
- 16- Você acha que o rendimento escolar é modificado através programa?

- 17- Quais são as exigências do Ministério para que o município seja credenciado?
- 18- Gostaria de acrescentar algo relacionado à função que desempenha?
- 19- Gostaria de acrescentar algo a respeito do Programa Bolsa Família?
- 20- No seu entendimento o poderia melhorar no Programa em relação à educação?

Entrevista realizada em __/__/__.

ANEXOS

ROTEIRO DE ENTREVISTA**(Estudante (Coordenador Municipal do PBF) Família)**

Nome: _____

- 1- Qual é o seu nome?
- 2- Qual a sua formação acadêmica?
- 3- Que função desempenha na Secretaria Municipal de Assistência Social? E há quanto?
- 4- Como você define o PBF?
- 5- Em que ano o PBF foi implantado no município?
- 6- Como é o funcionamento do PBF no município?
- 7- Existe outro órgão no município responsável por alguma atribuição em relação ao acompanhamento das condicionalidades?
- 8- Existe um prazo de permanência das famílias no programa?
- 9- Como é realizado o cadastro para o Programa Bolsa Família?
- 10- Existe recadastramento? Qual a periodicidade?
- 11- Como é realizado o monitoramento das condicionalidades da área da educação?
- 12- Especificamente sobre a frequência escolar como você percebe a atuação dos pais/responsáveis e da escola?
- 13- Existe acompanhamento das outras condicionalidades do programa? Como é realizado?
- 14- Para você o que é rendimento escolar?
- 15- Você acha que o PBF tem alguma ligação com os índices de aprendizagem do (IDEB)?
- 16- Você acha que o rendimento escolar é modificado através programa?
- 17- Quais são as exigências do Ministério para que o município seja credenciado?
- 18- Gostaria de acrescentar algo relacionado à função que desempenha?
- 19- Gostaria de acrescentar algo a respeito do Programa Bolsa Família?
- 20- No seu entendimento o poderia melhorar no Programa em relação à educação?

Entrevista realizada em ____/____/____.

Entrevista realizada em ____/____/____.

ROTEIRO DA ENTREVISTA**(Professores (Estudantes beneficiários do Programa Bolsa Família))****Nome:** _____**Idade:** _____

- 1- O que você sabe sobre o Programa Bolsa Família?
- 2- Quem cuida do recurso recebido pela sua família?
- 3- O que é feito com o recurso recebido?
- 4- Por que você vem à escola?
- 5- Você sabe o que tem que fazer para a sua família continuar recebendo o recurso?
- 6- O que você faz quando não está na escola?
- 7- O que você gosta de fazer na escola?
- 8- O que você faz durante as aulas?
- 9- Alguém lhe ajuda nas tarefas escolares em casa?
- 10- O que o seu pai e a sua mãe falam sobre estudar?
- 11- Você estuda em casa? Em que horário?
- 12- Que tipo de atividade escolar você costuma fazer em casa?

Entrevista realizada em ___/___/___.

ROTEIRO DA ENTREVISTA**(Professores dos estudantes assistidos pelo Programa Bolsa Família)**

- 1- Qual é o seu nome?
- 2- Que função desempenha na escola?
- 3- Qual é a sua formação?
- 4- Existe planejamento para executar as aulas?
- 5- Como você elabora as atividades pedagógicas?
- 6- Você realiza alguma ação em parceria com outro(a) professor(a)?
- 7- Você sabe quais dos seus alunos que são beneficiários do Programa Bolsa Família?
- 8- O que você sabe sobre o Programa Bolsa Família?
- 9- Existe algum acompanhamento realizado pela escola com os alunos beneficiários?
- 10- Existe diferença no rendimento escolar entre o aluno beneficiário e o aluno que não é assistido pelo programa?
- 11- Como é realizada a avaliação dos alunos da turma que você leciona?
- 12- Com que frequência os pais dos alunos beneficiários comparecem à escola?
- 13- Quando os pais dos alunos beneficiários comparecem à escola, é por que foram convidados ou é por iniciativa própria?
- 14- Como é o acompanhamento dos pais dos alunos beneficiários em relação às atividades para serem respondidas em casa?
- 15- Qual é a sua opinião em relação ao Programa Bolsa Família?

Entrevista realizada em ___/___/___.

Entrevista realizada em ___/___/___.

ROTEIRO DA ENTREVISTA

(Pais, mães ou responsáveis pelos estudantes beneficiários)

- 1- Qual é o seu nome?
- 2- Qual a sua formação escolar?
- 3- Há quanto tempo é beneficiário(a) do Programa Bolsa Família?
- 4- Por que se cadastrou no programa?
- 5- Você sabe o que é o programa e para que serve?
- 6- Você sabe o que tem que fazer para continuar sendo beneficiário?
- 7- Com qual condicionalidade do programa, você se preocupa mais? Por quê?
- 8- O programa tem contribuído no desempenho escolar de seu filho? De que forma?
- 9- O que é feito com o recurso do PBF que a família recebe?
- 10- O que mudou na vida da família com o benefício do PBF?
- 11- Você costuma ir à escola? Com que frequência?
- 12- Você acompanha os estudos de seu filho? De que forma?
- 13- Como era a aprendizagem do seu filho antes de ser beneficiário do programa?
- 14- Houve alguma mudança na aprendizagem de seu filho depois que passou a receber o benefício? Quais?
- 15- Gostaria de acrescentar algo sobre o Programa Bolsa Família?

Entrevista realizada em ___ / ___ / ___.

ANEXOS

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (T.C.L.E.) /
PAI OU MÃE DOS(AS) ALUNOS(AS)**

“O respeito devido à dignidade humana exige que toda pesquisa se processe após consentimento livre e esclarecido dos sujeitos, indivíduos ou grupos que por si e/ou por seus representantes legais manifestem a sua anuência à participação na pesquisa.” (Resolução, nº 196/96-IV, do Conselho Nacional de Saúde).

Eu, tendo sido convidado (a) a participar como voluntário (a) do estudo: **TRANSFERÊNCIA DE RENDA NAS FAMÍLIAS: O Programa Bolsa Família (PBF) e seu impacto no rendimento escolar**, recebi da Profª. Drª. Inalda Maria dos Santos, professora do Curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas, e de Maria José Santos da Silva, Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Alagoas, na Linha de Pesquisa História e Política da Educação, responsáveis pelo projeto de pesquisa, as seguintes informações que me fizeram entender, sem dificuldades e sem dúvidas, os seguintes aspectos:

- Que o estudo se destina a investigar o rendimento escolar do(a) aluno(a) assistido pelo Programa Bolsa Família, em sala de aula. Buscando com isso, analisar os seguintes aspectos:
- Que os resultados que se desejam alcançar são os seguintes: a) Compreender os aspectos constituintes do programa bolsa família e sua contribuição para a educação; b) Conhecer o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos assistidos pelo Programa Bolsa Família;
- Que esse estudo terá início em novembro de 2013 e terminará em janeiro de 2014;
- Que participarão deste estudo, professores de sala de aula que atuem no atendimento educacional de alunos inseridos ou não no Programa Bolsa Família regularmente matriculados na rede de ensino; alunos assistidos pelo PBF; pais ou mães dos alunos selecionados para participarem da pesquisa e o responsável técnico ou coordenador do PBF no município;
- Que eu participarei de entrevistas, terei meus procedimentos educacionais observados, eventualmente filmados e/ou fotografados;
- Que não existem outros meios conhecidos para se conseguir os mesmos resultados obtidos neste estudo;
- Que os incômodos que poderei sentir com a minha participação são os seguintes: inicialmente poderei ficar inibido(a) em ter meus procedimentos educacionais filmados e/ou fotografados, mas que paulatinamente esta sensação tende a desaparecer;
- Que os possíveis riscos à minha saúde física e mental são considerados de risco mínimo, uma vez que os métodos e técnicas da pesquisa utilizadas não pretendem intervir ou modificar aspectos psicológicos, sociais ou mesmo fisiológicos dos sujeitos da pesquisa, portanto sofrerei os mesmos riscos que eu poderei sofrer em situação de não pesquisa.
- Que poderei desistir de participar em qualquer momento que desejar, ou então, pedir esclarecimentos sobre os procedimentos que estão sendo realizados;
- Que não contarei com nenhuma assistência. Porém, a qualquer momento poderei esclarecer as minhas possíveis dúvidas ou ocorrências, pois terei acesso aos telefones dos responsáveis pela pesquisa;
- Que os benefícios que deverei esperar com a minha participação, mesmo que não diretamente, são: a) poderei refletir sobre meus procedimentos em relação à educação dos meus filhos; b) a partir dessa reflexão poderei modificar certos aspectos relacionados à

Inalda Maria dos Santos

aprendizagem e ao rendimento escolar dos meus dependentes; e, c) estarei contribuindo para a compreensão da atual situação do rendimento escolar de alunos assistidos pelo Programa Bolsa Família:

- Que, sempre que eu desejar, me serão fornecidos esclarecimentos sobre cada uma das etapas do estudo;
 - Que, a qualquer momento, eu poderei recusar a continuar participando do estudo, e também, que eu poderei retirar este meu consentimento, sem que isso me traga qualquer penalidade ou prejuízo;
 - Que não precisarei desembolsar nenhuma quantia em virtude da participação nesta pesquisa;
 - Que terei garantia de indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa, por parte do pesquisador, do patrocinador e das instituições envolvidas;
 - Que não haverá ressarcimento na pesquisa;
 - Que as informações conseguidas através da minha participação não permitirão a identificação da minha pessoa, exceto aos responsáveis pelo estudo, e que a divulgação das mencionadas informações só será feita entre os profissionais estudiosos do assunto.
- Finalmente, tendo eu compreendido perfeitamente tudo o que me foi informado sobre a minha participação no mencionado estudo e estando consciente dos meus direitos, das minhas responsabilidades, dos riscos e dos benefícios que a minha participação implica, concordo em dele participar e para isso eu DOU O MEU CONSENTIMENTO SEM QUE PARA ISSO EU TENHA SIDO FORÇADO OU OBRIGADO.

Endereço d(o,a) participante-voluntári(o,a)

Domicílio: (rua, praça, conjunto):
 Bloco: /Nº: /Complemento:
 Bairro: /CEP/Cidade: /Telefone:
 Ponto de referência:

Contato de urgência: Sr(a). Maria José Santos da Silva

Domicílio: (rua, praça, conjunto): Rua Manoel Garrincha, nº71, bairro Barra Mar, Barra de São Miguel – AL. Telefone: 8707-5363.

Sr(a). Inalda Maria dos Santos.

Domicílio: (rua, praça, conjunto): Rua: Joaquim Marques Luz, n. 48 - Edifício Gardênia.
 Bairro: Mangabeiras - Maceió/AL - CEP: 57035-864

Telefones p/contato: (82) 8845-8748

Endereço d(os.as) responsável(is) pela pesquisa (OBRIGATÓRIO):

Instituição: Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas

Endereço Campus A. C. Simões, Cidade Universitária.

Bloco: /Nº: /Complemento: Centro de Educação/CEDU/UFAL

Bairro: /CEP/Cidade: Tabuleiro dos Martins, Maceió – AL.

Telefones p/contato: 3214-1873.

ATENÇÃO: Para informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo, dirija-se ao:

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas:

Prédio da Reitoria, sala do C.O.C., Campus A. C. Simões, Cidade Universitária

Telefone: 3214-1041

Maceió, 23 de outubro de 2013.

(Assinatura ou impressão datiloscópica d(o.a) voluntári(o.a) ou responsável legal - Rubricar as demais folhas)	<i>Inalda Maria dos Santos</i>
	Inalda Maria dos Santos
	<i>Maria José Santos da Silva</i>
	Maria José Santos da Silva

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (T.C.L.E.) /
DOCENTE**

"O respeito devido à dignidade humana exige que toda pesquisa se processe após consentimento livre e esclarecido dos sujeitos, indivíduos ou grupos que por si e/ou por seus representantes legais manifestem a sua anuência à participação na pesquisa." (Resolução. nº 196/96-IV, do Conselho Nacional de Saúde).

Eu, tendo sido convidado (a) a participar como voluntário (a) do estudo: **TRANSFERÊNCIA DE RENDA NAS FAMÍLIAS: O Programa Bolsa Família (PBF) e seu impacto no rendimento escolar**, recebi da Profª. Drª. Inalda Maria dos Santos, professora do Curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas, e de Maria José Santos da Silva, Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Alagoas, na Linha de Pesquisa História e Política da Educação, responsáveis pelo projeto de pesquisa, as seguintes informações que me fizeram entender, sem dificuldades e sem dúvidas, os seguintes aspectos:

- Que o estudo se destina a investigar o rendimento escolar do(a) aluno(a) assistido pelo Programa Bolsa Família, em sala de aula. Buscando com isso, analisar os seguintes aspectos:
- Que os resultados que se desejam alcançar são os seguintes: a) Compreender os aspectos constituintes do programa bolsa família e sua contribuição para a educação; b) Conhecer o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos assistidos pelo Programa Bolsa Família;
- Que esse estudo terá início em novembro de 2013 e terminará em janeiro de 2014;
- Que participarão deste estudo, professores de sala de aula que atuem no atendimento educacional de alunos inseridos ou não no Programa Bolsa Família regularmente matriculados na rede de ensino; alunos assistidos pelo PBF; pais ou mães dos alunos selecionados para participarem da pesquisa e o responsável técnico ou coordenador do PBF no município.
- Que eu participarei de entrevistas, terei meus procedimentos educacionais observados, eventualmente filmados e/ou fotografados;
- Que não existem outros meios conhecidos para se conseguir os mesmos resultados obtidos neste estudo;
- Que os incômodos que poderei sentir com a minha participação são os seguintes: inicialmente poderei ficar inibido(a) em ter meus procedimentos educacionais filmados e/ou fotografados, mas que paulatinamente esta sensação tende a desaparecer;
- Que os possíveis riscos à minha saúde física e mental são considerados de risco mínimo, uma vez que os métodos e técnicas da pesquisa utilizadas não pretendem intervir ou modificar aspectos psicológicos, sociais ou mesmo fisiológicos dos sujeitos da pesquisa, portanto sofrerei os mesmos riscos que eu poderei sofrer em situação de não pesquisa.
- Que poderei desistir de participar em qualquer momento que desejar, ou então, pedir esclarecimentos sobre os procedimentos que estão sendo realizados;
- Que não contarei com nenhuma assistência. Porém, a qualquer momento poderei esclarecer as minhas possíveis dúvidas ou ocorrências, pois terei acesso aos telefones dos responsáveis pela pesquisa;
- Que os benefícios que deverei esperar com a minha participação, mesmo que não diretamente, são: a) poderei refletir sobre meus procedimentos pedagógicos; b) a partir dessa reflexão poderei modificar certos aspectos da minha atividade docente; e, c) estarei

J.Santos

confeccionado para a compreensão da atual situação do rendimento escolar de alunos assistidos pelo Programa Bolsa Família:

- Que, sempre que eu desejar, me serão fornecidos esclarecimentos sobre cada uma das etapas do estudo;

- Que, a qualquer momento, eu poderei recusar a continuar participando do estudo, e também, que eu poderei retirar este meu consentimento, sem que isso me traga qualquer penalidade ou prejuízo;

- Que não precisarei desembolsar nenhuma quantia em virtude da participação nesta pesquisa;

- Que terei garantia de indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa, por parte do pesquisador, do patrocinador e das instituições envolvidas;

- Que não haverá ressarcimento na pesquisa;

- Que as informações conseguidas através da minha participação não permitirão a identificação da minha pessoa, exceto aos responsáveis pelo estudo, e que a divulgação das mencionadas informações só será feita entre os profissionais estudiosos do assunto.

Finalmente, tendo eu compreendido perfeitamente tudo o que me foi informado sobre a minha participação no mencionado estudo e estando consciente dos meus direitos, das minhas responsabilidades, dos riscos e dos benefícios que a minha participação implica, concordo em dele participar e para isso eu DOU O MEU CONSENTIMENTO SEM QUE PARA ISSO EU TENHA SIDO FORÇADO OU OBRIGADO.

Endereço d(o,a) participante-voluntári(o,a)

Domicílio: (rua, praça, conjunto):

Bloco: Nº: Complemento:

Bairro: CEP/Cidade: Telefone:

Outro de referência:

Contato de urgência: Srt(a). Maria José Santos da Silva

Domicílio: (rua, praça, conjunto): Rua Manoel Garrincha, nº71, bairro Barra Mar, Barra de São Miguel - AL. Telefone: 8707-5363.

Srt(a). Irelida Maria dos Santos.

Domicílio: (rua, praça, conjunto): Rua: Joaquim Marques Luz, n. 48 - Edifício Gardênia, Bairro Mangabeiras - Maceió/AL - CEP: 57035-864

Telefones p/contato: (82) 8845-8748

Endereço d(os,as) responsável(is) pela pesquisa (OBRIGATÓRIO):

Instituição: Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas

Endereço Campus A. C. Simões, Cidade Universitária.

Bloco: Nº: Complemento: Centro de Educação/CEDU/UFAL

Bairro: CEP/Cidade: Tabuleiro dos Martins, Maceió - AL.

Telefones p/contato: 3214-1873.

ATENÇÃO: Para informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo, dirija-se ao:

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas:

Prédio da Reitoria, sala do C.O.C., Campus A. C. Simões, Cidade Universitária

Telefone: 3214-1041

Maceió, 23 de outubro de 2013

Albuquerque

TERMO DE CONSENTIMENTO	
Assinatura ou impressão datiloscópica do(a) voluntário(a) ou responsável legal - Rubricar as demais folhas)	<p>Inalda Maria dos Santos Inalda Maria dos Santos</p> <p>Maria José Santos da Silva Maria José Santos da Silva</p>

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (T.C.L.E.) /
TÉCNICO(A) OU COORDENADOR(A) MUNICIPAL DO PROGRAMA BOLSA
FAMÍLIA**

“O respeito devido à dignidade humana exige que toda pesquisa se processe após consentimento livre e esclarecido dos sujeitos, indivíduos ou grupos que por si e/ou por seus representantes legais manifestem a sua anuência à participação na pesquisa.” (Resolução, nº 196/96-IV, do Conselho Nacional de Saúde).

- Eu, tendo sido convidado (a) a participar como voluntário (a) do estudo: **TRANSFERÊNCIA DE RENDA NAS FAMÍLIAS: O Programa Bolsa Família (PBF) e seu impacto no rendimento escolar**, recebi da Profª. Drª. Inalda Maria dos Santos, professora do Curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas, e de Maria José Santos da Silva, Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Alagoas, na Linha de Pesquisa História e Política da Educação, responsáveis pelo projeto de pesquisa, as seguintes informações que me fizeram entender, sem dificuldades e sem dúvidas, os seguintes aspectos:
- Que o estudo se destina a investigar o rendimento escolar do(a) aluno(a) assistido pelo Programa Bolsa Família, em sala de aula. Buscando com isso, analisar os seguintes aspectos:
 - Que os resultados que se desejam alcançar são os seguintes: a) Compreender os aspectos constituintes do programa bolsa família e sua contribuição para a educação; b) Conhecer o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos assistidos pelo Programa Bolsa Família;
 - Que esse estudo terá início em novembro de 2013 e terminará em janeiro de 2014;
 - Que participarão deste estudo, professores de sala de aula que atuem no atendimento educacional de alunos inseridos ou não no Programa Bolsa Família regularmente matriculados na rede de ensino; alunos assistidos pelo PBF; pais ou mães dos alunos selecionados para participarem da pesquisa e o responsável técnico ou coordenador do PBF no município;
 - Que eu participarei de entrevistas, terei meus procedimentos educacionais observados, eventualmente filmados e/ou fotografados;
 - Que não existem outros meios conhecidos para se conseguir os mesmos resultados obtidos neste estudo;
 - Que os incômodos que poderei sentir com a minha participação são os seguintes: inicialmente poderei ficar inibido(a) em ter meus procedimentos educacionais filmados e/ou fotografados, mas que paulatinamente esta sensação tende a desaparecer;
 - Que os possíveis riscos à minha saúde física e mental são considerados de risco mínimo, uma vez que os métodos e técnicas da pesquisa utilizadas não pretendem intervir ou modificar aspectos psicológicos, sociais ou mesmo fisiológicos dos sujeitos da pesquisa, portanto sofrerei os mesmos riscos que eu poderei sofrer em situação de não pesquisa.
 - Que poderei desistir de participar em qualquer momento que desejar, ou então, pedir esclarecimentos sobre os procedimentos que estão sendo realizados;
 - Que não contarei com nenhuma assistência. Porém, a qualquer momento poderei esclarecer as minhas possíveis dúvidas ou ocorrências pois terei acesso aos telefones dos responsáveis pela pesquisa;
 - Que os benefícios que deverei esperar com a minha participação, mesmo que não diretamente, são: a) poderei refletir sobre meus procedimentos técnicos, profissionais e

M. Santos

operacionais; b) a partir dessa reflexão poderei modificar certos aspectos da minha atividade técnico-operacional; e, c) estarei contribuindo para a compreensão da atual situação do rendimento escolar de alunos assistidos pelo Programa Bolsa Família;

- Que, sempre que eu desejar, me serão fornecidos esclarecimentos sobre cada uma das etapas do estudo;
- Que, a qualquer momento, eu poderei recusar a continuar participando do estudo, e também, que eu poderei retirar este meu consentimento, sem que isso me traga qualquer penalidade ou prejuízo;
- Que não precisarei desembolsar nenhuma quantia em virtude da participação nesta pesquisa;
- Que terei garantia de indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa, por parte do pesquisador, do patrocinador e das instituições envolvidas.
- Que não haverá ressarcimento na pesquisa.
- Que as informações conseguidas através da minha participação não permitirão a identificação da minha pessoa, exceto aos responsáveis pelo estudo, e que a divulgação das mencionadas informações só será feita entre os profissionais estudiosos do assunto.

Finalmente, tendo eu compreendido perfeitamente tudo o que me foi informado sobre a minha participação no mencionado estudo e estando consciente dos meus direitos, das minhas responsabilidades, dos riscos e dos benefícios que a minha participação implica, concordo em dele participar e para isso eu DOU O MEU CONSENTIMENTO SEM QUE PARA ISSO EU TENHA SIDO FORÇADO OU OBRIGADO.

Endereço d(o,a) participante-voluntári(o,a)

Domicílio: (rua, praça, conjunto):
 Bloco: /Nº: /Complemento:
 Bairro: /CEP/Cidade: /Telefone:
 Ponto de referência:

Contato de urgência: Sr(a). Maria José Santos da Silva

Domicílio: (rua, praça, conjunto): Rua Manoel Garrinha, nº71, bairro Barra Mar, Barra de São Miguel – AL. Telefone: 8707-5363.

Sr(a). Inalda Maria dos Santos.

Domicílio: (rua, praça, conjunto): Rua: Joaquim Marques Luz, n. 48 - Edifício Gardênia.

Bairro: Mangabeiras - Maceió/AL - CEP: 57035-864

Telefones p/contato: (82) 8845-8748

Endereço d(os,as) responsável(is) pela pesquisa (OBRIGATÓRIO):

Instituição: Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas

Endereço Campus A. C. Simões, Cidade Universitária.

Bloco: /Nº: /Complemento: Centro de Educação/CEDU /UFAL

Bairro: /CEP/Cidade: Tabuleiro dos Martins, Maceió – AL.

Telefones p/contato: 3214-1873.

ATENÇÃO: Para informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo, dirija-se ao:

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas:

Prédio da Reitoria, sala do C.O.C., Campus A. C. Simões, Cidade Universitária

Telefone: 3214-1041

Sil Santos

Maceió, 23 de outubro de 2013.

	<i>Inalda Maria dos Santos</i>
(Assinatura ou impressão datiloscópica d(o.a) voluntári(o.a) ou responsável legal - Rubricar as demais folhas)	Inalda Maria dos Santos <hr/> <i>Maria José Santos da Silva</i> Maria José Santos da Silva